

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA

NILCINEY TONÁ

**Contribuição dos egressos da Escola Milton Santos para a promoção da
Agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no
Paraná**

Maringá
2016

NILCINEY TONÁ

**CONTRIBUIÇÃO DOS EGRESSOS DA ESCOLA MILTON SANTOS
PARA A PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Mestrado Profissional, do Departamento de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agroecologia.

Área de concentração: Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. José Ozinaldo Alves de Sena.

Maringá

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

T663c Toná, Nilciney
Contribuição dos egressos da escola Milton Santos para a promoção da agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Paraná / Nilciney Toná. -- Maringá, 2016.
132 f. + anexos : il. col., figs., mapas

Orientador: Prof. Dr. José Ozinaldo Alves de Sena.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, 2016.

1. Movimentos sociais do campo. 2. Agroecologia. 3. Formação em agroecologia. 4. Assentamentos rurais - Paraná. I. Sena, José Ozinaldo Alves de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia. III. Título.

CDD 21.ed.307.72
577.55

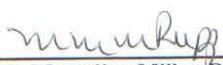
ECSL

NILCINEY TONÁ

CONTRIBUIÇÃO DOS EGRESSOS DA ESCOLA MILTON SANTOS PARA A PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de mestre.

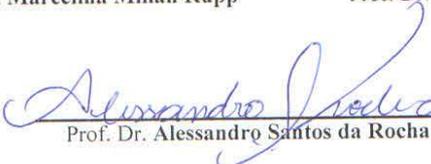
APROVADO em 28 de julho de 2016.



Prof.^a Dr.^a Maria Marcelina Millan Rupp



Prof. Dr. Elpídio Serra



Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha



Prof. Dr. José Ozinaldo Alves de Sena
(Orientador)

Aos que lutam pela emancipação humana e valorização de toda a vida.

Aos companheiros e companheiras do MST pela coragem, dignidade, persistência e ousadia.

A todos e todas que constroem a Escola Milton Santos, pelo exemplo de como o extraordinário pode ser alcançado.

A minha companheira Márcia e filhos Natan e Luane, por compartilharem alegrias e dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Ozinaldo Alves de Sena, pela compreensão, ensinamentos e estímulos em todos os momentos.

A coordenação do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia - Mestrado Profissional, pela busca de garantir as condições para o avanço dos debates e práticas da Agroecologia.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia - Mestrado Profissional, por aceitarem o desafio e se dedicarem a esta iniciativa tão necessária.

Ao professor Elpídio Serra, pela colaboração e importantes considerações que contribuíram para qualificar este trabalho.

A todos/as os/as colegas da primeira turma do Mestrado Profissional em Agroecologia, pelas alegrias e desafios de trilharmos juntos este caminho novo.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por ter me desafiado ao estudo e pela vivência de valores como a indignação, companheirismo e identidade de classe trabalhadora.

Aos companheiros e companheiras da Escola Milton Santos, pelo desafio, compreensão e contribuição para que este trabalho fosse possível.

Aos egressos das turmas dos cursos técnicos da Escola Milton Santos, pela colaboração com as informações e pela disponibilidade.

A todos e todas que colaboraram com informações e se dispuseram a ser entrevistados/as, contribuindo imensamente para os objetivos deste estudo.

A minha companheira Márcia, pelo afeto, compreensão e colaboração indispensável para que este trabalho fosse possível.

Aos meus filhos Natan e Luane, por me mostrarem todos os dias a beleza humana, revelada na alegria, sinceridade e simplicidade das crianças.

A minha mãe Alzira, pelo amor, acolhimento e generosidade, e meu pai Santo (*in memorian*), pelos ensinamentos e exemplos de vida.

A todos e todas que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho.

Agradeço sinceramente.

“Existem apenas duas classes sociais,
a dos que não comem
e a dos que não dormem
com medo da revolução dos que não comem.”

“Por causa dessa geopolítica que se instalou
proposta pelos economistas e imposta pela mídia
o centro do mundo, hoje, não é o homem,
é o dinheiro.
Isso abriu espaço para qualquer forma de barbárie,
pela qual a gente deixa morrer
crianças, velhos e adultos
tranquilamente.”

(Milton Santos)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área no Brasil – 1985/2006.....	32
Quadro 2	Estrutura fundiária do Brasil – 2012.....	33
Quadro 3	Evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil medida pelos imóveis – 2003/2010.....	34
Quadro 4	Proposições do MST para a Reforma Agrária Popular nos assentamentos....	48
Quadro 5	Ocupação e uso do solo com atividades agropecuárias na EMS - 2016.	73
Quadro 6	Cursos Técnicos em Agroecologia desenvolvidos na EMS	81
Quadro 7	Regiões e municípios de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.....	85
Quadro 8	Origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.....	86
Quadro 9	Contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos	88
Quadro 10	Porcentagem, por turma, de contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Número de assentamentos criados de 1985 a 2014.....	35
Figura 2	Centros/Escolas de Formação em Agroecologia organizadas pelos Movimentos Sociais Populares do Paraná.....	62
Figura 3	Fotografia da área concedida para a EMS em 2002.....	66
Figura 4	Fotografia do lixo depositado na área concedida para a EMS em 2002	66
Figura 5	Fotografia da área de produção concedida para a EMS em 2002.....	67
Figura 6	Imagem de satélite da área da sede da Escola Milton Santos - 2014.....	71
Figura 7	Fotografia da situação atual da área da sede da Escola Milton Santos	72
Figura 8	Mapa da Escola Milton Santos - 2016	74
Figura 9	Setograma representando a distribuição de frequência dos estudantes egressos das turmas de cursos técnicos em Agroecologia já concluídos na Escola Milton Santos	82
Figura 10	Origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS	86
Figura 11	Porcentagem, por turma, de contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.....	91
Figura 12	Somatório, por turma, das categorias CC + CI, e NC + sem informação, relativas à contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.....	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
AS-PTA – Assessoria de Projetos em Tecnologia Alternativas
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATEMIS - Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CAPP - Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico
CDP - Casa de Detenção Provisória
CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEEBJA – Centro Estadual e Educação de Jovens e Adultos
CEPAG – Centro de Formação e Pesquisa Ernesto Guevara
COANA – Cooperativa de Comercialização da Reforma Agrária Avante Ltda.
CPP - Coordenação Política Pedagógica
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRESOL - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
EBAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EJGS – Escola José Gomes da Silva
ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMS – Escola Milton Santos
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ET UFPR - Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
FATECIE – Faculdade de Tecnologia e Ciências do Norte do Paraná
FIC - Formação Inicial Continuada
FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa
FUNPAR - Fundação da Universidade Federal do Paraná

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA - Instituto Latino Americano de Agroecologia, Educação, Capacitação e Pesquisa da Agricultura Camponesa Contestado
IEJC - Instituto de Educação Josué de Castro
IFPR – Instituto Federal do Paraná
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITEPA - Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária
MAA - Movimento de Agricultura Alternativa
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB – Núcleo de Base
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
ONG – Organização Não Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade
PMM - Prefeitura do Município de Maringá
PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PPP – Projeto Político Pedagógico
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA - Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária
PRV – Pastoreio Racional Voisin
PT – Partido dos Trabalhadores
REDE ECOVIDA – Rede de Certificação Participativa
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
SEJU - Secretaria de Estado da Justiça

SETI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná

SPCMA – Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente

TAC - Técnico em Administração de Cooperativas

TC - Tempo Comunidade

TE - Tempo Escola

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná

UNISOCIESC – Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

VC – Via Campesina

Contribuição dos egressos da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Paraná

RESUMO

A presente dissertação investigou as ações de egressos de cursos técnicos em Agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Paraná. Trata-se de um estudo de caso, pesquisa qualitativa realizada com egressos da Escola Milton Santos - EMS, localizada em Maringá-PR. O objetivo geral foi avaliar a contribuição dos egressos da EMS para promoção da Agroecologia e desenvolvimento em assentamentos no Paraná. Verifica-se, mediante análise bibliográfica e documental, que os assentamentos de reforma agrária tem sido espaço de ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, para repensar o modelo de desenvolvimento do campo. Para isto demanda formação técnica em Agroecologia para jovens assentados, implementando cursos técnicos formais e estruturando Escolas de Formação em Agroecologia, dentre elas a Escola Milton Santos, desde 2002. Tem desenvolvido formação em parcerias com diversas instituições, formando quatro turmas nos Cursos Técnicos em Agroecologia, com educandos vindos de diversos assentamentos e regiões do estado. A análise de entrevistas com os educandos e lideranças dos assentamentos e pesquisa documental constatou que a maioria dos egressos mantém vínculo e contribuição objetiva e subjetivamente com o desenvolvimento diferenciado do modelo produtivo do agronegócio para os assentamentos, através de ações educativas, organizativas e produtivas para consumo e renda das famílias. Os limites não dizem respeito apenas à formação oferecida nos cursos, mas às contradições que envolvem os assentamentos e disputa de modelos de desenvolvimento nesses territórios.

Palavras-chave: Agroecologia, movimentos sociais do campo, formação em Agroecologia, assentamentos rurais.

Contribution of technicians formed in Agroecology of the School Milton Santos for the promotion and development of settlements of the agrarian reform of Parana

ABSTRACT

This dissertation investigated the actions of graduates of technical courses in Agroecology in settlements of the Agrarian Reform of Parana. This is a case study, qualitative research conducted with graduates of the School Milton Santos - EMS, located in Maringa-PR. The general objective was to evaluate the contribution of the graduates of EMS for promotion of Agroecology and development in settlements from Parana. It is verified, through literature and documental review, that the agrarian reform have been a place of action of Workers Movement Landless - MST to rethink about the development model of the field. For this demand technical training in Agroecology for young settlers, implementing formal technical courses and structuring Training Schools in Agroecology, among them the School Milton Santos since 2002. Has developed training partnerships with various institutions, forming four classes in technical courses in Agroecology, with students from various settlements and regions of the State. The analysis of interviews with students and leaders of the settlements and documentary research has found that most graduates maintain bond and contributing objectively and subjectively differentiated from agribusiness production model for the settlements through educational, organizational and productive actions for consumption and income of families. The limits do not concern only the formation offered in courses, but the contradictions that involve the settlements and dispute of models of development in these territories.

Keywords: Agroecology, popular social movements, training in Agroecology, rural settlements.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. MATERIAIS E MÉTODOS	20
2. O CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO	24
2.1. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO E A AGROECOLOGIA	24
2.1.1 A opção histórica pela não reforma agrária no Brasil - do latifúndio a modernização conservadora.....	24
2.1.2. Consequências do modelo capitalista para o campo na atualidade	30
2.2. DESAFIOS PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	36
2.2.1. A luta do MST e a conquista dos assentamentos	38
2.2.2. Propostas do MST para o desenvolvimento dos assentamentos	42
2.3. AGROECOLOGIA NO PROJETO DE CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	48
2.3.1. Algumas concepções de Agroecologia	48
2.3.2. A construção da Agroecologia: iniciativas dos movimentos sociais populares	51
3. FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ESCOLA MILTON SANTOS	55
3.1. FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	55
3.1.1. Contexto da Formação em Agroecologia no MST	55
3.1.2. Centros de Formação em Agroecologia no Paraná e a Escola Milton Santos	60
3.2. ESCOLA MILTON SANTOS E A FORMAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA	64
3.2.1. Histórico da Escola Milton Santos.....	65
3.2.2. Caracterização geral da EMS.....	71
3.2.3. Elementos principais da concepção de educação e do método pedagógico e de organização curricular dos cursos técnicos	76

3.2.4. Atividades desenvolvidas na EMS.....	80
4. AÇÃO DOS EGRESSOS DA EMS: ALCANCES, LIMITES E DESAFIOS	84
4.1. OS LOCAIS DE ORIGEM DOS EDUCANDOS EGRESSOS	84
4.2. PERMANÊNCIA, VÍNCULO E CONTRIBUIÇÃO NOS ASSENTAMENTOS...	87
4.3. AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS EGRESSOS	92
4.3.1. Estímulo a promoção da Agroecologia nos assentamentos	94
4.3.2. Produção para consumo familiar e para geração de renda.....	96
4.3.3. Projetos e programas públicos.....	99
4.3.4. A ATES e ATER.....	102
4.3.5. Ações organizativas internas ao movimento social e assentamentos.....	104
4.3.6. Formação em Agroecologia.....	105
4.4. A FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA OFERECIDA NOS CURSOS TÉCNICOS DA EMS: ALCANCES E LIMITES	107
4.4.1. O alcance da formação nos cursos técnicos em Agroecologia	108
4.4.2. Limites do alcance da formação na ação nos assentamentos	114
4.5. LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ESCOLA MILTON SANTOS.	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	127
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

A humanidade tem vivenciado nos últimos cinco séculos o modo capitalista de produção como forma predominante de organizar a produção e reprodução social. O Brasil se constituiu dentro da dinâmica do capitalismo nascente, e sofreu com o colonialismo implementado nos países do hemisfério sul, que se apoderou de riquezas naturais e produção agrícola.

A busca de maior produção e eficiência com objetivo de lucro fez com que a agricultura passasse por várias revoluções tecnológicas, desde a mecanização (fins do século XIX) até a propriedade genética atual. (GRIFFIN, 2004, p. 19). Nessa busca, o agronegócio se estruturou recentemente como a forma da organização capitalista no campo no Brasil.

Os assentamentos de reforma agrária tem sido espaço de ação dos movimentos sociais populares no seu esforço de repensar o modelo de desenvolvimento para o campo, em especial para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, principal movimento de luta por Reforma Agrária no país e no estado, e que organiza famílias em muitos assentamentos no Paraná.

Desde final da década de 1990 este movimento estuda as consequências do modelo produtivo químico-industrial ou “convencional”, percebidas inclusive nas áreas de assentamentos. Um marco histórico foi o IV Congresso Nacional do MST em 2000, no qual se define pelo esforço de construção de novas bases para o desenvolvimento no campo, sintetizadas num programa de construção da “Reforma Agrária Popular”, o Programa Agrário. Este programa tem a Agroecologia como componente fundamental.

A partir de então, constatada a importância das famílias assentadas como base social principal deste movimento, os assentamentos são desafiados a uma ressignificação no processo de luta por Reforma Agrária. Diversas iniciativas são desenvolvidas, desde o debate com sua base social até experiências de produção em base agroecológica.

Esse esforço resultará na busca de garantir para os assentamentos de reforma agrária um acompanhamento técnico adequado a estes objetivos e de modo não esporádico e descontínuo. Considerando ainda a necessidade e possibilidade de escolarização da juventude do campo, e de que a formação técnica na área agrária no Brasil tradicionalmente tem formado para o modelo predominante (neste momento o modelo do agronegócio), o MST demandará às instituições públicas esta formação, com perspectiva de que os egressos incidissem nos processos de desenvolvimento dos assentamentos.

Com o desafio da formação técnica em Agroecologia, além de cursos técnicos formais de diferentes modalidades, foram estruturados Escolas/Centros de Formação em Agroecologia no Paraná e outros estados do país, dentre as quais a Escola Milton Santos - EMS.

A Escola Milton Santos é, portanto, um centro de educação em Agroecologia e desenvolvimento sustentável, de iniciativa dos movimentos sociais populares do campo. Esta localiza-se na zona industrial do município de Maringá, onde funciona desde junho de 2002, em área que se encontrava abandonada, concedida pela Prefeitura Municipal de Maringá, com objetivo de estimular o desenvolvimento comunitário e cultural, o desenvolvimento agrícola, a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo atividades de educação, capacitação e pesquisa.

Vinculada ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITEPA, desde 2007 passou a ser legalmente representada pela Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos – ATEMIS, composta por pequenos agricultores, camponeses, educadores e educandos do campo do Estado do Paraná, e outros estados, e que se constituiu para possibilitar o cumprimento de seus objetivos.

Desde 2003, a EMS ofereceu e concluiu quatro turmas de cursos técnicos em Agroecologia, especificamente voltados para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, através do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA. A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR inicialmente, e o Instituto Federal do Paraná – IFPR posteriormente, foram parceiros da EMS, tendo também a responsabilidade de certificação destes cursos, com 79 estudantes egressos no total.

Atualmente a Escola desenvolve os cursos de Pedagogia para Educadores/as do Campo, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá – UEM, Curso de Educação de Jovens e Adultos - Fase II, em parceria com a Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE e iniciou a quinta turma do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, em parceria com o IFPR.

Além disso, tem desenvolvido uma série de atividades informais de capacitação de divulgação e estímulo da promoção da Agroecologia nos assentamentos e comunidades camponesas e no seu entorno, sobretudo nos municípios de Paiçandu e Maringá.

Sendo estudante do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Agroecologia, busquei desenvolver um tema de dissertação relacionado à minha prática educativa, de minha tarefa cotidiana, de acordo com as aberturas de um Mestrado Profissional. Ao mesmo tempo

em que pudesse contribuir com a reflexão sobre a formação em Agroecologia e o desenvolvimento dos assentamentos em uma perspectiva contra-hegemônica ao modelo do agronegócio, tema relevante para o debate acadêmico atual sobre educação, questão agrária e da Agroecologia, e para a ação dos movimentos sociais populares.

Há aproximadamente três anos passei a colaborar diretamente com as atividades e compartilhar os desafios da Escola Milton Santos. Bem antes disso, desde início das primeiras turmas dos cursos técnicos em Agroecologia nos diversos Centros/Escolas de Formação no Paraná, já colaborava com a elaboração de projetos até a busca das condições para implementá-los.

Dentre os muitos aspectos importantes já estudados da EMS, a sistematização dos possíveis resultados concretos (objetivos e subjetivos) dos egressos dos cursos, sujeitos do processo de formação vivenciada, foi até o momento pouco abordado e, por outro lado, tem sido uma demanda da própria base social de origem dos educandos.

Dessa forma, avaliar impactos e contribuições desse processo faz parte da necessidade constante de verificar e qualificar a própria prática social, buscar torná-la práxis mais profunda e comprometida, que possa contribuir com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Compreender a realidade é condição para nela intervir. É neste sentido que foi definida a pesquisa, da qual os motivos não foram meramente acadêmicos, e nem tampouco estão isentos de perspectivas político-ideológicas que toda pessoa adere, consciente ou inconscientemente.

Supõe-se que os processos de formação em Agroecologia promovidos pelos movimentos sociais populares do campo, especialmente o MST/Via Campesina, com as referidas parcerias, têm contribuído com um processo de desenvolvimento nas áreas de assentamentos, em diversos aspectos diferenciado do modelo produtivo predominante do agronegócio. Entretanto, esta incidência, especialmente aquela possivelmente atribuível as iniciativas da EMS, não foi suficientemente avaliada, seja para discutir a importância e pertinência desses processos, seja para levantar, a partir daí, possíveis críticas e sugestões para qualificar a experiência em andamento.

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a contribuição da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia e desenvolvimento na perspectiva da proposta de “Reforma Agrária Popular”, em assentamentos de reforma agrária no Paraná através da possível ação de seus egressos.

Desdobram-se disto os objetivos específicos perseguidos e elencados a seguir: a) discutir o contexto do campo no país, a luta dos movimentos sociais populares e a incorporação da Agroecologia como uma nova temática de sua reflexão e ação; b) caracterizar o contexto que leva a criação da Escola Milton Santos e sua trajetória histórica; c) identificar as intervenções que a EMS teve nesses territórios, sobretudo por intermédio da ação dos egressos dos cursos técnicos em Agroecologia, buscando perceber seu vínculo e possíveis contribuições objetivas e subjetivas no desenvolvimento dos assentamentos, especialmente a promoção da Agroecologia; d) a partir disto, identificar que limites houve e que intervenções ainda são necessárias, apontando desafios e possíveis ajustes na proposta educativa, produtiva e organizativa da Escola.

Foram adotadas como hipóteses de trabalho que: a) os educandos egressos dos cursos técnicos da EMS, em sua maioria, têm mantido vínculo e ações nos assentamentos de reforma agrária; b) as atividades de formação desenvolvidas pela Escola Milton Santos podem ter tido contribuição/impacto relevante na promoção da Agroecologia nas áreas de assentamentos; c) as condições dos assentamentos de reforma agrária e seu grau de organização podem ter influência nas possíveis incidências a partir dos processos de formação em Agroecologia.

Identificam-se cinco regiões de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia, com 29 municípios representados. Essa representatividade e diversidade de locais refletem no retorno para suas comunidades e regiões de origem, abrangendo diversos assentamentos, nos quais contribuíram com ações diversas de desenvolvimento e promoção da Agroecologia.

A pesquisa aponta que a maioria dos egressos manteve e/ou mantém vínculos diretos com os assentamentos de reforma agrária e neles desenvolveram atividades técnicas, produtivas, educativas e organizativas, coletivas e/ou nas suas unidades familiares, relacionadas ao Programa Agrário do MST.

Obviamente há limites no alcance dessas ações dos egressos, parte deles pode ser relacionados com a formação oferecida. Contudo, compreende-se que os limites para os avanços da Agroecologia podem ser explicados, sobretudo, a partir do contexto da questão agrária brasileira atual, compreendendo os movimentos sociais e a particularidade dos assentamentos.

Essas ações, em seus méritos e seus limites, não são exclusivas dos egressos, mas se inserem num esforço coletivo. Daí compreender essas ações, dos egressos e da EMS, como uma “contribuição” neste processo.

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos, buscando verificar se a formação em Agroecologia tem sido ou não um aspecto relevante para um processo de desenvolvimento nos assentamentos, e se as atividades de formação desenvolvidas pela Escola Milton Santos tem tido ou não contribuição relevante na promoção da Agroecologia nesses territórios.

Iniciamos no **primeiro capítulo** situando os materiais e métodos do trabalho de pesquisa. Trata-se de um estudo de caso com intuito de avaliar esta possível contribuição da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia em assentamentos no Paraná. Constitui-se num trabalho também descritivo, de base qualitativa (predominantemente) e quantitativa. Apresentamos aí os procedimentos de coleta de dados e de análise das informações obtidas.

No **segundo capítulo** buscando apresentar elementos da questão agrária no Brasil e a luta dos movimentos sociais que dela resulta. Disto emergirão os assentamentos com suas particularidades e desafios, para os quais os movimentos sociais vão apontando um questionamento do modelo hegemônico de produção e organização da vida no campo e perspectivas de desenvolver iniciativas diversas de promoção da Agroecologia nos assentamentos.

No **terceiro capítulo** tratamos de compreender a proposta de educação dos movimentos sociais populares do campo e o desafio de formação em Agroecologia através dos cursos técnicos em Agroecologia e as Escolas de Formação, dentre as quais buscamos apresentar mais detalhadamente a Escola Milton Santos, características gerais, método pedagógico assumido e principais atividades desenvolvidas.

Discutimos no **quarto capítulo** os locais de origem dos educandos, o percurso e ações nos assentamentos, enquanto egressos. A partir disto, buscamos caracterizar essas ações e analisando em que dimensões podem ter contribuído com o desenvolvimento dos assentamentos na perspectiva da “Reforma Agrária Popular” e particularmente na promoção da Agroecologia. Tendo verificado as possíveis incidências da formação em Agroecologia oferecida pela EMS, expressas pela ação dos egressos dos cursos técnicos, coube problematizar os limites e possibilidades dos avanços nos assentamentos, relacionados com esta formação e os desafios da própria Escola.

Pontuam-se limites possibilidades e desafios, seja no processo formativo, seja nos aspectos diversos da EMS para se constituir como referência em Agroecologia, de acordo com seus objetivos e a materialidade que está inserida, e em conjunto com as iniciativas dos movimentos sociais populares do campo.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de estudo de caso sobre a formação desenvolvida pela Escola Milton Santos e seus possíveis impactos na promoção da Agroecologia nos assentamentos, por intermédio das ações de seus egressos nos assentamentos de reforma agrária. De acordo com Yin (2005, apud HOELLER, 2006),

[...] o estudo de caso consiste em uma investigação de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, visando uma análise do contexto e dos processos envolvidos no estudo. O sujeito não está isolado de seu contexto (como nas pesquisas de laboratório), já que o objetivo é investigar a relação sujeito-contexto. Embora os métodos de coleta de dados mais comuns em um estudo de caso sejam a observação e as entrevistas, nenhum método pode ser descartado. Os métodos de coleta de informações são escolhidos de acordo com o objetivo do trabalho. (p. 55).

O trabalho é também descritivo, de base predominantemente qualitativa e quantitativa. Como afirmam Moreira e Caleffe (2006), a pesquisa qualitativa “[...] explora as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente. O dado é frequentemente verbal e coletado pela observação, descrição e gravação” (p. 73).

Foi desenvolvida uma sistematização da teoria e da prática e uma reflexão sobre elas. Utilizou-se diversas ferramentas metodológicas para a investigação, como questionário de levantamento de dados, entrevistas semi-estruturadas, observações *in loco* e pesquisa documental.

Foi realizada uma revisão de literatura que trouxesse elementos teóricos capazes de permitir a reflexão crítica relativa ao objeto da pesquisa, buscando as elaborações de autores sobre os temas que perpassam o trabalho. Foram reunidos elementos sobre a questão agrária brasileira, o desenvolvimento capitalista no campo, movimentos sociais populares do campo (particularmente o MST), a Agroecologia, as particularidades dos assentamentos de reforma agrária e concepções e método de formação desenvolvido nas iniciativas educativas dos movimentos sociais populares.

Procedidas, ainda, pesquisas relativas à Escola Milton Santos, abordando diferentes aspectos de sua construção teórica e prática, a partir de diversos trabalhos acadêmicos como dissertações e teses, artigos, livros e revistas que abordam aspectos diferentes de sua práxis pedagógica e metodológica.

Coleta de dados e procedimentos de análise

Na pesquisa documental, foram caracterizados os cursos, buscando seus projetos pedagógicos e metodológicos, projetos oficiais/formais, relatórios de etapas e outros registros nos documentos de memória.

Sobre a EMS, buscou-se descrever seu histórico, as principais atividades que desenvolve, forma de organização e método pedagógico. Subsidiou essa pesquisa documental seu projeto pedagógico, regimento interno, projetos para captação de recursos, dossiês, registros sobre a organização do trabalho nos setores, relatórios de seminários internos, fotos, mapas, dentre outros.

Nas observações realizadas, buscou-se considerar as condições físicas e a prática pedagógica da EMS, a organização dos/as trabalhadores e trabalhadoras voluntários/as da Escola, a relação desta com os educandos egressos, com os coletivos do MST e instituições parceiras. Procuramos observar, também, o trabalho relacionado mais diretamente com a Agroecologia na área da Escola. As observações ajudaram a complementar a descrição da EMS e refletir sobre seus limites, potencialidades e desafios.

A pesquisa documental sobre estudantes egressos e suas atividades pós-cursos permitiu elaborar uma sistematização inicial sobre quem foram os estudantes e os locais de origem ao virem para os cursos. O passo seguinte foi buscar os dados sobre as atividades desenvolvidas pelos egressos.

Concluíram os cursos de Agroecologia na EMS 79 estudantes, em quatro turmas com modalidades, períodos de duração e contexto diferentes dentro da trajetória da Escola, contudo, semelhantes no método pedagógico. São elas: turma I – “Karl Marx”; turma II – “Vladimir Lênin”; turma III – Haydée Santamaría; turma IV – “Carlos Marighella”.

Concluídos os cursos, há a expectativa de seu retorno para trabalho relacionado ao desenvolvimento dos assentamentos e particularmente a promoção da Agroecologia, o que não necessariamente acontece. Mesmo quando isto ocorre, a ação posterior pode não ser necessariamente no assentamento ou mesmo na região de origem dos educandos.

Por isso, um levantamento inicial de dados sobre as atividades após a conclusão dos cursos foi necessário. O ANEXO I mostra o questionário utilizado para tal fim. A intenção era aproximarmos o mais possível de um inventário sobre essas atividades. Entretanto não obtivemos o sucesso esperado com os questionários entregues, recebendo o retorno de apenas cerca de 23% dos egressos. Esta situação demandou uma confirmação e complementação de

informações em entrevistas com lideranças regionais, sistematizando finalmente um quadro com o percurso (locais de inserção) e ações dos educandos formados nos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

Este percurso de contribuição ou não em ações de promoção da Agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos foi estratificado em três categorias, e registrando-se os casos sem informação confiável.

Os dados quantitativos foram tabulados, analisados e organizados em planilhas do programa Microsoft Excel e apresentados em tabelas e gráficos de distribuição de frequência simples.

Tendo isto em conta, foi avaliada uma amostra dos estudantes egressos dos cursos técnicos em Agroecologia promovidos pela EMS e parceiros, e uma amostra de lideranças regionais e estaduais do MST, para a realização de entrevistas semi-estruturadas.

Foram entrevistados/as estudantes egressos dos cursos, adotando um critério qualitativo para escolha da amostra. As entrevistas foram direcionadas para educandos egressos de acordo com a diversidade de locais e ações desenvolvidas após a conclusão dos cursos, conforme apontado pelo quadro anteriormente mencionado. Como critério complementar, definiu-se por contemplar estudantes de cada uma das quatro turmas formadas na EMS.

Baseados simultaneamente nesses critérios, propusemos o número de entrevistados de 8 (oito) egressos, distribuídos conforme segue: turma I: 2 educandos; turma II: 1 educando; turma III: 1 educando; turma IV: 4 educandos. Estas entrevistas tiveram questões para identificar as iniciativas de promoção em Agroecologia e, ainda, questões sobre de que modo a formação contribuiu e que limites se percebe para o desenvolvimento de seu trabalho. O roteiro dessas entrevistas se encontra no ANEXO II.

Para as entrevistas semi-estruturadas com lideranças, o critério foi igualmente qualitativo. Entrevistamos 6 (seis) lideranças regionais ou estaduais do MST, que desenvolvem trabalho técnico e/ou político organizativo, que conhecem os processos formativos desencadeados nos cursos técnicos em Agroecologia, e acompanharam ou acompanham o trabalho dos egressos em diferentes locais e dimensões.

Buscamos identificar quais iniciativas de promoção da Agroecologia resultam dos processos de formação desenvolvidos, resultados objetivos (como redução de uso de agroquímicos, iniciativas de produção em base agroecológica para consumo familiar e renda,

dentre outros) e subjetivos (como educação ambiental e estímulos a promoção da Agroecologia). O roteiro dessas entrevistas se encontra no ANEXO III.

As entrevistas de egressos e lideranças foram analisadas avaliando os dados qualitativos, agrupando e tratando conforme a frequência dos aspectos estudados nas respostas. Discutimos as informações obtidas e categorias teóricas que as entrevistas indicaram. Confrontou-se ou corroborou-se, quando possível, as avaliações sobre as questões semelhantes propostas, além da necessária complementação de informações.

2. O CAMPO E A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO

Neste capítulo buscamos apresentar elementos de discussão sobre a questão agrária no Brasil e a luta dos movimentos sociais que dela resulta. Destas contradições emergiram os assentamentos com suas particularidades e desafios. As proposições dos movimentos sociais para estes territórios vão apontando para um questionamento do modelo hegemônico de produção no campo, estruturado desde a modernização conservadora e organizado na atualidade pelo agronegócio. Nesta perspectiva serão desenvolvidas iniciativas diversas de promoção da Agroecologia nos assentamentos.

2.1. QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO E A AGROECOLOGIA

Ao contrário dos autores que defendem que não existe mais uma questão agrária no Brasil¹, os índices de concentração de terra e de renda no campo, a existência dos movimentos sociais populares, luta por reforma agrária ainda presente e os conflitos sociais dela decorrentes, apontam em sentido oposto. Trataremos brevemente das questões relativas ao modelo de desenvolvimento adotado no campo, que passa a fazer parte da questão agrária no país.

Para entendermos as proposições e ações dos movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária e a formação como parte das iniciativas de organização dos assentamentos, é importante tratarmos brevemente sobre a dinâmica do campo no Brasil ao longo de sua história.

2.1.1 A opção histórica pela não reforma agrária no Brasil: do latifúndio à modernização conservadora.

Durante os últimos cinco séculos a humanidade passou a vivenciar predominantemente o modo capitalista de produção, como forma principal de organizar a produção e como solução para as necessidades das pessoas. Este modo de produção teve sua evolução econômica iniciando-se com o capitalismo comercial, especialmente na Europa, e

¹ Neste sentido, ver, por exemplo, obras de Lopes e Neves (2005) e Zylbrestajn e Machado Filho (2002), considerados representantes do paradigma do capitalismo agrário.

com o colonialismo implementado nos países do hemisfério sul se apoderou de riquezas naturais e produção agrícola (STÉDILE, 2004, p. 7).

O território posteriormente denominado Brasil vai se constituir, desde sua origem, no contexto da dinâmica de formação da sociedade capitalista nascente em nível mundial, na qual os resultados da exploração das chamadas “grandes navegações” teve papel na acumulação primitiva de capital.

O país nasce na dinâmica capitalista mundial em formação, inclusive como um “negócio” desde a origem. Instala-se aqui o que Prado Júnior (1998) denomina de “feitoria comercial”, ou colônia de exploração, e não uma “colônia de povoamento”, como ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo. A colonização brasileira se configura numa vasta empresa comercial,

[...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto (PRADO JUNIOR, 1988, p. 22-23).

Contudo, a inserção do país nesta dinâmica capitalista internacional e, sobretudo, as formas de organização interna das relações sociais de produção foram contraditórias e não tipicamente capitalistas. O que suscitou amplo debate sobre a questão agrária na história do Brasil.

Conforme Lima (2011, p. 37), ao longo do tempo a classe dominante, representante do capital, tem investindo e implementado no campo novas tecnologias, portanto, novas forças produtivas, parcialmente como resposta a suas necessidades, prioritariamente para garantir a produção de lucro e a acumulação de capital.

Observando os mais de quinhentos anos de colonização, formação da sociedade brasileira e ocupação do território, tivemos três grandes modelos econômicos, variações de formas particulares de organização da produção de mercadorias, sob a égide do modo capitalista de produção, que obviamente tiveram repercussões na agricultura (OLIVEIRA; STÉDILE, 2006). O primeiro período é denominado de Agroexportador (de 1500 até o final do século XIX); o período seguinte de modelo de Industrialização Dependente (a partir de 1930); e o modelo agrícola iniciado no período neoliberal dos anos 1990, o agronegócio.

Neste primeiro período, a grande propriedade rural, com os cultivos de monoculturas desencadeou outro processo: o trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 1998). O capitalismo colonizador organizou uma forma particular de produzir dentro das fazendas, chamadas “*plantations*”, baseadas nas grandes extensões de terra, monocultivo especializado, venda para o mercado externo e trabalho escravizado.

As consequências desse processo, imbricando grande concentração da terra e exploração do trabalho escravizado, persistem até a atualidade. O latifúndio ali fincava suas raízes, e esta construção social que surge desde a origem da dinâmica de colonização, deixará marcas na formação econômica e sociocultural do país.

Stédile (2000, p. 5) aponta que a palavra latifúndio “[...] vem do latim, ‘*latifundiu*’, e era utilizada já na Roma Antiga, para caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário”. Mas entenderemos aqui esta categoria além do conceito referente ao termo. Ainda segundo esse autor: “[...] são todas as grandes propriedades privadas de terras que existem em nosso país, que por se apropriar de um bem da natureza, cerca, impõe um falso conceito de direito absoluto de propriedade e subjuga apenas à vontade do seu proprietário legal.” (p. 8).

Medeiros (2012) afirma que essas grandes propriedades passaram a ser denominadas latifúndios, em especial por seus críticos, e o termo assumiu ao longo do tempo um caráter eminentemente político.

O latifúndio firma suas raízes na origem da colonização e estendeu sua força por mais de 400 anos no Brasil. As marcas da oligarquia rural, classe dominante durante o modelo Agroexportador, permanecem ainda nos períodos que se seguiram.

A lógica de acumulação e as necessidades do capital se reproduzir, durante o período do capitalismo industrial, impuseram outras mudanças na forma de produzir e explorar o trabalho na agricultura. Assistiu-se, então, em todo o mundo, e no Brasil a partir da década de 1930 e aprofundado nas décadas de 1960 e 1970, o capital industrial se sobrepôr a agricultura.

Nesse processo que se destacam: a) a subordinação da agricultura à indústria e à produção com objetivo de lucro; b) o capital impõe à terra a lógica da propriedade privada, transformando-a em mercadoria; c) expulsão de camponeses e populações nativas para cidades; d) a indústria introduz sua lógica na produção de alimentos, que passam a ser matéria-prima das indústrias; e) o capitalismo industrial busca o aumento da produtividade física da terra e a produtividade do trabalho dos agricultores, introduzindo na agricultura os

métodos da divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico da indústria (STÉDILE, 2004, p. 9-10).

Em 1964, com o Golpe Militar, os movimentos camponeses são duramente reprimidos e o debate sobre a reforma agrária fica praticamente proibido. Apesar de o governo militar ter aprovado o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964), mas no que diz respeito à distribuição de terras este não foi aplicado durante o período seguinte, e instalando, por outro lado, instrumentos para a modernização da agricultura.

Com o regime militar, se adota uma política de retomada do processo de crescimento econômico acelerado, que no campo não rompe com a estrutura agrária como estava constituída, mas apresenta-se como um processo de “modernização conservadora”.

Através de uma política de crédito rural subsidiado, modificou profundamente o perfil produtivo da agricultura sem atenuar a concentração da propriedade e posse da terra no Brasil, ao contrário, agravando-a, resolvendo os dilemas da oferta agrícola, da liberação de mão-de-obra do meio rural e da abertura de mercados para os produtos industrializados pela via da mudança do padrão tecnológico e da transformação das relações de trabalho (FERREIRA; SILVA; ANTUNIASSI, 1999. p. 137).

A este processo, amplamente estudado no País, chamou-se, por isto, de **modernização conservadora**: desigual, entre regiões e produtos, parcial, entre os diferentes momentos e ciclos de produção na agricultura, excludente, no que diz respeito aos seus efeitos sociais e ecologicamente danoso, em termos dos impactos sobre solos e demais recursos naturais. (p. 137; grifos no original).

Esta política teve como principal instrumento uma ampla concessão de crédito subsidiado para grandes empreendimentos agrícolas e acabou por aprofundar a concentração de terras no Brasil, substituindo trabalhadores por máquinas e ampliando as terras de cultivos sobre áreas em posse de camponeses (VALADÃO, 2012, p. 70). Somente com o enfraquecimento do regime militar, ao final da década de 1970, o debate e as lutas pela reforma agrária são retomadas.

Germer (1994) postula que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura no Brasil se deu sem realizar previamente uma reforma agrária, se baseando na estrutura latifundiária amplamente dominante desde a colonização, acentuando-a. Seguiu, desta forma, a chamada Via Prussiana.

Não interessa tanto a denominação, mas o que ela expressa. Na via prussiana a transformação capitalista não “revoluciona” a realidade agrária preexistente, mas promove uma evolução ou adaptação dela ao capitalismo: por um lado, transforma paulatinamente o latifúndio em capitalista (ou seja,

promove uma “modernização”, em termos econômicos e técnicos, mas raramente político-ideológicos) e os diversos tipos de pequenos agricultores dependentes ou agregados, em trabalhadores assalariados. (GERMER, 1994, p. 262).

Segundo Bonim (1987) as medidas repressivas e cooptativas implantada pelo regime militar asseguraram condições político-institucionais para seu projeto de “reforma agrária” que, no plano econômico tinha como objetivo estimular um processo de profundas transformações capitalistas, pretendendo a “extinção de minifúndios e latifúndios por exploração”. Privilegiou-se uma agricultura altamente demandadora de insumos e máquinas, que visava capitalizar o setor industrial e a retomada do processo de acumulação capitalista integrado ao capital internacional.

Pode-se dizer que este processo de modernização conduziu a uma profunda alteração na estrutura agrária do país e do Estado do Paraná: uma proletarianização intensa da população rural, o avanço das culturas dinâmicas e das pastagens sobre as áreas das culturas alimentares tradicionais e o surgimento de grandes e médias empresas rurais, ao lado da maior parte das áreas que constituíam, antes de 1964, os latifúndios improdutivos e que assim permaneceram. (BONIM, 1987, p. 72).

Balestro e Sauer (2009), com base nos estudos de Graziano da Silva (1961), analisam que as inovações tecnológicas na agricultura que se convencionou chamar de Revolução Verde iniciam nos anos 1940, resultantes de pesquisas e experimentos de cientistas contratados pela Fundação Rockefeller. No Brasil essas mudanças se disseminaram a partir do final da década de 1960 e se intensificam na década seguinte, impulsionadas por incentivos governamentais, especialmente crédito. “O desenvolvimento agropecuário brasileiro sofreu uma mudança em sua base tecnológica com a implantação da Revolução Verde, um pacote de técnicas e lógicas produtivas, baseadas na química, mecânica e genética” (BALESTRO; SAUER, 2009, p. 8).

Uma das consequências deste processo no Brasil foi o acirramento da questão agrária. A modernização da agricultura no Brasil, que se segue após a Revolução Verde, apesar da elevação da produtividade de algumas culturas, trouxe o aumento da concentração fundiária, a expulsão dos camponeses do campo e um processo massivo de migração do campo para as cidades (principalmente as grandes metrópoles) e para áreas de fronteiras agrícolas em um curto período de tempo, com o aceleramento do processo de degradação ambiental. (VALADÃO, 2012, p. 69).

Bonim (1987) comenta ainda que a política de modernização foi especialmente implementada no sul do país com a expansão da soja e, em menor grau, o trigo e as culturas

de inverno (aveia, cevada, centeio). Não despropositadamente a modernização foi impulsionada por esses monocultivos, pois permitem e demandam elevação do grau de mecanização e padronização do processo produtivo, trazendo associados os demais elementos do “pacote tecnológico”.

Ao mesmo tempo em que se evidencia o processo contínuo de concentração da terra no país, não tem sido diferente no Paraná. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Estado entre 1970 e 1995 os estabelecimentos com menos de 10 hectares e com 10 a 50 hectares reduziram-se 47,63% e 25,41% respectivamente, enquanto os estabelecimentos com 100 hectares ou mais aumentaram 47,28%.

Isto demonstra que a questão da reforma agrária não está dissociada da matriz produtiva e tecnológica adotada na agricultura. Esta tendência foi mantida no período seguinte, como mostrou o censo agropecuário de 2006.

Um país que não tem interesse em planificar e orientar o desenvolvimento do seu campo também não terá interesse em seus camponeses. O Estado brasileiro há muito já deixou de olhar para nossa agricultura com interesse de desenvolvê-la harmonicamente com a população rural e por isso deslocou-a para as cidades. Desta maneira a Reforma Agrária nunca foi uma prioridade de ser realizada, como também só tem importância a produção agrícola que tenha interesse para a indústria ou mercado capitalista. (BOGO, 1999, p. 3).

Segundo Fernandes (2000), a luta política contra o atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária é fator importante para a territorialização do MST e de outros movimentos assim como para o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos como toda a agricultura “camponesa”.

Ainda este autor argumenta que os sem-terra tentam desenvolver formas de resistir à exploração e a expropriação, ao mesmo tempo em que busca ressocializar outros sem terra por meio da ocupação de terra, construindo as condições sócio-políticas para recriar o campesinato nos processos de territorialização e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

As ocupações criam o espaço de luta e resistência. Esse espaço é o acampamento. A resistência e a luta nesse espaço têm levado à conquista de uma fração do território. Dessas diferentes formas o MST tem se especializado e se territorializado. Ao se territorializar, ao conquistar frações do território, territorializa-se na luta pela terra. (FERNANDES, 1996).

Gonçalves (2008) propõe um conceito mais desafiador para a territorialização dos movimentos sociais:

A nosso ver, somente ocorre a territorialização dos movimentos sociais quando estes conseguem construir projetos de autonomia que requerem não só o assentamento rural, mas a articulação entre produção, circulação e consumo, entre comunidades de famílias assentadas e suas permanentes mobilizações, entre o controle da terra e dos meios de produção, mas também no controle e na disputa do mercado, extirpando as cadeias de domínio controladas pelo capital com um projeto elaborado e controlado pelos trabalhadores na construção de alternativas para além do capital. (GONÇALVES, 2008, p. 188).

Nesse modelo teórico, é na **luta na terra** e não na luta pela terra que se pode confirmar a territorialização do MST e a emancipação do campesinato. (p. 187, grifo nosso).

2.1.2. Consequências do modelo capitalista para o campo na atualidade

Oliveira e Stédile, (2006) propõem que o modelo de industrialização dependente submeteu e subordinou a agricultura no Brasil a sua lógica, e quando o modelo econômico como um todo entrou em crise, no final da década de 1980, afetou também a acumulação de capital na agricultura. Assim, a partir dos anos 1990 entramos num terceiro período histórico, implementando um modelo que buscava a acumulação de capital e novas taxas de crescimento através da subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional.

Girardi (2008) discute que nos últimos 20 anos o cenário agrícola internacional tem sido afetado por quatro principais elementos do neoliberalismo que atuam de forma integrada. 1- Os ajustes estruturais desiguais, impostos somente aos países subdesenvolvidos, permitiram a continuação dos programas de subsídios dos países desenvolvidos. 2- A desigual liberalização do mercado agrícola abriu caminho para o setor privado aumentar sua influência, especialização da produção e para o crescimento econômico. 3- O controle pelas corporações transnacionais é intenso e crescente. A produção de novas técnicas e organismos é dominada por essas corporações, fazendo com que os agricultores se tornem dependentes de sementes geneticamente modificadas e insumos fornecidos por um pequeno número de grandes corporações. 4- O último elemento que configura o neoliberalismo na agricultura é o direito sobre propriedade intelectual, que é aplicado às novas variedades de plantas e confere poder de monopólio às corporações que as desenvolvem, excluindo os pequenos produtores.

A base do modelo agrícola neoliberal é o agronegócio, que pode ser definido como:

Um complexo de sistemas caracterizado pela diminuição do controle da produção pelo agricultor. As atividades do agricultor se resumem ao momento da produção e ele depende de empresas e intermediários para dar-

lhe suporte (fornecimento de insumos, máquinas, técnicas de produção) e para a venda e transformação da produção, alongando o circuito e diminuindo os lucros e a independência do agricultor. O agronegócio necessita de uma concentração crescente para se sustentar (GIRARDI, 2008)².

Tal processo resultou no controle crescente do comércio agrícola pelos grandes grupos transnacionais, no estímulo a grandes fazendas de produção de *commodities* em monocultivos, mudanças nas agroindústrias e mudança de padrões tecnológicos na atividade agrícola. Esta nova forma de organizar a produção de mercadorias no campo em bases capitalistas foi possível a partir de mudanças estruturais sócio-técnicas em nível mundial, mas não supera, ao contrário, aprofunda o modelo produtivo da Revolução Verde para o campo. (SAUER, 2010, p. 146).

Marx, ao discutir os fundamentos da sociedade capitalista, demonstra os efeitos do caráter exploratório realizado na indústria e na agricultura, traduzindo-se numa falha metabólica entre ser humano e natureza.

E a cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo [...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (1988, p. 99).

A extração de mais riqueza da produção agropecuária segue sendo um desafio para os capitalistas. Com o decorrer dos anos, a busca de uma maior produção e eficiência fez com que a agricultura passasse por várias revoluções tecnológicas, desde a mecanização (fins do século XIX) até a propriedade genética atual. (GRIFFIN, 2004, p. 19).

As pesquisas na produção agropecuária no último quadriênio, especialmente no setor da engenharia genética, tem revelado um aprofundamento deste sistema implantado pela Revolução Verde, na medida em que não se identifica “[...] mudanças significativas na lógica de produção, nem no processo de artificialização da agricultura e da natureza” (SAUER, 2010, p. 146).

O agronegócio assume um papel importante no modelo macroeconômico brasileiro desde a década de 1990, de garantir superávits e manter reservas cambiais. Deste papel interno e da sua constituição internacional advém sua força hegemônica e sua participação na crise estrutural do capital mundial.

A crise estrutural do capital, conforme explicita Alves (2009, p. 214), produz consequências para a humanidade em razão da capacidade destrutiva do capital que produz a

² Texto não paginado. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

barbárie social e a catástrofe ecológica global, que pode ser traduzida mediante as alterações climáticas radicais e a ocorrência das catástrofes que atinge a população em diversos rincões do planeta terra.

Os resultados da Revolução Verde e o processo de comoditização dos produtos agropecuários têm intensificado os problemas da questão agrária através do estímulo à expansão do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, causando intensos danos socioambientais devido ao caráter concentrador e predatório desse modelo agrícola. “Este quadro, globalmente estabelecido, configura o novo contexto de expropriação do campesinato, contra o qual ele deve lutar para não ser desintegrado” (GIRARDI, 2008)³.

Do ponto de vista da estrutura agrária, os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE) evidenciam a continuidade da concentração de terras. Desta forma, permanece existindo o latifúndio, agora modernizado, participando da aliança de classes sociais que constituem o agronegócio.

Quadro 1. Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área no Brasil – 1985/2006

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)		
	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	9.986.637	7.882.194	7.798.607
De 10 a menos de 100 ha	69.565.161	62.693.585	62.893.091
De 100 a menos de 1000 ha	131.432.667	123.541.517	112.696.478
1000 ha ou mais	163.940.667	159.493.949	146.553.218
Total	374.924.421	353.611.246	329.941.393

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/2006.

Além disso, o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) demonstra⁴ que, enquanto 47,86% dos proprietários de terras (com propriedades com área inferior a 10 hectares) possuem apenas 2,36% da área ocupada no país, somente 0,91% dos proprietários rurais (com propriedades com área superior a 1000 hectares) possuem 44,42% das terras. Isto evidencia as graves desigualdades na estrutura fundiária nacional, uma das piores do mundo.

Dados mais recentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA confirmam esta situação, mostrando que 85% dos proprietários rurais detêm 16% das terras do país, enquanto 2% dos imóveis controlam 52% de todas as terras. Chama a atenção

³ Texto não paginado. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

⁴ Neste caso, não estão contabilizados as propriedades agropecuárias sem declaração de área (4,93%).

que 155 propriedades com 100.000 hectares ou mais representem 12% da área total das propriedades declaradas no país! (ver Quadro 2).

Quadro 2. Estrutura fundiária do Brasil – 2012.

Tamanho dos imóveis	Propriedades			
	Nº de imóveis	%	Área total	%
1 a 10 ha	1.200.939	31%	6.129.827	1%
10 a 100 ha	2.704.184	54%	68.051.497	15%
100 a 1.000 ha	533.741	13%	147.075.510	32%
1.000 a 10.000 ha	61.135	1,6%	151.607.930	33%
10.000 a 100.000 ha	1.517	0,4%	34.844.120	7%
Acima de 100.000 ha	155	-	56.565.422	12%
Total	3.871.671	100%	464.274.306	100%

Fonte: Cadastro geral do INCRA, abril de 2012.

A análise comparativa dos Quadros 1 e 2 leva a conclusões importantes. O Quadro 1 mostra que a área total dos estabelecimentos rurais, ou seja, o uso da terra, diminuiu entre 1985 e 2006, ano em que este total representava cerca de 330 milhões de hectares. Por outro lado, os dados do Quadro 2 se referem à área das propriedades declaradas, em 2012, apresentando um total de mais de 464 milhões de hectares. Essa diferença, de mais de 134 milhões de hectares, pode corresponder a terras improdutivas, que tem crescido percentualmente em relação ao total da área de propriedades no Brasil.

O Quadro 3 confirma esta afirmativa, demonstrando o elevado crescimento da área improdutiva das grandes propriedades (71%, quase 95 milhões de hectares) entre 2003 e 2010. Deste modo, evidencia o crescimento do latifúndio, no mesmo período de expansão do agronegócio, que se propõe, em tese, a modernizar a produção no campo. Reforça o aparente paradoxo, em que o moderno e o arcaico convivem e se interrelacionam no Brasil⁵.

Um novo elemento na realidade agrária brasileira e que também reflete na disputa territorial e toda violência que ela pode gerar é a incorporação da categoria “Estrangeirização de Terras”.

⁵ Sobre este tema, ver obras de Florestan Fernandes.

Quadro 3. Evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil medida pelos imóveis – 2003/2010.

Classificação dos Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Nº	Área (ha)	Peso/área total	Nº	Área (ha)	Peso/área total	
Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3 %	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8)	11,5%
Total - Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário, e de acordo com a Lei Agrária/93.

O primeiro ano de levantamento desta categoria pelo Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA (2014) demonstrava que havia 90 empresas transnacionais e nacionais de capital estrangeiro do agronegócio, proveniente de países das Américas, Europa e Ásia adquirindo terras brasileiras. Dentre aquelas com capital estrangeiro, cita a Monsanto, Multigrain, Raizen, Bahia Specialty Celulose, Cargill, Stora Enso dentre outras.

Esse tipo de ação também potencializa a formação de aliança com a classe latifundiária, realizando transações que geram conflito e violência contra camponeses, indígenas e comunidades tradicionais seja expropriando de seus territórios, seja assassinando lideranças. (DATALUTA, 2015, p. 6).

Valadão (2012, p. 73) aponta, a partir dos estudos de (TEIXEIRA, 2011) que mesmo com as políticas de assentamentos rurais, desenvolvidas como uma resposta às ocupações desenvolvidas pelos movimentos sociais, esta concentração tem aumentado, e mostra através das estatísticas do INCRA que entre o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA e o final do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, continuava a aumentar a concentração de terras. Com o agravante de que, daquele período até agora o ritmo de conquistas de novos assentamentos tem sido ínfimo.

Dados históricos do número de assentamentos implementados (Figura 1) confirmam esta tendência, mostrando os poucos resultados da política de assentamentos, em que o número

de assentamentos efetivados em 2014 volta ao patamar de 1992.

Em parte, isto se explica pela valorização internacional das *commodities* que impulsionou a elevação dos preços das terras, “encarecendo” os processos de desapropriação e compra de terras para estabelecimento de assentamentos rurais. Além disso, evidencia serem as exportações para garantia de superávit primário e não a reforma agrária a prioridade do Estado brasileiro.

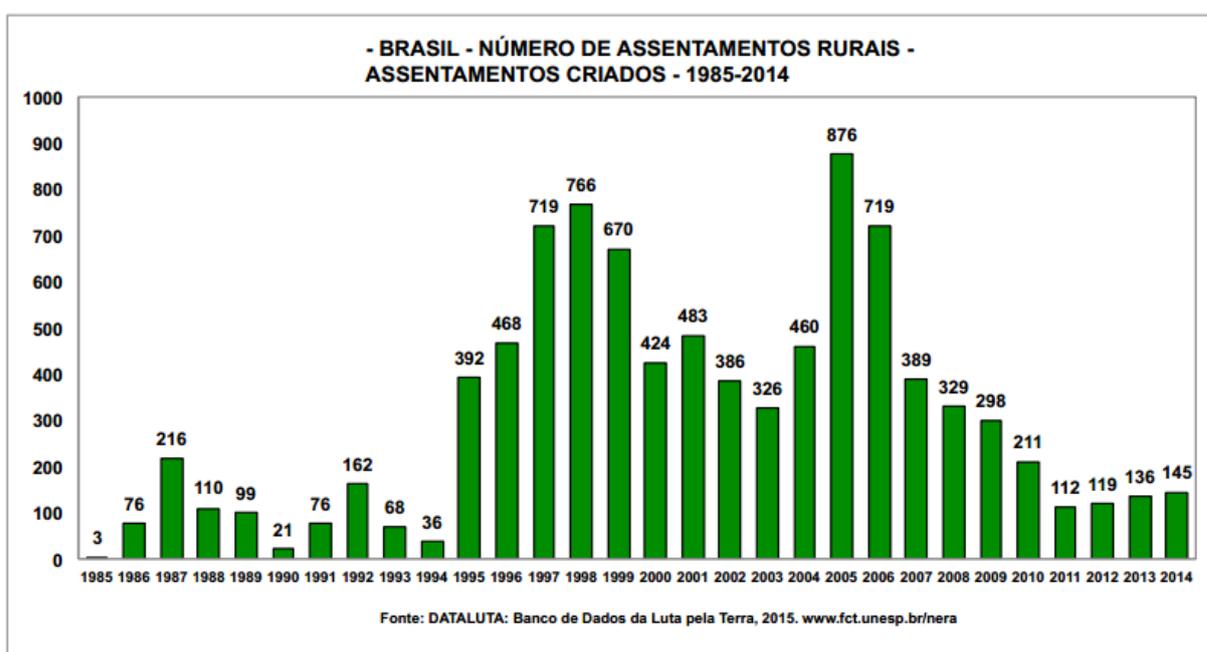


Figura 1. Número de assentamentos criados de 1985 a 2014.

Em 2015 a situação foi igualmente negativa, e as desapropriações de terras foram drasticamente prejudicadas com um corte de 15,1%, afetado pelo contingenciamento do orçamento da União. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA sofreu, em termos absolutos, uma redução de 49% do montante previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual de 2015, e o INCRA, que possuía um orçamento inicial R\$ 1,65 bilhão, atuou em 2015 com metade deste valor: R\$ 874,37 milhões. Sequer foi cumprida a estimativa do governo de atingir uma meta de trinta mil novas famílias assentadas e, até 2018, zerar o número de trabalhadores e trabalhadoras rurais acampadas no país. Os movimentos sociais indicam o número atual de 120 mil famílias acampadas no país, caso não ocorressem mais ocupações até essa data (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2016)⁶.

⁶ Texto não paginado. Disponível em <http://racismoambiental.net.br/?p=198072>.

A força econômica e política do agronegócio, sua importância na macroeconomia do país, somada a sua necessidade crescente de expansão de territórios, resultará em uma predominância no Estado brasileiro da concepção de que não haveria mais uma questão agrária no país, pois estaria superada pela tecnificação das grandes fazendas, agora integradas neste novo modelo produtivo.

A conclusão prática dos movimentos sociais sobre este contexto é de que há um “bloqueio” da reforma agrária, o que levará a um reposicionamento desses movimentos do campo na luta pela reforma agrária, atribuindo-lhe novo conteúdo em suas proposições, como veremos adiante.

2.2. DESAFIOS PARA OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Embora os movimentos sociais não tenham logrado alcançar a implementação de uma ampla reforma agrária no Brasil, sua luta política resultou na implantação de um número significativo de assentamentos rurais.

De acordo com o INCRA (2015), o assentamento rural é um **conjunto de unidades agrícolas** “independentes” entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um **único** proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições “econômicas” para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias (grifos no original).

Esta definição de assentamento, por si, demonstra uma concepção economicista e mecanicista de reforma agrária, e uma simplificação da complexidade existente nos assentamentos. Eles são muito mais que a somatória de lotes ou unidades agrícolas, pois ali se estabelecem relações sociais, culturais e econômicas entre as famílias, em processos de cooperação, interdependência e contradições que fazem dos assentamentos um todo orgânico.

Para além da função de produção agropecuária, a obtenção de um lote não é apenas uma alternativa à impossibilidade de compra “por outras vias”, mas, na maioria das vezes, compreende as dimensões da participação na luta e organização social para uma conquista, que não pode ser traduzida meramente em termos monetários.

Leite (2012, p. 111) resgata que em documento oficial de meados da década de 2000, o Estado brasileiro já define o projeto de assentamento de modo mais amplo, como

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos

precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (BRASIL, 2004, p. 148).

A Constituição Federal de 1988 trata da política agrícola e fundiária e da reforma agrária em seu Capítulo III, artigos 184 a 191. No Art. 184 consta que “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social [...]”. A Constituição detalha as condições para o seu cumprimento no Art. 186:

I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2016).

Se efetivada, a função social da terra resultaria em muitos outros assentamentos. Não deve ser coincidência que, até hoje, apenas o item “I” esteja regulamentado por lei complementar, e com os respectivos índices de produtividade – parâmetros para desapropriações – defasados desde a década de 1970.

Leite (2012) afirma que “A emergência dos assentamentos rurais no cenário da questão agrária brasileira é um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai da década de 1980 até os dias atuais [...]” (p. 110). Concordamos com o autor ao afirmar ainda que, com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido em lutas – as mais diversas – resultasse “[...] na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais”.

Considerando-se os assentamentos de reforma agrária, dados do INCRA (2015) apontam que existem 969.640 famílias em 9.290 assentamentos por todo o Brasil. Trata-se de uma população majoritariamente jovem, com 37,34% da população entre 10 e 30 anos. (MDA, 2010). No Paraná há 18.774 famílias assentadas em 327 projetos de assentamentos, num total de 428.070,71 hectares (INCRA, 2015), o que é significativo em termos de importância destes territórios no campo no Paraná.

Estes têm sido espaço de ação dos movimentos sociais populares, em especial para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, principal movimento de luta por

Reforma Agrária no país e no estado. Desde sua origem, este movimento social está ligado à dinâmica de resistência dos camponeses.

O assentamento é para o movimento social o território conquistado é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas; representa, sobretudo a possibilidade da territorialização. (FERNANDES, 1996. p. 181).

A conquista do assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que cria condições para garantir a reprodução do modo de vida camponês, permitindo o acesso à terra a trabalhadores que anseiam não se sujeitar completamente às relações típicas do modo capitalista de produção. Por isso, o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital. (COCA; FERNANDES, 2009, p. 8).

Isso não significa que os assentamentos não estejam subordinados a dinâmica do modo de produção capitalista, mas que oferecem condições relativas de buscar desenvolver relações de vida e produção diferentes daquelas do capital.

2.2.1 A luta do MST e a conquista dos assentamentos

Para compreender melhor a ação do MST em relação aos assentamentos, é importante discutir um pouco mais a própria natureza e objetivos deste movimento social.

Nas “Normas Gerais do MST” (MST, 2016, p. 9), ao tratar da natureza deste movimento, consta que “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil”.

O MST nasceu no contexto do processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar, “[...] na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento capitalista” (MST; FERNANDES, 1998, p. 26).

Este Movimento foi se formando a partir do trabalho de formação política e da articulação das lutas pela terra já existentes, porém localizadas nos estados, se constituindo num movimento nacional com a realização do seu 1º Encontro Nacional, realizado em Cascavel – PR, em janeiro de 1984. (MST, 2016, p. 10).

Lima (2011, p. 37) aponta que as condições objetivas para o surgimento do MST, na Região Centro-Sul do Brasil, resultaram da intensificação do processo de mecanização na agricultura e da conseqüente liberação de força de trabalho para outras atividades. Aos camponeses expulsos pela modernização da agricultura, restou o êxodo para as cidades e as fronteiras agrícolas. A autora vai concordar ainda com Stédile e Fernandes (1999, p. 17) ao afirmarem que, quando foram fechadas essas duas portas de saída, os trabalhadores expulsos foram obrigados “[...] a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta por terra nas próprias regiões onde viviam. É essa é a base social que gerou o MST”.

O MST se propõe ser “[...] aberto a todos os trabalhadores, sem distinção de raça, credo religioso, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, desde que respeitem os princípios e normas do Movimento” (MST, 2016, p. 10). Considera-se, ainda, como um movimento de massas, de caráter sindical, popular e político (p. 12).

Ainda de acordo com suas “Normas Gerais” (MST, 2016), organiza-se buscando a participação da base e um processo de direção coletiva. Por isso estabelece coletivos de participação e decisão (instâncias organizativas), desde grupos pequenos de famílias em cada território (denominados Núcleos de Base – NB) passando por coletivos regionais, estaduais e nacionais, tendo os Congressos Nacionais, realizados aproximadamente a cada cinco anos, como a instância máxima de decisão sobre suas linhas políticas e de ação para o período seguinte.

Já em 2003, Coletti (p. 12) evidenciava a importância do MST, afirmando que ainda que houvesse no Brasil mais de duas dezenas de movimentos sociais de luta pela terra, sem dúvida, dentre esses, o mais importante e combativo politicamente é o MST (uma média de 37% das ocupações do país na época eram realizadas por ele. Graças a sua ofensiva política, de proporções inéditas, a partir de meados dos anos 1990, os sem-terra passaram a ocupar um lugar de destaque no cenário político brasileiro e a luta pela reforma agrária ganhou projeção nacional e internacional, além de ter ganhado o apoio (pelo menos teórico) de setores urbanos da sociedade brasileira.

Para Girardi (2008), os movimentos socioterritoriais camponeses são os principais responsáveis pela inserção da questão agrária como elemento imprescindível ao se pensar o desenvolvimento.

Fernandes, por sua vez, define que

Movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realizam ocupações de

propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia. Em seu processo de recriação se espacializam e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos. (FERNANDES, 2005, p. 44).

No Brasil, o mais importante movimento socioterritorial camponês é o Movimento Sem Terra. Para o MST, a questão agrária brasileira não é somente uma questão de terra; ela apresenta diversos outros problemas atuais como a questão de gênero, democracia, meio-ambiente (água, solo, florestas e biodiversidade), direitos humanos, alimentos transgênicos, agronegócio e agricultura ecológica (GIRARDI, 2008)⁷.

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de qualquer coisa, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. “Entendendo o movimento capitalista como desigual e contraditório, compreendemos que o capitalismo não é capaz de conter apenas um modelo de relação social, logo, o trabalho assalariado não é uma única via” (FERNANDES, 1998, p. 18).

Neste sentido, Gardin (2010, p. 17) corrobora com a proposição de Ramos Filho (2008, p. 1), que pode contribuir com a compreensão desta dinâmica capitalista:

O desenvolvimento do capitalismo é: desigual, porque, no seu processo de expansão, ao mesmo tempo em que se reproduz ampliamente criando riqueza, gera, em proporções ainda maiores, a pobreza e a miséria; contraditório, porque ao mesmo tempo destrói o que lhe impede o desenvolvimento e recria o que destruiu sobre novas bases para garantir sua reprodução ampliada; combinado, porque desenvolve os dois processos anteriores concomitantemente.

Resumidamente, os objetivos do MST são a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade (MST, 2016, p. 7). Para alcançá-los, utiliza como principais estratégias de luta a ocupação de latifúndios e os acampamentos, como ações interconectadas.

Valadão (2012, p. 82) discute que as ocupações têm sido a estratégia de luta de pressão sobre o governo federal que mais se tem mostrado eficaz para a realização dos assentamentos rurais. Fernandes (2000) mostrou que cerca de 80% dos assentamentos rurais existentes eram frutos de ocupações de latifúndios.

A ocupação é a principal estratégia de luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais camponeses no Brasil, conforme dados do NERA (2006), que mostram que no país, entre 2000 e 2006, foram registradas ocupações de terra realizadas por 86 diferentes movimentos socioterritoriais.

⁷ Texto não paginado. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

Como fruto de suas ações, o MST e de outros movimentos sociais, o Brasil possui 9.290 assentamentos, com quase um milhão famílias beneficiadas em uma área de mais de 88 milhões de hectares.

Segundo dados do sítio do MST na internet (<http://www.mst.org.br>) o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, procura-se que estas famílias permaneçam organizadas, “pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.”

Por isso, a partir do estímulo as diversas formas de associativismo e cooperação, existem, 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1.900 associações ligadas aos assentamentos organizados pelo MST. De modo semelhante, no campo educacional, existem mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida, 50 mil adultos alfabetizados e cerca de 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores, sendo mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país⁸.

Após a concretização dos assentamentos rurais, surgem diversos outros desafios para as famílias assentadas.

Estes desafios estão ligados a iniciar a produção agrícola, a construir uma moradia, saúde e educação para as crianças, como primordiais para garantir a sobrevivência destas famílias já em um primeiro momento. Da mesma forma, existem outras questões, não menos importantes, relacionadas a infraestrutura local, a educação dos adultos, a juventude, as relações de gênero, ao meio ambiente, enfim questões relacionadas a praticamente todas as dimensões da vida. (VALADÃO, 2012, p. 84).

Completa o autor que, contudo, os assentamentos abrem a possibilidade de experiências que primam por uma condição de vida digna no campo e que vão além da posse da terra como mera produtora de mercadorias e matéria-prima. Desta forma, os assentamentos são vistos como um lugar de vida, onde as pessoas moram, trabalham, produzem seu sustento, relacionam-se entre elas, com outras pessoas, com o mercado e outras organizações. (VALADÃO, 2012, p. 86).

Conforme Carvalho (1999, p. 5), os assentamentos podem ser caracterizados como uma encruzilhada social, pois são “[...] um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais”.

⁸ Dados disponíveis em <http://www.mst.org.br>. Acesso em 30/05/2016.

Por outro lado, Caldart (2000) mostra que os assentamentos são espaços dinâmicos, são espaços em movimento,

[...] que vai sendo produzido através das relações que ali se estabelecem, e que resultam das decisões que vão sendo tomadas pelas famílias sem-terra (de um assentamento, mas também do conjunto dos assentamentos [...] no processo de organizá-lo e de reorganizá-lo permanentemente, a partir das pressões impostas pela realidade (p. 120).

Valadão (2012) destaca ainda algumas especificidades ligadas a implementação dos assentamentos: as dificuldades materiais, relação à forma de propriedade da terra, organização sócio produtiva dos lotes, heterogeneidade sociocultural e intensa participação política através do movimento social. Essas especificidades terão implicações no processo de desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária.

Diante desta complexidade e particularidade, podemos apontar que os assentamentos fazem parte de uma realidade contraditória, na qual de um lado as famílias são pressionadas via mercado para utilizar o pacote tecnológico da agricultura hegemônica em cada período para que sejam produzidas *commodities* agrícolas; de outro lado são o espaço de influência das proposições dos movimentos sociais e grupos de famílias. Contudo, constituem-se em possíveis referências de outra forma de produção de alimentos.

Embora, via de regra, os assentamentos estão mais próximos do modelo de agricultura convencional, o MST não se furtou em propor formas de organização dos assentamentos correspondente a seus objetivos e cada momento histórico.

2.2.2. Propostas do MST para desenvolvimento dos assentamentos

Baseada em diversos outros trabalhos⁹, Guhur (2011) apresenta os diferentes períodos históricos e a ação do MST, em relação com suas proposições para a organização e produção nos assentamentos.

Num primeiro período (1979-1989) se avança de uma “visão romântica” de produção dos camponeses para o estímulo e amadurecimento de uma proposta de cooperação, envolvendo o estudo do pensamento clássico do associativismo, da legislação cooperativista, e também a visita a experiências em diversos países. No segundo período (1990-2000) estrutura o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, um sistema que se esperava que

⁹ Ver trabalhos de Christoffoli (2007), Stédile; Fernandes (1999), Carvalho (1999), CONCRAB (1999).

fosse capaz de aglutinar e articular as diversas formas de cooperação agrícola. As críticas ao modelo produtivo adotado na produção estavam ainda muito pouco presentes.

No terceiro período (2000-atualidade), diante das mudanças no campo e a constituição do agronegócio, ao mesmo tempo em que o MST se reestruturava organizativamente e constituindo o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente - SPCMA, a Agroecologia passa a ser um componente fundamental da proposição do MST para os assentamentos.

O MST tem empreendido esforços de mudanças no modelo de desenvolvimento predominante nessas áreas de assentamento. Um marco importante é o ano 2000, ano de realização de seu IV Congresso Nacional, em que se lança o manifesto “Nossos compromissos com a terra e com a vida”, com dez pontos, entre os quais destacamos, dentre outros, “evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos” (MORISAWA, 2001).

Christoffoli (2007) ressalta que tal posicionamento exigia uma reformulação nas propostas para a produção, e repercutiu em mudanças na própria organização do Movimento.

Conforme Toná (2008), por entender, ao mesmo tempo, que o modelo convencional ou químico-industrial de agropecuária¹⁰ implementado a partir da modernização conservadora do campo no Brasil, e adotado na maioria dos assentamentos de reforma agrária, traz consigo uma série de conseqüências negativas e inclusive contraditórias com seu projeto político, o MST define por construir as condições para desenvolver um novo projeto para o campo, baseado noutra matriz tecnológica – a Agroecologia. Esta definição política terá desdobramentos concretos para a sua massificação e consolidação, como veremos adiante.

Considera-se que uma das funções atribuídas pelo MST-PR na criação dos processos formativos e das práticas educativas em Agroecologia objetiva uma significativa contribuição na organização e produção dos territórios da reforma agrária orientadas por princípios agroecológicos (LIMA, 2011, p. 81).

Mesmo depois de estabelecidos os assentamentos de reforma agrária, esses espaços atraem os interesses, contraditórios, entre o projeto do capital para o campo e da agricultura camponesa. Aos poucos o MST foi percebendo que os pressupostos destes dois projetos eram inconciliáveis, antagônicos, concluindo serem os assentamentos um “território em disputa”.

¹⁰ Entende-se aqui agropecuária convencional ou químico-industrial como aquela atividade de criação de animais e cultivo agrícola que se baseia no uso de insumos agroquímicos (fertilizantes solúveis, agrotóxicos, hormônios, antibióticos e outros insumos industriais), monocultivos, elevado grau de mecanização e sementes “melhoradas” ou geneticamente modificadas.

Vários aspectos confluíram para que houvesse uma mudança das proposições do MST em relação aos assentamentos rurais. A crítica ao modelo de agricultura convencional é fundamental nesta nova mudança e ganha centralidade a posição em favor de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e a saúde: (VALADÃO, 2012, p. 20-21).

A liberação dos organismos geneticamente modificados (OGMs) ou transgênicos pode ser colocada, ainda de acordo com esse autor, como um dos principais elementos da aproximação entre parte do movimento ambientalista e os movimentos camponeses. Os ambientalistas questionam principalmente o impacto em relação à biodiversidade e os movimentos camponeses as consequências econômicas ao subordinar totalmente os agricultores às indústrias de sementes e agroquímicos e as consequências à saúde. Essa aproximação leva ambos os atores ao desenvolvimento de ações conjuntas a fim de denunciar os transgênicos e o modelo do agronegócio.

Os movimentos camponeses, destacando o MST, começam a questionar não somente a distribuição dos resultados da modernização da agricultura, mas o próprio modelo de agricultura convencional.

De acordo com Welch (2005, p. 35; apud Girardi, 2008) “[...] a presença de corporações transnacionais, especialmente aquelas ligadas à biotecnologia e exportação de produtos agrícolas como a soja, tem desafiado o MST a realizar um conjunto de ajustes estratégicos para continuar avançando na luta pela reforma agrária”. Propõe ainda que táticas antigas foram repensadas e outras foram criadas para fazer frente à territorialização do agronegócio. Essas táticas são baseadas em duas perspectivas. Uma delas questiona os impactos do cultivo e consumo dos transgênicos. A outra perspectiva argumenta que o Brasil está perdendo sua soberania alimentar com a intensificação do uso da biotecnologia dominada pelas transnacionais e que este processo intensifica a dependência do agricultor.

A partir desta conjuntura, o MST questiona-se sobre a busca da inserção dos assentamentos rurais no processo de modernização agrícola através da adoção das práticas difundidas pela Revolução Verde e do agronegócio. Realiza um processo de auto-avaliação onde a tentativa de reprodução do modelo de agricultura convencional é criticada, e passa a buscar alternativas para a produção de alimentos nos assentamentos.

Valadão (2012) discute que com este processo de auto-avaliação, experiências de produção em base ecológica de relativo sucesso, a consolidação da Agroecologia como ciência e como movimento social, a ampliação da conscientização da sociedade sobre os problemas ambientais e a aproximação do MST com movimentos ambientalistas conformam

o contexto que levou a novas proposições no IV Congresso Nacional do MST, realizado na cidade de Brasília, em agosto de 2000.

Durante este Congresso é apresentada uma Carta de Princípios, intitulada “Nossos Compromissos com a Terra e com a Vida” que foi amplamente divulgada posteriormente com sua base social e outras organizações.

Nossos compromissos com a terra e com a vida

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida;

1- Amar e preservar a terra e os seres da Natureza;

2- Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a Natureza e a agricultura;

3- Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;

4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas;

5- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;

6- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores, etc.;

7- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente;

8- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a Natureza;

9- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade;

10- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras. (MST, 2000, p. 56).

Com os desdobramentos do referido Congresso, a Agroecologia é assumida explicitamente como uma nova matriz tecnológica para ser desenvolvida nos assentamentos rurais nos quais o MST tem incidência.

A partir de então, vários documentos e lideranças reafirmam a Agroecologia como desafio a ser construído enquanto parte de um projeto para os assentamentos. É emblemática a entrevista de João Pedro Stédile, uma importante liderança do MST, sobre esta questão:

Nós avançamos muito, e digo isso como uma autocrítica, porque há seis, dez anos atrás, nós não dávamos bola para a Agroecologia, achávamos que era coisa de ambientalista. Quando começamos a perceber a gravidade da produção agrícola, as consequências dos agrotóxicos, do monocultivo, é que fizemos uma autocrítica e adotamos a Agroecologia. (STÉDILE, 2009)¹¹.

No período mais recente, desde 2011, o MST se envolveu em amplos debates em nível de base e de direções no processo preparatório de seu VI Congresso Nacional (que se realizou em 2014). Neste processo se retoma e reforça as análises que já vinham sendo feitas,

¹¹ Texto não paginado. Disponível em www.mst.org.br/node/7958.

a partir das evidências teóricas e práticas, sobre as mudanças estruturais no campo no Brasil nas duas últimas décadas, a emergência e força do agronegócio. Estes estudos e proposições serão sistematizados numa nova versão do documento que pauta e orienta linhas políticas de luta e as ações do MST nos assentamentos, o “Programa Agrário do MST”.

Afirma-se que as propostas e práticas de desenvolvimento para o campo e modelos produtivos do agronegócio e da agricultura popular e camponesa são incompatíveis entre si, e que ocupações de terra são necessárias para pressionar pela recriação de unidades camponesas através de assentamentos. Ainda que aconteça em áreas do latifúndio improdutivo, terá o agronegócio como adversário, pois a terra ocupada também é pretendida pelo agronegócio. Há uma identidade de classe entre os grandes proprietários rurais, modernizados ou não; e há uma disputa entre diferentes e incompatíveis modelos agrícolas (MST, 2014, p. 34).

Estas mudanças estruturais, que resultam na hegemonia do agronegócio, são também apoiadas pelo Estado brasileiro. Todo esse contexto levará a conclusão de haver a necessidade de dar novo conteúdo à luta por Reforma Agrária conduzida pelos movimentos sociais.

Na atualidade, a luta pela terra e pela reforma agrária mudou de natureza, frente ao modelo de desenvolvimento econômico vigente no país. Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a reforma agrária é cada vez mais urgente e necessária (MST, 2014, p. 34).

Por sua vez, essa mudança de natureza exige novas posturas dos movimentos sociais e do MST em relação a luta por reforma agrária e na ação nos territórios conquistados. E são apontados desafios:

- a) Defender um novo projeto de reforma agrária, que seja popular, não bastando dividir a terra e integrar os camponeses como fornecedores de matérias-primas;
- b) Frente a força do agronegócio, construir alianças com outros movimentos, com a classe trabalhadora urbana e outros setores interessados em mudanças estruturais de caráter popular;
- c) A luta pela reforma agrária se insere na luta contra o modelo do capital, com desafios mais avançados e complexos;
- d) O enfrentamento com o capital e seu modelo de agricultura parte das disputas das terras e dos territórios, mas se ampliam para disputas sobre o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza da biodiversidade, das águas e das florestas. (MST, 2014, p. 35).

Nessa perspectiva o Programa Agrário “[...] sintetiza uma estratégia de resistência ao modelo de agricultura capitalista do agronegócio e propõe um processo de acúmulo de forças,

tendo como objetivo a construção de um novo modelo de agricultura, voltado para as necessidades de todo povo brasileiro” (MST, 2014, p. 38).

Não nos deteremos pormenorizadamente nas propostas contidas no Programa Agrário do MST, mas cabe, entretanto, apontar os itens que compõem este programa de Reforma Agrária Popular: 1- democratização da terra; 2- água: um bem da natureza em benefício da humanidade; 3- novo modo de organização da produção agrícola; 4- uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura; 5- industrialização no interior do país; 6- política agrícola; 7- Educação do Campo; 8- desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas; 9- mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa.

O Programa Agrário significa uma proposição para um projeto diferente de campo e parte de um projeto diferente de país e, particularmente, precisaria refletir-se nos territórios conquistados, ou seja, nos assentamentos de reforma agrária.

Nesse mesmo ano (2014), o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente elaborou e as instâncias estaduais e nacionais discutiram e complementaram proposições de “Como construir a Reforma Agrária Popular em nossos assentamentos”, publicadas em um caderno de estudo no ano seguinte, “[...] para encaminhar as medidas concretas de mudanças que precisamos implementar na reorganização dos assentamentos” (MST, 2015, p. 5).

O estudo dessas proposições, que são desdobramentos do Programa Agrário, é bastante ilustrativo de como a construção da Agroecologia veio se incorporando de modo crescente como um dos principais desafios da Reforma Agrária Popular.

O texto traz, para cada linha política de ação: objetivos, propostas concretas de trabalho, método de implantação e pauta para os governos nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Destacamos alguns dos objetivos elencados no Quadro 4.

O caderno aponta outras linhas políticas como a necessidade de desenvolver a Cooperação e a agroindustrialização nos assentamentos, acesso à infra-estrutura social nesses territórios. E estampa na contracapa a síntese do desafio atual para o desenvolvimento dos assentamentos:

“Nossa missão: 1- Produzir alimentos saudáveis, de forma massiva, para atender as necessidades de todo o povo brasileiro! 2- Recuperar e cuidar dos bens naturais, como a terra, sementes, biodiversidade, água, matas e as florestas, que estão sob o nosso controle” (MST, 2015).

Quadro 4. Proposições do MST para a Reforma Agrária Popular nos assentamentos.

Linha política de ação	Objetivos
Produção de alimentos saudáveis	a) Buscar a Soberania Alimentar, na qual a produção seja decidida pela demanda de alimentos do povo brasileiro e onde cada camponês tenha condições de produzir tanto para o auto-sustento quanto em excedentes para alimentar a população ao seu redor. b) Desenvolver a produção de alimentos saudáveis (sem agrotóxicos) em escala necessária para atender as necessidades da classe trabalhadora das cidades e de todo o povo brasileiro.
Desenvolvimento da Agroecologia	a) Viabilizar a mudança de matriz tecnológica de produção de alimentos nos assentamentos. b) Criar as condições para produção em escala de insumos agroecológicos, possibilitando a transição agroecológica da produção das famílias nos assentamentos. c) Alterar a visão de mundo das famílias camponesas na medida em que se estabeleçam novas relações sociais de produção com base no respeito a vida.
Desenvolvimento da irrigação	b) Produzir alimentos saudáveis nas áreas irrigadas, potencializando a diversificação e o consórcio de culturas desenvolvendo a Agroecologia.
Meio ambiente e recursos naturais	c) Garantir que em todos os assentamentos haja condições de preservação ambiental, seja da cobertura vegetal, da água e dos recursos de fauna e flora. d) Nossos assentamentos precisam ser exemplos de equilíbrio com a natureza. e) Recuperar e produzir as sementes crioulas, bem como recuperar matrizes rústicas ou crioulas de animais.
Assistência técnica e extensão rural	b) Construir conhecimentos úteis e aplicáveis num processo dialógico com os agricultores, apoiando-se nos conhecimentos locais, interagindo com os conhecimentos científicos acadêmicos, potencializando a produção agroecológica com todas as famílias assentadas.
Formação e capacitação técnica	b) Preparar quadros políticos e técnicos para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

Fonte: MST, 2015; adaptado pelo autor.

2.3. AGROECOLOGIA NO PROJETO DE CAMPO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Discutiremos brevemente a compreensão que vem sendo construída sobre a Agroecologia e as práticas correspondentes que têm sido desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo, especialmente pelo MST no estado do Paraná, visto que são a materialidade que estará presente nas iniciativas de formação dos movimentos sociais.

2.3.1- Algumas concepções de Agroecologia: da academia aos movimentos sociais

Na medida da expansão do modelo produtivo capitalista no campo, a reprodução

social dos camponeses passa a demandar mudanças na maneira de produzir, motivando experiências de resistência e autonomia. Paralelamente, a partir da década de 1970, foram se evidenciando as consequências ambientais desastrosas do modelo dominante de agricultura, o que acabou levando, em fins da década de 1980, à confluência entre os interesses dos camponeses e de pesquisadores da área, na constituição da Agroecologia (GUHUR; TONÁ, 2012).

Compreende-se que a Agroecologia é uma construção recente que ganha maior projeção a partir dos anos de 1980, cuja definição não está consolidada, pelo contrário, está em disputa. É geralmente compreendida como abordagem científica, integradora de diversas áreas do conhecimento, que promove o diálogo de saberes dos povos originários e tradicionais e o conhecimento sistematizados pelos parâmetros ditos científicos, considerando os valores culturais e princípios ecológicos que dão base para a gestão dos agroecossistemas. (MATOS; TONÁ, 2015, p. 32).

Há diversas concepções de Agroecologia, desde as mais restritas até as de grande amplitude de abordagem. Uma aproximação pode assim apontada:

Ela constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, técnicas e saberes dos povos originários e camponeses “[...] que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42). Diferentemente das diversas modalidades de agricultura alternativa, a Agroecologia se insere em propostas de ações sociais coletivas que buscam superar o modelo do agronegócio, apontando, assim, para processos de organização social que se orientam pela luta política e transformação social (GUHUR; TONÁ, 2012).

Para Caporal, Costabeber e Paullus (2006) a Agroecologia como ciência ou campo de conhecimento tem se desenvolvido a partir de um esforço de diversos pesquisadores, que buscam romper com as bases epistemológicas da ciência convencional. A Agroecologia pode ser entendida, de forma geral como “[...] uma ciência que, ao contrário dos esquemas cartesianos, procura ser integradora, holística e, por isso mesmo, mais apropriada como orientação teórica e prática para estratégias de desenvolvimento rural sustentável”. Utiliza-se de conhecimentos desenvolvidos em diversas disciplinas científicas, inicialmente na interface das ciências agrárias e a ecologia, e aos poucos incorporando contribuições da biologia, física, economia, sociologia, antropologia, educação, comunicação entre outras.

Prosseguem os autores, que a Agroecologia contempla três dimensões centrais: ecológica e técnico-agronômica; socioeconômica e cultural e; sociopolítica. Todas interagem e influenciam-se o tempo todo.

Também Leff (2002), por sua vez, afirma:

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicos, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta [...] (LEFF, 2002, p. 37).

Hoeller (2006, p. 20-21), discutindo as concepções de Agroecologia, ressalta que uma das definições que se tornam mais ampla dentro desse contexto é a de Guzmán e Molina (1996), na qual A Agroecologia:

[...] constitui um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da co-evolução social e ecológica, mediante controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade. (p. 12).

Toná (2005), ao discutir sobre a compreensão da Agroecologia no MST, destaca duas dimensões principais sobre o papel da Agroecologia para o Movimento Social, a da resistência e da superação. A dimensão da resistência se manifesta no embate contra o modelo da agricultura convencional. Busca-se manter a autonomia das famílias frente a empresas transnacionais, valorizando práticas adaptadas, de forma a melhorar a produtividade minimizando impactos sobre o ambiente. Essa é a dimensão que mais se reflete em questões práticas dos movimentos sociais, e está presente no questionamento ao modelo de latifúndio e da monocultura. Está presente na realização de ocupações de terra, e ao conquistar os assentamentos, na adoção da policultura, pela maioria destas famílias a fim de satisfazer as suas necessidades alimentares.

Da mesma forma, a resistência está presente nas diversas famílias que buscam desenvolver experiências de transição agroecológica e comercialização através de canais alternativos, como feiras e programas públicos. A dimensão da superação, busca a “[...] construção de um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e todas as formas de vida”. (TONÁ, 2005, p. 71).

O MST ainda está construindo sua concepção de Agroecologia como sendo integrante de um projeto político de transformação da sociedade. Guhur (2010, p. 237) discute que:

Em suma, trata-se de escolher as tecnologias apropriadas, de acordo com parâmetros que não são redutíveis à “eficiência” fetichista da acumulação capitalista. A contribuição específica da (agro) ecologia, em nosso entendimento, está na restauração da fratura metabólica entre o homem e a natureza, numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano, algo que, entretanto, só pode ser plenamente alcançado numa ordem social que supere as relações capitalistas.

Guhur et. al. (2013) reforçam esta afirmação propondo que as práticas educativas de formação profissional em Agroecologia têm por objetivo contribuir na estratégia do MST e da Via Campesina¹² para construir um novo projeto de desenvolvimento para o campo e para toda sociedade. Embora a Agroecologia possua uma especificidade que referencia a construção de outro projeto de campo, tal projeto é incompatível com o sistema capitalista e depende, em última instância, de sua superação.

Assumir a agroecologia implica qualificar a práxis revolucionária direcionada à revolução social na perspectiva da emancipação humana que inclua “revolucionariamente a nossa restauração metabólica com a natureza”. Uma humanidade emancipada há que fundar relações sociais radicalmente humanistas e humanizadoras como “sociedade de produtores livremente associados”, socialmente gestora da sua mundividência e radicalmente consciente da sua condição natural e do seu pertencimento pleno à natureza. (TARDIN, 2015, p. 100).

Para a Via Campesina, está em formação uma concepção em que “a agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”; soberania alimentar e energética, defesa e recuperação de territórios, reformas agrária e urbana, cooperação, aliança entre os povos do campo e da cidade. O objetivo final deixa de ser a busca pelo lucro, passando a ser a emancipação humana, ou seja, a busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados com a sustentação de toda a Vida (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 66).

2.3.2. A construção da Agroecologia: iniciativas dos movimentos sociais populares

No Brasil a construção da Agroecologia é um processo social, envolvendo diversos atores (LUZZI, 2007), e os marcos iniciais são os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – EBAA e o trabalho da Rede PTA-Fase da década de 1980. Conforme Petersen, Dal Soglio e Caporal, (2009) os desdobramentos destas ações estimularam a constituição de

¹² A Via Campesina é um movimento internacional autônomo, pluralista, e multicultural, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Atualmente reúne cerca de 164 organizações locais e nacionais em 73 países. (<https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msp/s/>).

diversas ONGs, redes, e posteriormente estimularam a inclusão de parte do movimento sindical, dos movimentos camponeses, principalmente os ligados a Via Campesina no debate sobre a Agroecologia.

A realização do I Encontro Nacional de Agroecologia - ENA em 2002 marcou a tentativa de articulação nacional dos movimentos e organizações ligados à Agroecologia e resultando na Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, fundada em 2002. Em 2003, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido anualmente desde então, e impulsionando a organização da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, fundada em 2004 (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 62).

Destaca-se ainda a incorporação da Agroecologia em instituições de pesquisa e extensão rural, principalmente na região sul do Brasil, tendo como marcos importantes neste sentido a própria constituição da ABA, o rápido crescimento de cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação e de grupos de pesquisa ligados à Agroecologia e o desenvolvimento do Marco Referencial em Agroecologia pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. (VALADÃO, 2012, p. 45).

A construção começa com o questionamento das consequências do modelo da agricultura convencional, e teve como principais atores o movimento de luta pela terra, onde o MST se tornou a principal referência, e o Movimento de Agricultura Alternativa – MAA ao longo da década de 1980. O MAA iniciou com a articulação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil e logo passou a incorporar estudantes e agricultores. (LUZZI, 2007).

As críticas ao modelo de modernização da agricultura estavam voltadas, inicialmente, muito mais aos seus efeitos do que seus pressupostos. As propostas para superação dos problemas ocasionados pela Revolução Verde estavam centradas ou na simples distribuição de terras, através de um processo de Reforma Agrária clássica, ou na substituição de insumos, defendida por profissionais das ciências agrárias ligados ao Movimento de Agricultura Alternativa. (VALADÃO, 2012, p. 75-76).

Em todo país e particularmente no Paraná, houve no início dos anos 2000, um amplo debate interno entre militantes e dirigentes do MST e ampla divulgação com sua base social sobre o desafio para desenvolvimento dos assentamentos tendo a Agroecologia como aspecto central.

Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais populares do campo vão ampliando e aprofundando a crítica à modernização capitalista do campo e necessidade de sua superação,

vão desenvolvendo iniciativas diversas com projetos em editais públicos, Jornadas, produção e formação.

As experiências de transição agroecológica começam a ser ampliadas e a ganhar destaque em diversos assentamentos no Brasil. Mesmo inseridas em um contexto adverso, estas experiências têm se multiplicado, e servido como exemplos para outros assentamentos e outros grupos de agricultores familiares/camponeses.

Esse processo pode ser compreendido como uma ecologização dos assentamentos rurais, em detrimento de um primeiro momento em que o objetivo era alcançar os padrões técnicos da modernização da agricultura. Esse processo de ecologização está ligado a ação de um movimento ambientalista e sua influência sobre outros atores sociais, incluindo o MST que não só incorporou a temática ambiental, até então muito tímida em suas demandas, como tem se destacado em ações na defesa do meio ambiente. (VALADÃO, 2012, p. 18).

Gonçalves (2008) analisa o “modelo agroecológico” do MST no Estado do Paraná, destacando as principais experiências desenvolvidas nos assentamentos do Estado. Destaca que apesar de existirem importantes experiências agroecológicas, existe uma grande dificuldade em ampliar estas experiências, sobretudo por causa das fortes limitações em estruturar processos de comercialização.

As famílias ligadas ao MST no Paraná têm desenvolvido diversas experiências de transição agroecológicas, conforme alguns trabalhos acadêmicos que destacam aspectos deste processo. Valadão (2012, p. 115) analisa trabalhos de Negri (2005), Valadão (2005), Borsato (2007), Tardin; Moreira (2007), e Gonçalves (2008). Desses diversos trabalhos tratando da promoção da Agroecologia nos assentamentos, aponta que:

[...] um ponto comum entre estes trabalhos, está na constatação de que a imensa maioria dos assentamentos pratica uma agricultura com base no modelo da agricultura convencional. Mas por outro lado, estes trabalhos demonstram o crescimento de importantes experiências que tem favorecido o desenvolvimento de experiências agrícolas com base na Agroecologia. Assim, observa-se que existe um forte processo de ecologização dos assentamentos rurais, onde a Agroecologia tem ganhado espaço e se mostrado como uma importante alternativa ao modelo hegemônico de agricultura. Este processo de ecologização pode ser compreendido como a progressiva adoção de práticas preservacionistas, incluindo a adoção de técnicas agropecuárias consideradas não agressivas ao meio ambiente. (VALADÃO, 2012, p. 23).

Observa-se também, dentre os elementos comuns destas experiências, a forte presença do MST nestes locais. Estas famílias participam de forma bastante ativa do Movimento, principalmente através de encontros, mobilizações, Jornada de Agroecologia,

articulação de projetos e outras formas de estímulo. Identificamos a formação em Agroecologia como aspecto importante neste estímulo.

No esforço da promoção da Agroecologia, um dos fatores limitantes era a dificuldade em encontrar técnicos com conhecimento e formação adequados nesta área. Os cursos técnicos e profissionais em ciências agrárias, via de regra, são pensados e desenvolvidos para atuar no modelo da agricultura convencional.

Assim o MST desenvolve ações para ampliar a formação de seus militantes para além da formação de quadros políticos de direção. Inicialmente surgem cursos técnicos não formais, para logo se estabelecer parcerias para cursos técnicos de nível médio, formando técnicos comprometidos com a agricultura camponesa, e procurando não depender da assistência técnica oficial ou de convênios temporários (TONÁ, 2007, p. 89). Procuramos discutir um pouco melhor esta questão no próximo capítulo.

3. FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ESCOLA MILTON SANTOS

Neste capítulo busca-se compreender a proposta de educação dos movimentos sociais populares do campo e a especificidade do desafio de formação em Agroecologia. Disto resultam os cursos técnicos em Agroecologia e as Escolas/Centros de Formação, dentre as quais se apresenta mais detalhadamente a Escola Milton Santos.

3.1. FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Perante os desafios da ação política e organização nos assentamentos, crescerá a necessidade de formação uma técnica/profissional diferenciada. Os cursos técnicos formais em Agroecologia e os Centros/Escolas de formação são respostas a isso, como veremos.

3.1.1. Contexto da formação em Agroecologia no MST

No MST, o sentido de uma prática educativa no processo de formação humana está associado à concepção de educação no sentido amplo.

Caldart (2011) se refere à Educação do Campo como

[...] um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259).

O MST tem uma longa trajetória na discussão da educação, e junto com outros movimentos sociais e diversas organizações formam a Articulação por uma Educação do Campo, cujos objetivos são reivindicar políticas públicas educacionais específicas para o campo, a escolarização da população rural, desenvolver experiências educativas com base na realidade do campo e a reflexão e a proposição de ações para buscar a emancipação política e social destas populações com respeito as suas identidades (VALADÃO, 2012).

Cestille (2009, p. 63), a partir de documentos do Movimento Sem Terra (MST, 2006, p. 11), discute os princípios pedagógicos que este movimento social tem firmado em vista das transformações necessárias na escola, destacando: 1º) a realidade como base da produção do

conhecimento e o estudo como capacitação para leitura crítica da realidade, formação de uma visão de mundo, emancipação intelectual e exercício de um exame reflexivo das diferentes dimensões da vida humana; 2º) educação para o trabalho e pelo trabalho; 3º) participação em processos de gestão democrática que inclui o desafio de auto-organização dos estudantes e de construção de uma coletividade educadora; 4º) trabalho coletivo e formação permanente dos educadores.

Além da “ocupação da escola”, tem-se uma intencionalidade política e pedagógica na educação, objetivando a formação dos sujeitos Sem Terra. Essas práticas incluem: lutas sociais, os cursos não formais, os encontros, as atividades intersetoriais, os Centros e Escolas de Formação, as marchas, as romarias, a feira da comunhão e partilha, as manifestações e os protestos. (LIMA, 2011, p. 58).

Prossegue a autora, que as práticas educativas são desenvolvidas na educação infantil, na educação básica, na educação informal (não escolar), nas Cirandas Infantis permanentes ou itinerantes, nos Encontros dos Sem Terrinhas, nas Escolas Itinerantes, na educação de jovens e adultos, nos cursos formais – associados à educação profissional nos níveis fundamental, médio, superior, especializações e pós-graduação – na formação dos educadores e educadoras.

Considera-se que, diante dos desafios postos pela ação política mais ampla e a organização dos assentamentos, em particular, muitas demandas específicas de formação se apresentam para os movimentos sociais. Resulta, assim, a importância e necessidade de formação técnica/profissional diferenciada em diversas áreas do conhecimento, para enfrentar a atuação nos territórios conquistados.

Segundo o “Documento do Seminário sobre Educação Profissional para as Áreas de Reforma Agrária da Região Sul” não existe no Brasil uma política de educação profissional para a agricultura camponesa, “[...] porque isso seria atender a uma demanda vinda do pólo do trabalho e não do capital e, portanto portadora de outro tipo de exigências de formação” (ITERRA, 2007, p. 189).

Guhur (2010, p. 123-124) resgata que a formação de educadores/as para as áreas de reforma agrária foi a primeira atividade de educação profissional (escolar) do MST. Ela teve início em 1990, com o Curso Normal, por meio da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro - FUNDEP, em Braga – RS, que era composta por movimentos sociais e sindicais do campo, entre eles o MST. Também na escola “Uma Terra de Educar”, da FUNDEP, tem início a experiência seguinte: o Curso Técnico em Administração de

Cooperativas - TAC, criado em 1993, em função da demanda por trabalhadores com formação específica na gestão das organizações associativas que vinham sendo constituídas nos assentamentos, e que se multiplicaram a partir da constituição do Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA, entre 1990 e 1992.

Em 1995 foi criado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA e, dentro dele, o Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC, em Veranópolis - RS, por iniciativa do MST. A partir de 1997, com o reconhecimento legal da escola, os cursos Normal e TAC passaram a ser realizados ali. Essas primeiras ações foram decisivas para a conformação do desenho de escola e do método pedagógico próprio das escolas do MST, permanecendo o ITERRA e o IEJC como referências fundamentais para todos os cursos desenvolvidos por iniciativa do Movimento.

Nos anos 2000, houve a criação de novos cursos técnicos na área de saúde, os cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Comunitária, ambos orientados para formar agentes para as áreas de reforma agrária. (LIMA, 2011).

Embora contasse com experiência em formação profissional, os primeiros cursos técnicos em Agroecologia eram novo desafio, que demandava articular o acúmulo teórico, metodológico e prático da formação profissional com a particularidade da promoção e formação em Agroecologia.

A partir do ano 2000, em seu IV Congresso Nacional, o MST definiu como uma de suas linhas políticas a construção nos assentamentos, de “um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental e que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social” (MST, julho de 2009, s/p). Contudo, uma das necessidades apontadas foi a falta de profissionais formados desde a perspectiva agroecológica, para o trabalho nas comunidades camponesas e assentamentos. (CAMPOS, 2014, p. 55).

Consideram-se também as experiências não muito positivas com as instituições oficiais de assistência técnica e com a maioria de seus profissionais, que não demonstraram ao longo dos anos um compromisso com a particularidade dos assentamentos de reforma agrária, o que fica evidente na pouca presença ou mesmo ausência de acompanhamento técnico nesses espaços. Tem-se em conta ainda que, historicamente, a postura da assistência técnica oficial tem sido de repassadora de tecnologias, desvalorizando de modo autoritário, sutilmente ou não, o saber e a organização popular.

Além disso, o sistema público de assistência técnica surge no Brasil no bojo de mudanças estruturais, de modo a cumprir um papel definido no projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo.

O papel dos técnicos era chegar até o agricultor e convencê-lo a abandonar completamente as formas de produção que ele conhecia e entrar na monocultura, usar adubo químico, ficar dependente da mecanização pesada, comprar sementes híbridas controladas pelas empresas e abandonar as sementes crioulas que ele detinha, substituir seus animais crioulos e caipiras por outros ditos de alta genética (mas que obrigavam o uso de rações e produtos veterinários controlados pela indústria) e usar intensivamente venenos químicos para controlar pragas e inços. (GÖRGEN, 2004, p. 31).

Entre os desdobramentos da decisão política de promoção da Agroecologia nos assentamentos estava, portanto, a questão da orientação e acompanhamento técnico e da formação técnica dos agricultores.

As instituições oficiais de assistência técnica no Brasil estiveram historicamente comprometidas com o processo de modernização conservadora. Além disso, as políticas neoliberais haviam promovido desmonte das políticas públicas para os assentamentos estavam à margem dos programas oficiais de assistência técnica, e não se podia continuar dependendo da existência de convênios esporádicos. Haveria, então, que se formarem técnicos entre os próprios Sem Terra. Essas reflexões culminaram na criação dos cursos técnicos em Agroecologia, a partir das demandas concretas na base do Movimento Social, a partir dos anos finais da década de 1990 e início dos anos 2000. (GUHUR, 2010).

LIMA (2011, p. 100) demonstra que esta demanda estava presente inclusive nos documentos do MST.

A necessidade de qualificar, no campo da Agroecologia, os quadros técnicos e dirigentes que atuam nos assentamentos cotidianamente, discutindo com as famílias o desenvolvimento agroecológico das comunidades, e buscando massificar as experiências agroecológicas, construindo assim as bases para o desenvolvimento com soberania alimentar, autonomia econômica e fortalecendo novas relações sociais. (MST, 2005, p. 3).

O objetivo dos movimentos sociais desde quando inicia a discussão e busca as condições para realização da formação técnica era de que estes estudantes voltem a atuar em suas comunidades de origem e/ou nos movimentos sociais em diversos espaços existentes.

Os cursos envolvem esforço dos movimentos sociais, desde a luta e conquista de políticas públicas, recursos, discussão e indicação dos/as educandos/as e liberação de militantes para acompanhamento, justamente na expectativa de que esses estudantes não busquem a formação tão somente com objetivos individuais de inserção no mercado de trabalho, mas para atuação e contribuição nos assentamentos.

Os processos de formação foram organizados nos cursos de modo a estimular o pertencimento e o compromisso com sua base como, por exemplo, o regime de alternância, elemento que contribui neste sentido.

[...] a riqueza e diversidade dos assentamentos rurais ligados ao MST em 23 estados do país, somando às iniciativas de desenvolvimento agroecológico em curso em todas as regiões, e aos acúmulos de outras entidades e profissionais que possam contribuir no processo de formação agroecológicas, permitem ao MST acreditar que organizar um processo de formação de seus quadros em Agroecologia será bastante profícuo, uma vez que a capilaridade da organização garantirá uma multiplicação rápida dos conceitos e princípios desenvolvidos ao longo do processo formativo, permitindo o avanço no desenho de agroecossistemas sustentáveis em todo o país. (MST, 2005, p. 4).

Deste modo, a demanda por formação em Agroecologia resultou na opção por constituir cursos técnicos formais como modo importante de formação, sem descartar outras formas. Por sua vez, impulsionaram a implementação de Centros/Escolas de Formação para acolhê-los e serem referências na produção em base agroecológica para os assentamentos e no debate com a sociedade urbana.

Para que estas “escolas de ensino, pesquisa e extensão” fossem criadas foi demandado do MST um grande empenho e articulação política para conquistar espaços para implantação, seja nos assentamentos ou em outras localidades, “para adaptar e construir as infra-estruturas necessárias para as atividades de produção e ensino, além de ações políticas e educacionais para efetivar os cursos técnicos” (GONÇALVES, 2008, p. 240).

Analisa Lima (2011, p. 86) que o empenho em tecer uma análise dos processos formativos em Agroecologia, que considere as forças sociais antagônicas que disputam o projeto de campo no país, encontra embasamento na contribuição de Gramsci no que se refere à luta contra-hegemônica dos trabalhadores em contraposição à lógica de reprodução do capital.

Portanto, podemos tratar da formação em Agroecologia como um dos aspectos da luta de classes contra a lógica hegemônica do capital no campo, traduzido no agronegócio.

Se por um lado o agronegócio tem milhares de profissionais a seu serviço, lubrificando suas engrenagens, seria preciso formar, também, profissionais construtores de um projeto de campo com novos pressupostos, que não seja a produção de mercadorias para busca do lucro.

3.1.2. Centros de Formação em Agroecologia no Paraná e a Escola Milton Santos

Desde que o MST iniciou seu processo de reestruturação orgânica¹³, sobretudo nos anos 1999-2000, se gestou a idéia de formar pessoas, coordenadores e coordenadoras de núcleos de base, dirigentes ligados ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, (um dos setores do MST) e, sobretudo, jovens, com o intuito principal de que pudessem vir a contribuir na construção dessa nova organicidade deste movimento no estado.

Esses integrantes do MST poderiam vir a contribuir no trabalho de orientação técnica e ao mesmo tempo contribuir de forma militante na organização política. Seriam pessoas indicadas pelas comunidades e assentamentos, vinculadas organicamente com estas e com os movimentos sociais do campo, além de terem mais possibilidade de conhecer, pelo menos em tese, a dinâmica da organização social a qual pertencem e o local onde vivem, podendo estar mais envolvidos e comprometidos e, sendo parte, facilitarem o diálogo para resolução dos problemas coletivos.

Junto a estes desafios, somava-se a necessidade de escolarização da juventude do campo em nível médio e valorizando a certificação de uma formação técnica. Foram buscadas as condições materiais necessárias para a realização dos vários cursos.

Eram necessárias instituições de ensino parceiras para certificação e implementação dos projetos pedagógicos de modo compartilhado. Essas parcerias foram estabelecidas com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR e posteriormente com o Instituto Federal do Paraná – IFPR.

Outra instituição parceira foi o INCRA através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA¹⁴, programa conquistado pela luta dos movimentos sociais populares do campo e que aporta recursos para demandas específicas de escolarização e formação de beneficiários do programa de reforma agrária.

Tem havido ao longo deste processo de desenvolvimento dos cursos de Agroecologia, um grande esforço e experiências no sentido de garantir a proposição pedagógica de uma formação integral do ser humano, sem abandonar a especificidade da

¹³ A reestruturação orgânica do MST foi uma resposta as mudanças estruturais no campo e limitações na luta pela reforma agrária. Consistiu em mudanças no método de direção e estrutura organizativa que permitisse maior participação das famílias de sua base social e envolvimento de mais pessoas na militância, para contribuírem no conjunto crescente de suas tarefas políticas e organizativas.

¹⁴ O PRONERA foi criado em 1998, propõe e apóia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. Sua atuação se dá através de parcerias do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais; com instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais (http://www.incra.gov.br/educacao_pronera).

formação para atuação no desenvolvimento dos assentamentos e comunidades de base camponesa. Têm sido encontradas dificuldades, também, para superar a herança tecnicista e não-dialógica que a formação técnica assumiu nos últimos anos no Brasil, e ainda a necessidade da apropriação de conhecimentos sistematizados e a construção de novos conhecimentos pelos educandos e educandas.

Os Centros ou Escolas de Formação e Capacitação técnica em Agroecologia são estruturas criadas pelo MST e Via Campesina que objetivam o desenvolvimento de cursos de nível técnico e superior visando a pesquisa e a promoção da “extensão” para o desenvolvimento da Agroecologia (CARDOSO, 2012).

A construção Centros/Escolas de Formação em Agroecologia no MST no estado do Paraná se insere em dois movimentos: de luta pelo direito à educação – desencadeada pelo movimento Por uma Educação do Campo – e de construção de um Projeto Popular para o Campo. Tal projeto, de acordo com Guhur (2010, p. 210),

[...] reafirma (e recoloca em outro nível) a identidade camponesa no enfrentamento ao agronegócio, cujo modelo de produção e tecnológico oferece um horizonte que pode enfim por em questão a permanência do camponês (OGMs e nanotecnologia), concluindo, assim, o processo de separação dos produtores diretos de suas condições de produção. A reprodução social dos camponeses passa a exigir um repensar sobre os sistemas de produção e as tecnologias até então adotadas. As iniciativas dos próprios assentados em buscar alternativas e a trajetória do debate ambiental no Brasil também contribuem para essa mudança.

As práticas educativas em Agroecologia têm como intencionalidade política e pedagógica um projeto educativo emancipatório que, para a realidade do campo, está associado ao direito a educação escolar e técnica. (LIMA, 2011, p. 76).

Apresentamos a seguir os principais objetivos dos Centros/Escolas de Formação do MST do Paraná:

- Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações, que buscam os mesmos objetivos de transformação social;
- Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área da produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os/as agricultores/as;
- Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas e socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
- Aperfeiçoar o método de formação técnica e política e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;

- Ser espaço de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
- Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente cultura camponesa;
- Ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando-se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro. (MST-PR, 2004, p. 19-20).

Guhur et. al. (2013) destacam que há quatro Escolas/Centros de Formação da Via Campesina e do MST no Paraná, que se caracterizam como escolas de educação popular, não estando diretamente integradas à rede pública de ensino.

Muito embora outros trabalhos apontem a existência de outros espaços de formação em Agroecologia ligados as iniciativas dos movimentos sociais populares do campo no Paraná, listamos a seguir aqueles de maior abrangência e efetividade, e a Figura 2 ilustra sua distribuição geográfica.

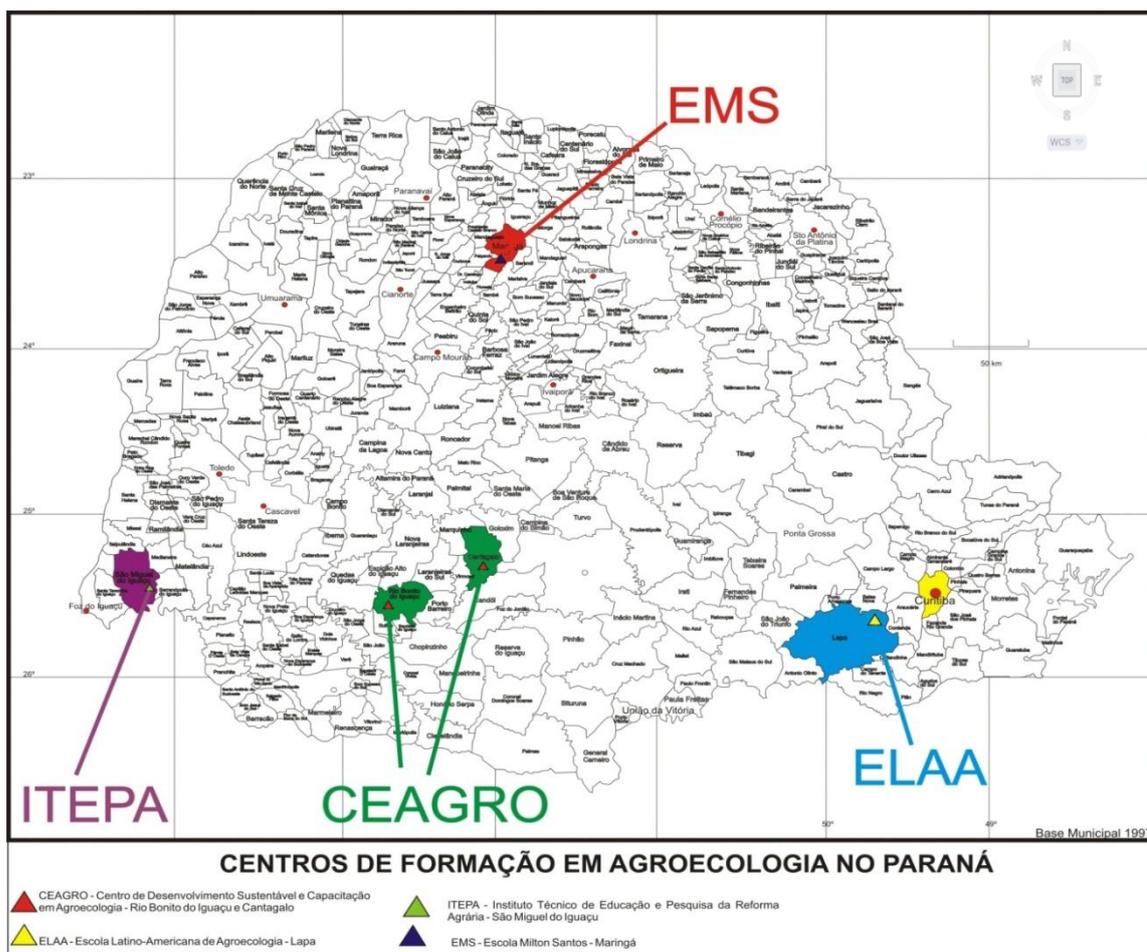


Figura 2. Centros/Escolas de Formação em Agroecologia organizadas pelos Movimentos Sociais Populares do Campo no Paraná.

Fonte: Informações da Secretaria Estadual do MST-PR. Elaborado por Indianara C. Pires.

Os cursos ofertados nestes Centros foram pensados para formar e capacitar os agricultores e técnicos, com a intencionalidade de se difundir a Agroecologia em assentamentos rurais, acampamentos, reassentamentos e outras comunidades do campo no Paraná, abrangendo também outros estados do Brasil, e até mesmo outros países, uma vez que o MST mantém articulação com movimentos sociais no exterior, a exemplo de Argentina, Paraguai, Venezuela, Cuba e Haiti. (CARDOSO, 2012; CAMPOS, 2014).

Antes do início dos cursos formais de iniciativa do MST e Via Campesina e ainda no momento inicial de estruturação dos Centros/Escolas de Formação em Agroecologia, ocorreram no estado do Paraná algumas iniciativas, que se constituem nos antecedentes dos atuais cursos técnicos em Agroecologia, e que sinalizam a existência de uma “vontade coletiva”. A experiência mais significativa foi, sem dúvida, o curso não formal “Prolongado em Agroecologia”, realizado na Escola José Gomes da Silva, em 2001, com duração de 60 dias, e que contou com a participação de educandos de diversas regiões do estado do Paraná e ainda de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (TONÁ, 2007).

De acordo com HOELLER, (2006, p. 57-58), o primeiro curso Técnico Agrícola com Habilitação em Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia no Paraná nasceu

[...] a partir das demandas das Escolas Comunitárias de Agricultores, que colocaram para si o desafio de construir processos de formação para a agricultura familiar. (Cadernos da ASSESOAR, 2002). Com as reflexões originadas no período de 1998 a 2000, com a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, a ASSESOAR, que é uma entidade do Sudoeste do Paraná que trabalha com agricultura familiar, houve compromisso desconstruir referências em nível médio e pós-médio. A partir desse momento surgiu em 2002 a primeira turma de pós-médio em Agroecologia, a qual foi abrigada pela autarquia de Rio do Sul, que possui uma unidade descentralizada em Dois Vizinhos, PR. O curso foi um esforço conjunto de várias entidades, além da ASSESOAR: MST, MAB/CRABI, CRESOL e MPA.

Nos espaços dos Centros/Escolas de Formação, os cursos técnicos em Agroecologia, em parceria com as instituições públicas de ensino, vem sendo oferecidos conforme demanda da base dos movimentos sociais populares, para beneficiários das áreas de reforma agrária.

Os cursos têm sido nas seguintes modalidades: Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia (modalidade das primeiras turmas, quando ainda não existia o reconhecimento da formação em Agroecologia); Técnico em Agroecologia com Ensino Médio Integrado; Técnico em Agroecologia/Educação de Jovens e Adultos; Técnico em Agroecologia (seqüencial); Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais;

Técnico em Agroecologia com Habilitação para a Produção de Leite; Tecnologia em Agroecologia.

Nas suas práticas produtivas e, sobretudo, nas práticas educativas dos cursos, são consideradas as estratégias regionais de produção nos assentamentos para orientar focos da formação técnica nos Centros/Escolas de Formação, de acordo com sua localização geográfica.

Buscando não perder a formação para processos de base e para construção da soberania alimentar e energética, alguns cultivos e criações têm sido prioridade nos planejamentos do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente das brigadas e regiões e das cooperativas criadas a partir da organização das famílias Sem Terra.

Os cursos buscam contemplar essa preocupação, de modo que os egressos tenham um maior domínio de conhecimentos nestas “linhas de produção”, para contribuir não apenas com a organização produtiva dos agroecossistemas familiares, como também com estratégias mais amplas de organização da economia camponesa nos assentamentos.

Segundo LIMA (2011, p. 84), as práticas educativas em Agroecologia realizadas pelas organizações e movimentos sociais populares do campo devem ser compreendidas de forma interligada com a totalidade de outros processos formativos que englobam as Jornadas de Agroecologia, campanhas, mobilizações, encontros, reuniões, congressos, marchas e Romarias da Terra, oficinas de capacitação, entre outros.

Os Centros/Escolas de Formação e os cursos técnicos são, portanto, iniciativas que se somam e interligam com a ampla busca da promoção da Agroecologia nos territórios dos assentamentos e outras comunidades camponesas.

3.2. A ESCOLA MILTON SANTOS E A FORMAÇÃO PARA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA

A Escola Milton Santos é uma dentre outras tantas iniciativas de formação em Agroecologia, que traz consigo particularidades na sua construção (não apenas física) e no alcance dessa formação.

Por isso verificaremos a seguir seu percurso histórico, como se organiza, as atividades que desenvolve e como organiza o método pedagógico para formação.

3.2.1. Histórico da Escola Milton Santos

De acordo com Guhur et. al. (2013), a Escola Milton Santos - EMS é um centro de educação em Agroecologia e desenvolvimento sustentável dos movimentos sociais populares do campo, criada em 10 de junho de 2002, no município de Maringá, Paraná.

A Escola Milton Santos estabelece uma relação com o MST e outros movimentos da Via Campesina Paraná¹⁵, os quais incidem no processo organizativo e apresentam demandas de formação, e ajudam a compor o quadro de trabalhadores que moram neste espaço. (MATOS; TONÁ, 2015, p. 31).

A história da Escola Milton Santos de Agroecologia está diretamente relacionada, numa dimensão mais abrangente, à experiência educacional do MST, o qual, desde seu surgimento, incorpora a questão da educação em sua dinâmica interna, pautando politicamente e inserindo-a na estratégia de luta pela Reforma Agrária, tendo em vista as preocupações para com a formação dos seus sujeitos. (CARDOSO, 2012, p. 27-28).

Com a finalidade de construir um Centro de Educação e Capacitação para o Desenvolvimento da Agroecologia naquela região metropolitana, o MST procura, na época, a Prefeitura do Município de Maringá – PMM, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores – PT¹⁶, acordou em conceder uma área pública por concessão de uso a título gratuito. Tal concessão se deu ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITEPA, e à Universidade Federal do Paraná – UFPR. Tal concessão passou a valer oficialmente desde março de 2004 e estabelecida para 20 anos.

A área concedida se situa na Gleba Ribeirão Colombo, na divisa com o município de Paiçandu e compreendia 79,9 hectares, área que anteriormente encontrava-se, em sua quase totalidade, em estado de acentuada degradação, promovida pela extração de cascalho e de terra. Estas ações eram feitas pela Prefeitura e por empresas particulares, de forma bastante predatória e descontrolada.

Nessa área havia, também, cinco blocos semi-construídos, inacabados e abandonados ao tempo. Eram ruínas de um projeto de indústria de cerâmica que jamais funcionou e que havia duas décadas, pelo menos, só serviam como depósito de lixo, como espaço de prostituição e para o uso de drogas, segundo moradores circunvizinhos.

¹⁵ Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB; Instituto Equipe de Educadores Populares –IEEP; Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA; Terra de Direitos.

¹⁶ Gestão de 2000 a 2004 da PMM.



Figura 3. Fotografia da área concedida para a EMS em 2002.

Fonte: Arquivos fotográficos da EMS.



Figura 4. Fotografia do lixo depositado na área concedida para a EMS em 2002.

Fonte: Arquivos fotográficos da EMS.



Figura 5. Fotografia da área de produção concedida para a EMS em 2002.

Fonte: Arquivos fotográficos da EMS.

Os primeiros anos de trabalho constante na escola, inclusive anteriores a concessão oficial, foram fundamentais na consolidação deste espaço para o desenvolvimento, tanto na teoria quanto na prática, das atividades dos cursos técnicos em Agroecologia, realizados em parceria com instituições públicas de ensino, através do PRONERA/INCRA, e reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Conforme MST (2006, p. 23-24), apresenta-se os objetivos da EMS (objetivo geral), que é: a elevação do nível de escolarização, formação política e cultural e capacitação profissional de jovens e adultos do campo, visando contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento do campo e do país comprometido com a soberania nacional, com a reforma agrária, com a democracia popular, com respeito ao meio ambiente, com o desenvolvimento de valores humanistas, principalmente da solidariedade entre os pobres do campo e da cidade, proporcionando um ambiente educativo que contribua para uma formação integral dos educandos e educandas, como pessoas, como profissionais e como sujeitos sociais e históricos.

Seus objetivos específicos podem ser assim resumidos:

- Proporcionar a formação técnica e política aos integrantes do MST e da Via Campesina, concomitantemente ou não à escolarização;

- Intermediar a relação do MST com a sociedade civil organizada da região metropolitana de Maringá;
- Constituir-se num espaço de aproximação entre os trabalhadores do campo e da cidade, e de construção de iniciativas conjuntas com os movimentos e organizações sociais;
- Apoiar a comercialização dos produtos da Reforma Agrária;
- Constituir-se num centro de referência em experiências agroecológicas;
- Constituir-se num espaço de estudo, reflexão e debate sobre as grandes questões de nosso tempo, como a Reforma Agrária e a perspectiva da transformação da ordem sociometabólica do capital. (EMS, 2013).

Crítérios geopolíticos foram determinantes para a escolha do local, haja visto a localização estratégica deste município na região norte central paranaense, entre o noroeste e norte novo do estado, onde se situa boa parte dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária (CARDOSO, 2012, p. 29). Além disso, em função da facilidade de acesso de educadores, optou-se pela proximidade a uma cidade pólo, no caso, Maringá (LIMA, 2011).

Cabe ressaltar que há uma divisão geográfica estabelecida pelo MST, que não coincide com o mapa das mesorregiões do estado do Paraná (conforme dados do IBGE). Este consta no ANEXO IV.

Essa divisão estabelecida pelo MST obedece a uma referência geopolítica. Cada região agrupa, por proximidade geográfica, “brigadas” de aproximadamente 500 famílias organizadas em acampamentos e/ou assentamentos de reforma agrária, organizados a partir do MST. O mapa de “organicidade do MST no estado do Paraná”, presente no ANEXO V, ilustra essa organização.

Devido a sua localização geográfica no Estado, a Escola exerce influência direta e indireta nas áreas de reforma agrária das regiões noroeste, norte novo, norte pioneiro e centro-oeste, de acordo com o mapa geopolítico do MST. Estas regiões diferem bastante ambientalmente do restante do Estado, colocando desafios específicos à produção nos assentamentos e unidades camponesas em geral.

Segundo Armelindo Rosa da Maia - integrante da Coordenação Político-Pedagógica da Escola – conta em entrevista que “[...] uma importante decisão política tomada nessa fase inicial foi escolha do nome”. Segundo ele, foi nomeada de Escola Milton Santos de Agroecologia, em homenagem ao geógrafo da Universidade de São Paulo – USP, professor Milton Santos, ressaltando a importância e grandeza de sua obra para a luta social. (Cardoso, 2012, p. 34-35).

A escolha do nome de identidade da Escola tem origem no contexto das lutas no período histórico em que o tema da globalização era eferescente, principalmente na

organização e levantes dos povos, no campo do enfrentamento contra a expansão do capital. A contribuição teórica de Milton Santos¹⁷, na compreensão das disputas territoriais e perspectiva de “outra globalização”, é instrumento importante de compreensão e resistência nesse contexto.

Em 10 de junho do ano de 2002, iniciou-se, efetivamente, o processo coletivo de construção do espaço. Além da equipe que fora constituída, buscou-se organizar brigadas temporárias de trabalhadores e trabalhadoras oriundos/as dos assentamentos e acampamentos, que se somavam nos trabalhos demandados.

Aparecida do Carmo Lima, uma das integrantes da Coordenação Político-Pedagógica, em seu pronunciamento feito em 10 de julho de 2010, no ato público de inauguração da Escola Milton Santos, ressalta como foi esta experiência:

Em 2002, uma das primeiras iniciativas dos trabalhadores Sem Terra foi a construção do espaço físico da escola, juntamente com os educandos, que puderam construir sua própria escola. Iniciaram com a estruturação física dos prédios que estavam em “ruínas”. O terreno público estava coberto de lixo, ocorria a retirada do solo e de cascalho por uma empresa privada, o que promovia a deterioração do solo e de nascentes de água. Durante o processo de construção da Escola foi sendo realizada a escolarização da primeira turma de estudantes do ensino médio supletivo no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEBJA), em Maringá, e aos poucos foi sendo introduzida a formação técnica e política. (CARDOSO, 2012, p. 33-34).

No dia 30 de maio de 2003, o ITEPA e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura – FUNPAR, por meio da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR, firmaram um convênio, garantindo a liberação de recursos para o início das atividades do primeiro curso técnico, que começaram a ser executadas em julho de 2003.

Iniciou-se, ainda em condições bastante precárias e difíceis, a formação de Militantes Técnicos em Agroecologia, mediante a conquista do Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia em parceria com a Escola Técnica da UFPR e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Desta primeira experiência, foi se moldando o espaço que é a Escola. (LIMA, 2011).

A resistência é uma marca da EMS, que resulta na necessidade de dispender energia para isto. Ao final de 2004, os integrantes da Escola foram notificados que parte da área, cerca

¹⁷ Milton de Almeida Santos nasceu em Brotas de Macaúba (BA), em 3 de maio de 1926. Formou-se em Direito na UFBA em 1948, Doutor em Geografia pela Universidade de Estrasburgo. Escreveu mais de 40 livros, recebeu 20 títulos *honoris causa*. Faleceu em São Paulo, no dia 24 de junho de 2001, aos 75 anos, vítima de câncer.

de dois hectares, havia sido doada pela PMM à Secretaria de Estado da Justiça – SEJU, com finalidade de construir uma Casa de Detenção Provisória – CDP.

Ao verificar-se essa “dupla concessão”, constatou-se que parte da área concedida ao projeto da Escola Milton Santos, justamente aonde está a sede da Escola, e que se localizam sala de aula, refeitório, cozinha, biblioteca, sala de informática, secretaria, ciranda infantil, banheiros e alojamento (num total de cerca de 6,25 hectares), estava registrada em outra matrícula, tendo ficado fora da concessão. Esta situação reflete um erro grave nos trâmites da Prefeitura Municipal de Maringá, que prejudicou o andamento do projeto da Escola.

De forma paliativa, ao final daquele mandato, foi encaminhada com o poder executivo municipal uma permissão de uso de bem público, por dois anos (a partir de 16 de dezembro de 2004) para os 4,25 hectares que teriam ficado fora da concessão. (EMS, 2006).

Em 2006, quando se encerra o prazo do termo de permissão de uso, estabelecido em 2004, o poder judiciário concedeu uma liminar de reintegração de posse em favor da PMM, gerando uma nova situação de instabilidade.

O Instituto Técnico de Pesquisa na Reforma Agrária – ITEPA, utilizou-se dos meios jurídicos disponíveis para, através de uma liminar, obter a manutenção da posse. Também procedeu juridicamente no sentido de viabilizar um acordo que resultasse na definitiva regularização da área em questão. Não se obteve um resultado favorável com esta medida, e a situação permaneceu em litígio até o ano de 2010.

Ademais, com base nas observações diretas feitas durante sua pesquisa de campo, Cardoso (2012, p.38) constata que, a despeito desta situação litigiosa, que provocou a paralisação temporária das construções, situação esta que seria resolvida definitivamente alguns anos mais tarde, as atividades desenvolvidas pela escola não foram interrompidas. Persistentemente, assumindo todos os riscos possíveis, foram levados adiante os trabalhos de construção e reformas da estrutura física, assim como o desenvolvimento dos cursos e demais atividades pedagógicas.

Esta questão foi resolvida legalmente, até o momento, a partir de nova negociação com a Prefeitura Municipal de Maringá e posterior aprovação da Lei 8.988/2011, em que o restante da área (objeto de litígio) foi concedida em direito real de uso, também até 2024.

Contudo, não há uma estabilidade política definitiva sobre esta questão territorial, ainda que estejam resolvidos os aspectos legais. No ano de 2013 a PMM envia a Câmara de Vereadores de Maringá um projeto em que pedia a revogação da concessão, sem nenhuma justificativa plausível. Novamente, a mobilização das entidades apoiadoras da EMS e a

pressão política exercida, coincidindo com o momento da organização da 12ª Jornada de Agroecologia, que aconteceu na área da Escola, reverteu tal situação, e a PMM pediu a retirada do projeto.

Mais recentemente, a ameaça se refere à construção de uma rodovia, que pode retirar uma área bastante significativa da EMS, inclusive destruindo casas de moradores que trabalham na Escola, e comprometendo uma importante área de produção agropecuária que tem função de sustento na alimentação e pedagógica nos processos de formação em Agroecologia. Desta maneira, a resistência continua a ser, além de uma marca de sua história, um desafio permanente da EMS.

3.2.2. Caracterização geral da EMS

Atualmente a Escola conseguiu se estruturar no seu espaço físico, para oferecer as condições básicas para as atividades coletivas que ali se desenvolvem. Obviamente, muitas construções não possuem acabamento adequado, visto que a construção foi sendo feita paulatinamente, conforme a disponibilidade do trabalho voluntário e dos poucos recursos para materiais e equipamentos. Vê-se na Figura 6 um panorama das construções da sede da EMS.



Figura 6. Imagem de satélite da área da sede da Escola Milton Santos - 2014.

Fonte: Imagem Google Earth. Acesso em 10/03/2016.



Figura 7. Fotografia da situação atual da área da sede da Escola Milton Santos.

Fonte: Arquivos fotográficos da EMS.

A EMS não tem funcionários; seus trabalhadores e trabalhadoras são voluntários/as. Com o intuito de organizar a auto-sustentação da Escola e agilizar a aprovação e desenvolvimento de projetos para o cumprimento de seus objetivos, os trabalhadores da EMS criaram a Associação de Trabalhadores na Educação e Produção em Agroecologia Milton Santos - ATEMIS. É uma associação sem fins lucrativos, composta por pequenos agricultores, camponeses, educadores e educandos do campo do Paraná, que existe desde 2007.

Tem por objetivo estimular o desenvolvimento comunitário e cultural, o desenvolvimento agrícola, a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável, por meio de atividades de educação, capacitação e pesquisa. Seus trabalhadores se associam à ATEMIS após um período de experiência, e contribuem durante um determinado período na Escola, por entenderem sua importância como oportunidade de escolarização diferenciada para a juventude do campo. A EMS tem uma política de estímulo à continuação dos estudos desses trabalhadores, que muitas vezes tem uma defasagem na escolarização. (EMS, 2015).

A Escola Milton Santos atua nas áreas de capacitação, pesquisa e difusão de práticas em Agroecologia, tecnologias em energias renováveis, bioconstruções, Saúde Popular e Educação do Campo. Desenvolve a produção agroecológica de hortaliças, frutíferas, milho, feijão, mandioca e café, além de adubos verdes. Os produtos da horta da escola têm a certificação da REDE ECOVIDA¹⁸. A produção de leite, suínos e aves encontra-se em processo de conversão.

A produção é destinada para o consumo dos moradores e estudantes dos cursos, garantindo assim a qualidade e diversidade da alimentação, e para comercialização na feira do Produtor de Paçandu e para compor uma cesta de produtos agroecológicos (quinzenal). A renda é revertida para o pagamento de ajudas de custo para os trabalhadores voluntários da escola. (EMS, 2015).

O Quadro 5 mostra a ocupação e uso atual do solo na Escola.

Quadro 5: Ocupação e uso do solo com atividades agropecuárias na EMS - 2016.

Uso	Área total (ha)	Área utilizada (ha)	Área utilizada %
Vegetação Nativa – APP e RFL	37,1	0,0	0
Bovinocultura, suínos e aves	17,3	15,5	90
Lavouras	7,3	4,6	63
Horta	2,2	1,2	55
Agroflorestas	2,9	2,9	100
Moradias e estrutura educacional	3,6	--	--
Vias de acesso e cursos de água	2,2	--	--
Total	72,6	--	--

Fonte: Arquivos EMS (2015); mapa digital da EMS (2016) - adaptado pelo autor.

A distribuição das atividades na área da EMS pode ser visualizada no Mapa da EMS (Figura 8). Importante ressaltar ainda que, apesar da área total e produtiva ser significativa, as condições de degradação do solo, ainda em recuperação, e áreas com afloramento da rocha matriz torna a produtividade dos subsistemas pequena.

¹⁸ A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. Trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a Agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros. (ARL, 2006).

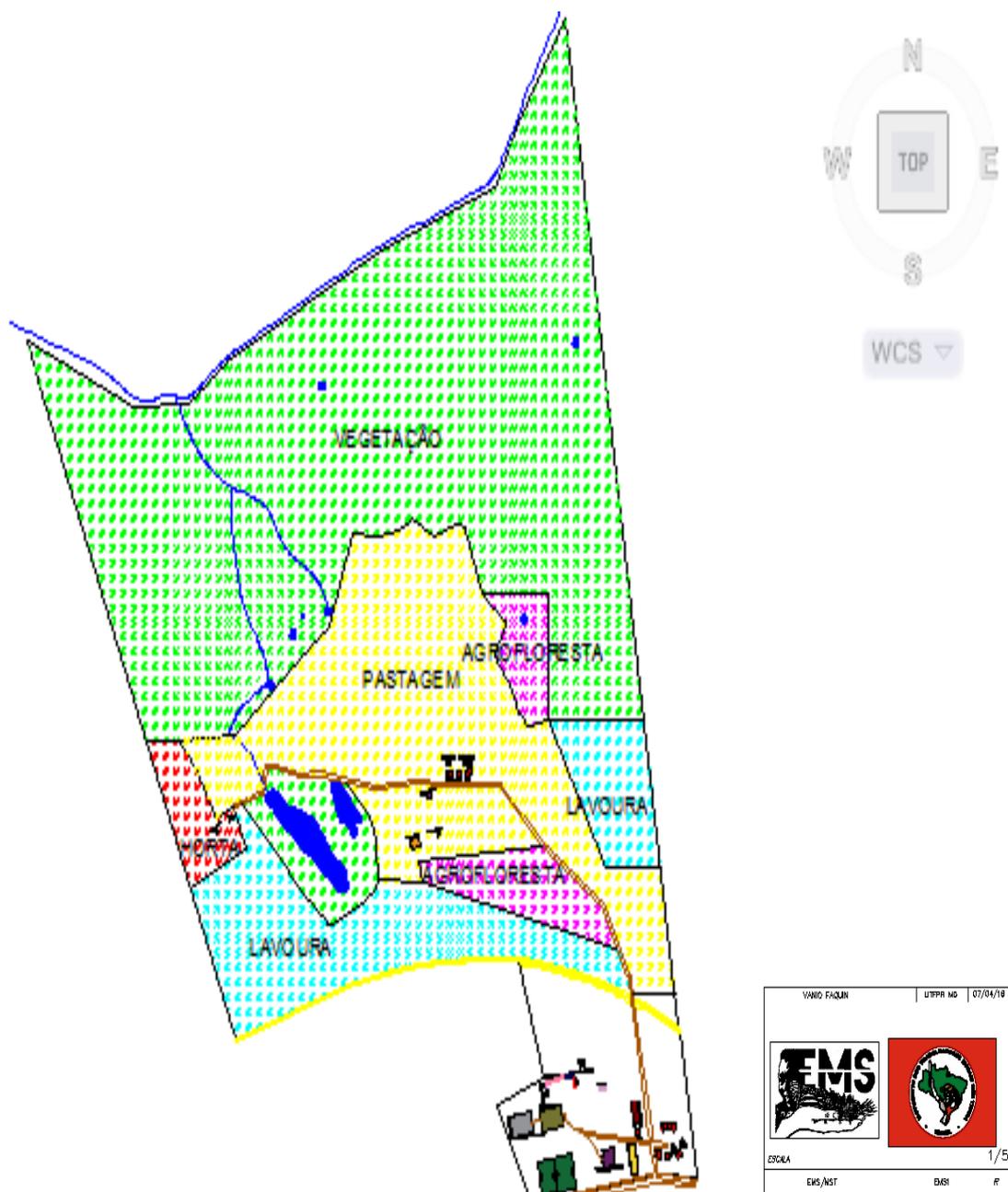


Figura 8. Mapa da Escola Milton Santos – 2016.

Crédito: Elaborado por Vânio Faquin e Márcia M. M. Toná; adaptado pelo autor.

Para as diferentes ações que desenvolve, a EMS se organiza em setores de trabalho, quais sejam:

- Setor de Produção - garante a produção agropecuária para o consumo na Escola, para geração de renda e para espaço didático-pedagógico das atividades de formação, como os cursos técnicos e outras capacitações.

- Setor Administrativo - tem a função de gerenciar as necessidades e patrimônio da Escola, como busca, aplicação e controle financeiro, controle da utilização dos veículos, encaminhamento de projetos, dentre outras funções.
- Setor de Infra-estrutura - com a finalidade de garantir a manutenção das estruturas existentes, construções necessárias, organização do refeitório coletivo e alojamentos, e da limpeza dos espaços em geral.
- Setor pedagógico - acompanha e dirige os processos de educação e capacitação desenvolvidos pela EMS, desde os cursos formais, até a recepção de estagiários e visitas.

Atualmente há trinta e sete pessoas que vivem na Escola, sendo 11 crianças e 26 adultos distribuídos nesses setores de trabalho e cumprindo diferentes tarefas.

LIMA (2011, p. 210) destaca que os objetivos da Escola estão diretamente relacionados aos objetivos do MST, refletindo também na forma organizativa da EMS, que se dá através da organização de coletivos. Como parte do processo de gestão democrática da Escola, as pessoas/sujeitos que ali residem estão organizados em um Núcleo de Base - NB, cuja identidade de origem é “NB Milton Santos”. Quando há outros sujeitos que desenvolvem trabalho voluntário em período determinado na construção da Escola (por exemplo, na reforma e construção da infra-estrutura) integram o “NB dos Voluntários”.

Devido às características da Escola, outra demanda tem sido o atendimento às crianças Sem Terrinhas, filhos e filhas das famílias moradoras, de estudantes e voluntários. A presença das crianças no espaço da Escola exigiu a organização do espaço, ambiente educativo e de intervenção pedagógica, a “Ciranda Infantil Semente da Esperança”, objetivando garantir a educação infantil das crianças que participam do “NB Sementes da Esperança”, na qual se busca que o cuidar e o educar sejam indissociáveis.

Mais diretamente em relação aos cursos, estruturam-se coletivos que constituem o processo de gestão. Cestile (2009) e Cardoso (2012) destacam os seguintes:

a) Núcleos de Base: em cada etapa, os educandos são divididos em núcleos de base, que tem em média de 6 a 10 pessoas. Estes núcleos têm a responsabilidade de desenvolver estudos em grupo, realização de tarefas necessárias a manutenção da Escola (trabalho produtivo e serviços de limpeza), organização de atividades culturais, entre outras. A partir dos coletivos e núcleos de base, organiza-se a gestão coletiva da EMS, envolvendo todos os sujeitos do processo (educandos e educandas, educadores e educadoras, coordenação pedagógica). Essa forma de organização possibilita a gestão democrática, a partir da auto-organização e participação de todos.

b) Coordenação do curso: é formada pela representação do Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico dos cursos e pelos coordenadores e coordenadoras dos núcleos de base, tendo a responsabilidade de coordenar as atividades que são definidas coletivamente.

c) Coletivo de Acompanhamento Político Pedagógico dos cursos (CAPP): tem como tarefa, em conjunto com as instituições parceiras, fazer o acompanhamento permanente dos educandos e educandas, garantir as linhas políticas dos cursos, sendo responsáveis pela gestão, metodologia e memória dos cursos em desenvolvimento, devendo realizar um processo permanente de avaliação e reflexão dos processos pedagógicos. Integram esse coletivo educadores/as, técnicos e dirigentes dos movimentos sociais, que residem ou não na Escola.

A Escola busca ainda cultivar uma relação com a base dos movimentos sociais de diferentes maneiras. Com este intuito, foi constituído um Conselho Político Pedagógico da EMS, responsável por discutir as linhas de ação principais para a Escola, composto pela coordenação da EMS e coordenadores de brigadas/regiões e setores do MST. O Conselho é uma forma de trazer para a Escola as demandas concretas presentes nos assentamentos e acampamentos, e a Escola contribuir com as ações desenvolvidas nestas áreas e avaliar a formação dos militantes que ali estejam contribuindo no trabalho e/ou estudando. (EMS, 2012).

3.2.3. Elementos principais de concepção de educação, do método pedagógico e de organização curricular dos cursos técnicos

A Escola Milton Santos, está inserida no campo das ações e luta dos trabalhadores Sem Terra pela realização da Reforma Agrária Popular, visando democratizar a propriedade privada da terra, da renda e de riquezas materiais e imateriais. (LIMA, 2011, p. 202).

Nesta perspectiva, na construção da EMS se assume os aprendizados e método pedagógico dos movimentos sociais, assim como nos demais Centros/Escolas de Formação do MST do Paraná, conforme se constata na pesquisa documental no Setor Pedagógico da EMS.

O detalhamento e aprofundamento sobre este método pedagógico, seus desdobramentos metodológicos e a organização curricular não são objetos de estudo desta pesquisa, mas foram temas de diversos trabalhos acadêmicos¹⁹. Nos limites deste item serão

¹⁹ Sobre este assunto, ver trabalhos de Lima et. al. (2013), Cardoso (2012), Lima (2011), Guhur (2010), Cestille (2009), Pego (2008).

ressaltados alguns aspectos fundamentais, que auxiliam na avaliação da correlação entre a formação oferecida e a ação posterior dos egressos dos cursos técnicos em Agroecologia.

O MST (2005, p. 93) tem clareza que não existem métodos permanentes, prontos para serem utilizados sem alterações em qualquer situação. Ao contrário, é necessário ter a capacidade de elaborar os métodos a partir das necessidades e sujeitos concretos, tendo em vista que a realidade é dinâmica, dialética e por isso os métodos não podem ser transplantados mecanicamente.

Entretanto, o método é construído a partir da avaliação crítica das iniciativas anteriores e das concepções pedagógicas e filosóficas sobre educação dos movimentos sociais. Conforme Lima et. al. (2012, p. 194), a Proposta Pedagógica da EMS é alicerçada no acúmulo do trabalho e da experiência na formação de militantes e quadros no MST, que toma por base elementos do Projeto Político Pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF e as experiências educativas realizadas no Instituto de Educação Josué de Castro – IEJC.

Guhur (2010, p. 155) aponta ainda que a experiência de referência é, sem dúvida, aquela acumulada pela Escola Josué de Castro, do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, em Veranópolis - RS, primeira escola formal do MST. “Assim, a elaboração de qualquer projeto político e pedagógico das escolas do MST se baseia nos documentos do ITERRA, que buscam traduzir os princípios filosóficos e pedagógicos da educação no MST”.

Trabalhos de Cardoso (2012), Lima (2011), Cestille (2009) afirmam que o projeto educativo e objetivos da Escola Milton Santos foram sendo definidos juntamente com as demais atividades práticas e teóricas que se desenvolviam, incorporado aos pressupostos da proposta de educação defendida pelo MST e tem nexos com as linhas políticas defendidas pelos movimentos sociais populares do campo e com a concepção de Educação do Campo.

A Escola possibilita o processo de escolarização, formação política e técnica dos sujeitos Sem Terra e de outros movimentos sociais populares do campo e organizações populares. Situa-se no contexto da construção de um Projeto Popular para o Campo em contraposição à organização da produção agrícola sob a lógica capitalista. Entende-se que as técnicas e as ciências possam estabelecer parâmetros alternativos à agricultura convencional e que, portanto, volte-se para o bem estar humano, possibilitando que o ser humano e o ambiente estejam acima da técnica e do capital. (LIMA, 2011).

Guhur (2010, p.155) esclarece que o método pedagógico construído pelo MST envolve intencionalidade (não se dá espontaneamente), diretividade (não é um processo caótico) e estratégias pedagógicas (conjunto de processos). Estes pressupostos estão presentes na prática pedagógica da EMS.

Lima (2011, p. 123), tomando por referência o estudo de fontes documentais do MST-PR, que tratam do conjunto dessas práticas educativas em Agroecologia realizadas nos Centros/Escolas de Formação, identifica que:

[...] encontramos que os fundamentos teóricos e metodológicos que embasam a organização e o fazer pedagógico dessas práticas objetivam a formação de Militante Técnico Educador em Agroecologia, devendo haver a apropriação das linhas política e princípios organizativos do MST. (p. 123).

Os cursos técnicos desenvolvidos na Escola Milton Santos se estruturam em regime de alternância, em que os educandos ficam um período na escola, Tempo Escola – TE, e um período em sua comunidade de origem, Tempo Comunidade - TC, o que contribui para que os jovens e trabalhadores do campo tenham acesso à escola sem abandonar o trabalho na unidade familiar.

Cestille (2009, p. 114) complementa que os educandos têm a tarefa de desenvolver e acompanhar experiências de produção junto às famílias dos assentamentos que estimulem mudanças nas práticas produtivas e culturais, visando mudanças na conversão do modelo tecnológico convencional para produção em base agroecológica, assim como o desenvolvimento da produção destinada para o sustento familiar e não apenas para o mercado, na busca de garantir soberania alimentar.

A formação do “Militante Técnico Educador em Agroecologia” visa contemplar a dimensão do conhecimento técnico-científico, cultural, político e organizativo. Dessa forma, o projeto político pedagógico dos Centros/Escolas de Formação, as práticas educativas em Agroecologia (curso formais) e o seu desdobramento no planejamento, organização e o fazer pedagógico, necessitavam articular estes aspectos. Por isso também a opção das práticas educativas em Agroecologia serem organizadas em **regime de alternância**, em momentos distintos – Tempo Escola e Tempo Comunidade – porém compreendidos como tempos contínuos e interdependentes do processo educativo.

Para LIMA (2011, p. 126) o significado da opção metodológica do regime de alternância vincula-se ao princípio da prática-teoria-prática, educação e vínculo orgânico com processos produtivos e sociais. A formação do Militante Técnico não se resume às atividades de aula teórica, ou só ao Tempo Escola, porque a formação esperada dos educandos não seria

forjada só na escola, mas na luta social, na organização coletiva, na construção do vínculo orgânico com a base social.

As atividades desenvolvidas no Tempo Escola estão organizadas em **Tempos Educativos**, organizando-se cronologicamente o dia dos educandos e educadores. Os tempos educativos têm como intencionalidades:

- a) Incorporar outras atividades educativas, além das aulas, trabalhando pedagogicamente as várias dimensões da formação humana.
- b) Contribuir no processo de organização e auto-organização dos educandos/as, exercitando o aprendizado de organizar o tempo pessoal e o tempo coletivo em relação às tarefas necessárias, levando os educandos a “[...] gerir interesses, estabelecer prioridades, assumir compromissos com responsabilidade” (ITERRA, 2004, p. 23).

Guhur (2010, p. 156) destaca como elementos básicos desse método na organização dos cursos técnicos: a alternância; os tempos educativos; o trabalho; a coletividade e a estrutura orgânica; a gestão democrática e a auto-organização; e a pesquisa.

Por sua vez, Lima et. al. (2012) afirmam que os projetos político pedagógicos dos Centros/Escolas foram estruturados, a partir das experiências de outros processos educativos desenvolvidos pelo MST, em torno de quatro dimensões pedagógicas, que se articulam dialeticamente: Estudo, Trabalho, Organicidade e Convivência.

Em se tratando de cursos de Formação Profissional, que se propõem responder a demandas concretas, mas numa perspectiva alargada de formação dos trabalhadores, a categoria práxis emerge como fundamental, perpassando as diferentes dimensões educativas. Entretanto, para que o conjunto do processo formativo se constitua como práxis, três elementos se destacam: o Trabalho, a Organicidade e a construção da relação entre teoria e prática. (LIMA ET. AL., 2012, p. 213).

Têm sido encontradas muitas dificuldades nos cursos técnicos para superar a herança tecnicista e não-dialógica que a formação técnica assumiu nos últimos anos no Brasil, somada a necessidade da apropriação de conhecimentos sistematizados e a construção de novos conhecimentos pelos educandos e educandas. Como experiência de busca por superar estes limites, é que se incorpora em alguns cursos o Diálogo de Saberes. Ressalta-se o papel importante que ele assume no método pedagógico dos cursos da EMS. (TONÁ, 2008, p. 5).

Conforme Guhur (2010, p. 170) o “Diálogo de Saberes, no encontro de culturas”, é um método que orienta as relações entre técnicos e camponeses, e destes entre si. Vem sendo formulado e organizado a partir da demanda dos movimentos sociais do campo de organizar a

produção da existência camponesa em bases agroecológicas, como parte de outro projeto de campo, contraposto ao hegemônico.

Seu objetivo é “[...] a busca de um sistema de compreensão e planejamento dos agroecossistemas familiares ou coletivos, partindo-se da história dos indivíduos-sujeitos envolvidos e o ambiente que gestionam, de modo a valorizar seus processos históricos [...]”; e que procura:

[...] correlacioná-los e problematizá-los à luz da história da agricultura e dos movimentos sociais a que pertençam e das potencialidades e limitações ecológicas e agrícolas do ambiente local, de modo a alcançar o desencadeamento da experimentação em Agroecologia (TARDIN, 2006; apud GUHUR, 2010, p. 170).

O método se fundamenta na Pedagogia Freireana, na Agroecologia e no Materialismo Histórico e Dialético. Pode ser desenvolvido com uma família ou grupos coletivo, com uma série de passos. Intercalam-se orientações, fundamentação teórica e vivência nos Tempos Escola, desafiando a experiência com famílias assentadas durante os Tempo Comunidade.

A Escola Milton Santos assume dimensões pedagógicas fundamentais ao processo de formação. Busca-se, assim, uma educação omnilateral, compreendendo o ser humano na sua integralidade espiritual, material, artística, estética, científica e tecnológica.

Cardoso, (2012, p. 44), concorda com esta perspectiva, ao afirmar que nesta unidade de ensino e pesquisa em Agroecologia (EMS), há um forte empenho em se trabalhar contemplando a perspectiva omnilateral, indicando, portanto, elementos de uma forma de organização escolar guiada por pressupostos emancipatórios.

A omnilateralidade, palavra esta que consiste em conceber os aspectos de totalidade ou integralidade no processo de formação humana, não podendo ser “[...] apenas a soma da atuação em diferentes dimensões, mas sim, a articulação que visa coerência na atuação do ser humano no mundo” (CALDART, 2010, p. 66).

Quanto a estrutura curricular dos cursos, desde a primeira turma foi garantido a organização por áreas de estudo, dentro das quais são contempladas unidades didáticas, conforme a modalidade e carga horária total de cada curso. O ANEXO VI mostra a matriz curricular da Turma IV – Carlos Marighella, que representa a lógica da organização das demais turmas dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

Em cada curso/turma, considerando as condições (nem sempre suficientes) e os sujeitos (muitas vezes com defasagens escolares anteriores), foram combinados os elementos do método pedagógico, com o intuito de constituir uma totalidade no processo de formação.

3.2.4. Atividades desenvolvidas na EMS

Os cursos técnicos em Agroecologia existem desde 2003, inicialmente em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná – ET-UFPR e atualmente com o Instituto Federal do Paraná – IFPR. Guhur, (2010) e Lima (2011) apontam que os cursos técnicos em Agroecologia são organizados de acordo com a demanda existente de educação escolar dos sujeitos/educandos, apresentadas pelas famílias beneficiárias das áreas de reforma agrária através do movimento social em que se organizam.

O curso é estruturado e oferecido nas seguintes modalidades: a) Pós-Médio subsequente ao ensino médio (atualmente denominado seqüencial), com duração de dois anos; b) Integrado ao ensino médio, com duração de três anos e meio; e c) Integrado ao ensino médio/Educação de Jovens e Adultos (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA), com duração de dois anos.

No ano de 2003 se iniciou o primeiro curso técnico em Agroecologia. A EMS realizou as seguintes práticas educativas em Agroecologia: a turma I “Karl Marx” e turma II “Vladimir Lênin” (Curso Pós-Médio); a turma III “Haydée Santamaría” (Curso Técnico com Ensino Médio Integrado); a turma IV “Carlos Marighella” (Modalidade de PROEJA). Na atualidade, está em processo de formação uma nova turma, que se iniciou no final de 2014 (Turma V).

Quadro 6: Cursos Técnicos em Agroecologia desenvolvidos na EMS.

Turma	Modalidade	Período	Egressos
I - Karl Marx	Pós-médio Concomitante ao Ensino Médio	2003 a 2005	12
II - Vladimir Lênin	Pós- Médio	2005 a 2008	27
III Haydée Santamaría	Técnico Integrado ao Ensino Médio	2006 a 2009	19
IV - Carlos Marighella	PROEJA	2010 a 2012	21
V – Turma 5	Técnico Integrado ao Ensino Médio	2014 a 2017	25 (em andamento)

Fonte: Setor Pedagógico da EMS; organizado pelo autor.



Figura 9. Setorgrama representando a distribuição de frequência dos estudantes egressos das turmas de cursos técnicos em Agroecologia já concluídos na Escola Milton Santos.

Fonte: Dados do Quadro 6.

Embora os cursos técnicos em Agroecologia sejam um desafio central para EMS, ao longo de sua trajetória desenvolveu e desenvolve ainda outros cursos formais. Matos e Toná, (2015, p. 34) listam estas atividades:

- -Curso para Jovens Haitianos em Agroecologia e Desenvolvimento, na modalidade Formação Inicial Continuada (FIC): aconteceu em 2011 com duração de cinco meses, em parceria com o Instituto Federal do Paraná, campus de Campo Largo, como parte de um intercâmbio dos movimentos sociais do campo do Haiti.
- -Curso de Atendente de Nutrição, com ênfase em alimentação saudável: teve início em no mês de junho do ano de 2013, também em parceria com o Instituto Federal do Paraná, campus de Paranavaí, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC/Campo).
- -Curso de Pedagogia para Educadores do Campo (graduação com licenciatura plena): teve início em abril de 2013, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá - UEM e INCRA/PRONERA, tendo duração de quatro anos, e conta com estudantes do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.
- -Curso de Escolarização de Jovens e Adultos - EJA fase II (anos finais do ensino fundamental): iniciou em novembro de 2013, em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, com a conclusão prevista para este ano.

A EMS ainda sedia eventos, seminários e reuniões dos movimentos sociais do campo e organizações parceiras, e recebe muitos visitantes, pesquisadores e estagiários; estima-se que passam pela Escola cerca de 600 pessoas a cada ano, do Brasil e outros países do mundo.

Além desta relação com a base social desses movimentos sociais do campo, especialmente o MST, há uma intensa interação com a comunidade do em torno, compreendendo-se principalmente a região metropolitana de Maringá. A Escola Milton Santos tem recebido a população de modo geral e organizações e instituições para inúmeras visitas e seminários; para atividades artístico-culturais e lazer (esporte, filmes, festas, dentre outras); para divulgação e comercialização de produtos ecológicos. (EMS, 2015).

De acordo com EMS (2012; 2015), destacamos também outros projetos e parcerias mais recentes:

- Sede da 12ª e 13ª Jornadas de Agroecologia, evento itinerante promovido no Paraná pela Via Campesina e diversas outras organizações, que reúne cerca de 3.000 camponeses, técnicos e educadores para atividades de estudo, capacitação e troca de sementes, durante quatro dias (2013 e 2014).
- Coordenação regional do “Projeto Flora – Cultivando Agrobiodiversidade no Paraná”, para implantação de agroflorestas em assentamentos de reforma agrária, gestão compartilhada com o Instituto Latino Americano de Agroecologia, Educação, Capacitação e Pesquisa da Agricultura Camponesa Contestado - ICA e com o ITEPA, patrocinado pela Petrobrás Ambiental (2013 a 2016 – em andamento).
- Programa Campo e Cidade em Movimento, programa diário na Rádio Comunitária Pioneira FM 91,3 de Paiçandu, que divulga a cultura dos sujeitos do campo e com função informativa sobre os benefícios da agricultura camponesa e da Agroecologia, desde 2011.
- Membro da Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação Participativa - constituindo-se como um grupo pertencente ao Núcleo Libertação Camponesa (noroeste do Paraná), desde 2011.
- Escola integrante do PIBID-Diversidade (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade) da Universidade Estadual de Maringá, desde 2013.
- Participa da Naturingá – Associação para Consumo Consciente e Comércio Justo, formada por trabalhadores de diferentes áreas de Maringá, Sarandi e Paiçandu que trabalham pela Agroecologia de base familiar e pela economia solidária e sustentável, desde 2015.

4. AÇÃO DOS EGRESSOS DA EMS: ALCANCES, LIMITES E DESAFIOS

Compreendendo o contexto da luta de classes no campo, a proposta para os assentamentos de reforma agrária e o desafio de construção da Agroecologia, em que a formação parece ter um papel importante, caberá neste capítulo discutir o alcance da ação dos egressos nos assentamentos, identificar possíveis limites, possibilidades e desafios que daí emergem.

Entre os anos de 2003 e 2012 foram realizados os quatro cursos técnicos em Agroecologia na Escola Milton Santos, em diferentes modalidades, descritas anteriormente. Cada curso/turma teve características muito próprias, desde o número de educandos, momento em que acontecem, relações estabelecidas, dentre muitas outras. Entretanto, compreendemos que as semelhanças, de contextos de origem dos educandos e do método pedagógico assumido nos cursos, são preponderantes.

Do total de 79 educandos das quatro turmas concluídas, as mulheres representaram 22% enquanto os homens representaram 78%, revelando que, apesar de um relevante trabalho de mudança nas relações de gênero desenvolvido pelo MST nos assentamentos, este tipo de formação profissionalizante e posterior atuação na produção agropecuária ainda é vista como uma tarefa predominantemente masculina.

Não foi apurada a média de idade em cada turma, o que variou conforme a modalidade do curso. Afirma-se, pela observação e acompanhamento, que a maioria absoluta foi de jovens, a partir dos 14 anos de idade.

4.1. OS LOCAIS DE ORIGEM DOS EDUCANDOS EGRESSOS

Começamos aqui por sistematizar as informações de origem dos educandos egressos dos cursos técnicos em Agroecologia da Escola Milton Santos. Alguns dados obtidos em pesquisa documental, questionários e entrevistas podem ser visualizados.

Conforme a divisão geográfico-organizativa do MST (ANEXO V) identificamos cinco regiões de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia (considerando Norte Novo e Norte Pioneiro como única região: Norte), oriundos de 19 brigadas de 500 famílias e 29 municípios representados, onde se localizavam assentamentos e/ou acampamentos no período de início de cada turma. Apresentamos as regiões e municípios de origem no Quadro 7.

Quadro 7. Regiões e municípios de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

REGIÕES	MUNICÍPIOS
NOROESTE	Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Cruzeiro do Sul, Terra Rica
NORTE	Arapongas, Ortigueira, Congoinhas, Faxinal, Londrina
CENTRO OESTE	Manoel Ribas, Jardim Alegre, Palmital, Peabiru, Boa Ventura de São Roque
OESTE	Mariluz, Santa Tereza do Oeste
SUL	São João do Triunfo, Bituruna, Teixeira Soares

Fonte: Arquivos da EMS; organizado pelo autor.

A Escola teve a presença mais significativa numericamente de educandos do Norte, Noroeste e Centro Oeste, regiões mais próximas geograficamente. Possivelmente, isso confirma as expectativas da regionalização da localização dos Centros/Escolas de Formação que, pelo raio de proximidade com os territórios da reforma agrária, facilitou o deslocamento para as etapas do curso, pela semelhança das condições edafoclimáticas serem semelhantes para o desenvolvimento de sistemas produtivos em base agroecológica. Contudo, notou-se ainda uma boa representatividade dos assentamentos de outras regiões do estado.

Na primeira turma os educandos vieram somente das regiões Norte, Noroeste e Centro Oeste. A partir da segunda, houve representação do Sul e Oeste, considerando os educandos que vieram de Mariluz, que posteriormente passou a integrar a região Oeste.

A totalidade dos educandos egressos destes cursos é oriunda do Paraná, das áreas de reforma agrária, conforme critério do próprio programa financiador (PRONERA). Constata-se também um esforço de articulação dos movimentos sociais, particularmente do MST, para demanda e indicação de pessoas para esses processos de formação de diversos locais do estado. Muito embora, no aspecto quantitativo, a mobilização possa ter sido insuficiente, visto que o início das turmas não se deu com o número completo de educandos esperado.

O Quadro 8 sistematiza as regiões de origem dos educandos dos cursos técnicos em cada turma.

Quadro 8: Origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

Regiões de origem	Número de educandos por turma				TOTAL por região
	Turma I	Turma II	Turma III	Turma IV	
Noroeste	4	3	4	3	14
Norte	2	8	7	9	26
Cetro Oeste	6	9	2	6	23
Sul	--	6	2	1	9
Oeste	--	1	4	2	7
TOTAL (por turma)	12	27	19	21	79

Fonte: Arquivos da EMS; organizado pelo autor.

Essa representatividade e diversidade de locais são importantes, pois, como veremos, parte dos educandos retornaram para suas comunidades e regiões de origem, abrangendo diversos assentamentos, nos quais contribuíram com ações diversas de desenvolvimento e promoção da Agroecologia. Temos uma visualização gráfica da origem dos educandos na Figura 10.

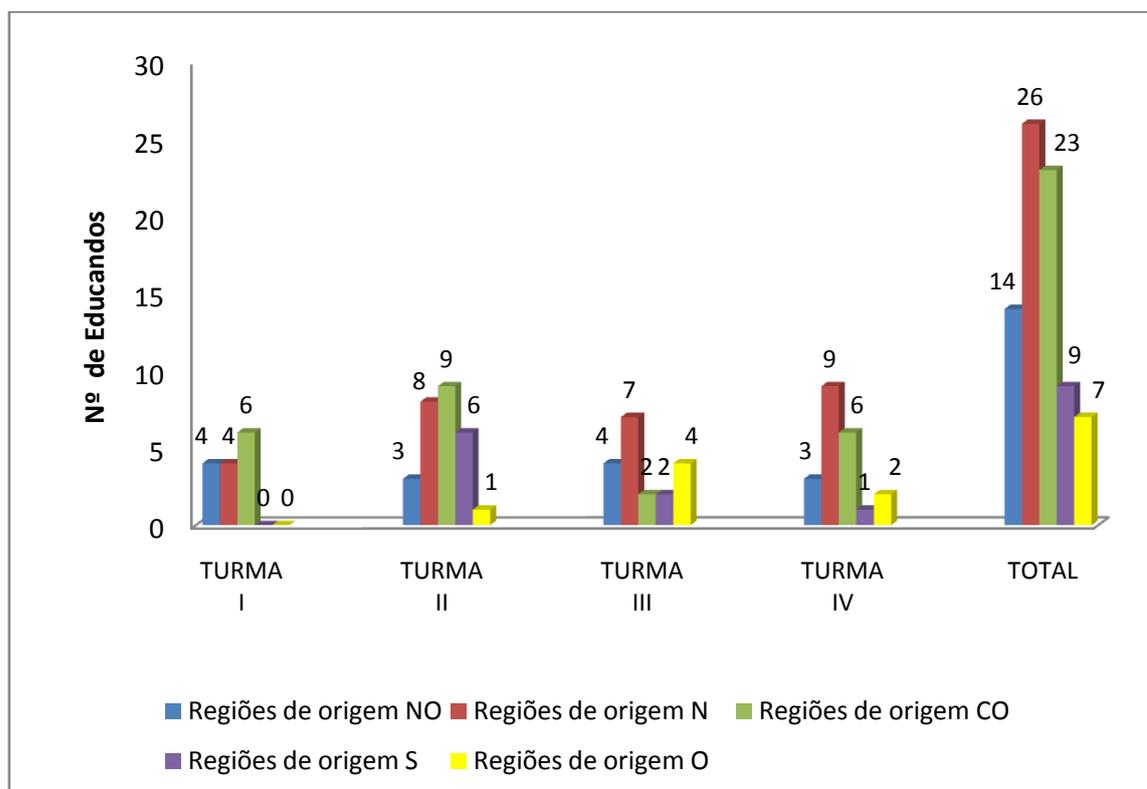


Figura 10. Origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

Fonte: Dados do Quadro 8.

4.2. PERMANÊNCIA, VÍNCULO E CONTRIBUIÇÃO NOS ASSENTAMENTOS

Para organizar os dados sobre o percurso, isto é, o possível vínculo e contribuição em atividades desenvolvidas pelos educandos após o término dos cursos, foi realizado um levantamento de dados com os egressos dos cursos técnicos.

O levantamento de dados dos educandos teve como intenção fazer um inventário do percurso e atividades. Entretanto, foram recebidos apenas aproximadamente 23% dos formulários do total de egressos. A partir daí os dados foram complementados por entrevistas com lideranças regionais e estaduais que acompanharam e/ou acompanham as ações dos egressos, restando, contudo, uma percentagem de egressos sobre os quais não se tinha informação confiável.

Esses dados sobre os percursos pessoais buscam apontar se está sendo atendida a expectativa dos movimentos sociais e instituições parceiras, de permanência dos jovens no campo e sua ação nos assentamentos, particularmente na promoção da Agroecologia, a partir da formação recebida.

A partir daí, os dados da trajetória dos egressos foram organizados em três categorias. Na **categoria CC** estão os que contribuíram por um período em atividades coletivas diversas (como veremos a diante), porém relacionadas com o desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo, e na promoção da Agroecologia em particular. A **categoria CI** diz respeito aos egressos que contribuíram em atividades internas dos assentamentos e/ou na sua própria unidade familiar. A **categoria NC** se refere aos egressos que não desenvolveram direta e efetivamente alguma atividade nos assentamentos e tampouco permaneceram em suas unidades familiares.

Esses dados apontaram que, considerando o total de egressos das quatro turmas de cursos técnicos em Agroecologia da Escola Milton Santos, quase 56% se incluem na condição de terem desenvolvido atividades relacionadas com o desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo e na promoção da Agroecologia.

Outros aproximadamente 18% estão na categoria das atividades internas aos assentamentos e/ou na sua própria unidade familiar camponesa (“lote”). Na terceira categoria, daqueles/as que não desenvolveram efetivamente alguma atividade nos assentamentos e tampouco permaneceram em suas unidades familiares, o percentual é 16,5%. Tivemos ainda cerca de 10% sobre quais não obtivemos informações. Estas informações estão organizadas no Quadro 9.

Quadro 9. Contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Categorias	Número de egressos	% de egressos
Categoria CC – Contribuíram em atividades coletivas nos assentamentos	44	55,70
Categoria CI – Contribuíram em atividades internas nos assentamentos	14	17,72
Categoria NC – Não contribuíram efetivamente nos assentamentos	13	16,46
Sem informações	8	10,13
TOTAL	79	100%

Fonte: Dados de pesquisa de campo; organizado pelo autor.

Para além do direito à educação para os sujeitos do campo, um dos objetivos dos cursos técnicos, a necessidade da formação orientada para a atuação técnico-organizativa-educativa nos assentamentos resultou em cursos formais de caráter profissionalizante.

Como anteriormente mencionado, os cursos acontecem em parceria, mas decorrem do esforço dos movimentos sociais para sua concretização, desde a conquista do PRONERA, que viabilizou parte dos recursos, a busca das parcerias, a estruturação e manutenção dos Centros/Escolas de Formação (como a EMS), a demanda por turmas específicas e o acompanhamento dos educandos durante os cursos.

Essa condição cria uma expectativa de um retorno coletivo a partir do desafio pessoal do estudo, que embora não seja, sabidamente, uma relação direta e mecânica, leva esses movimentos a questionarem-se constantemente sobre a efetividade deste retorno. Esta possibilidade se inicia com a contribuição/participação dos egressos em atividades coletivas relacionadas ao desenvolvimento dos assentamentos ou, ao menos, nas atividades desenvolvidas nas unidades familiares.

Analisando o Quadro 9 chega-se, se levadas em conta as categorias CC e CI somadas, a um percentual superior a 73% (73,42%) de egressos que mantiveram e/ou mantêm vínculos diretos com os assentamentos de reforma agrária e neles desenvolveram atividades coletivas e/ou em suas unidades familiares. Portanto, a maioria dos/as egressos correspondeu e/ou correspondem, deste ponto de vista, às expectativas dos movimentos sociais, e contribuíram para uma nova forma de desenvolvimento nesses territórios.

Lideranças do MST já demonstravam, em entrevista, antes de confirmados estes dados, percepção empírica dessa provável contribuição.

Mas no geral tem uma parte que a gente vê e circula nos assentamentos, que foi embora, tá trabalhando em outros espaços, mas tem uma grande quantidade, não tenho hoje esses dados, mas provavelmente em termos de 60, 70%, que estão nos assentamentos e de uma forma ou outra estão contribuindo nessa vivência, [...] (entrevista com J. C. P.).

Os resultados da contribuição (até o momento) dos egressos em atividades coletivas diversas relacionadas com o desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo e na promoção da Agroecologia em particular, ou em atividades internas dos assentamentos e/ou na sua própria unidade familiar podem ser considerados como quantitativamente bastante significativos, ainda mais ao se considerar diversos fatores adversos a essa permanência e contribuição.

Primeiramente, diversos educandos/as viviam, nesse período (da formação e pós-curso), numa condição transitória, de acampados ou pré-assentados, e sua permanência com vínculos com os processos de luta por Reforma Agrária podem demonstrar persistência e identidade com os movimentos sociais populares e suas orientações políticas.

Outro aspecto é que os egressos alcançam uma habilitação formal como técnico, correspondente ao técnico em agropecuária, e o apelo corrente na sociedade capitalista seria a busca da venda de sua força qualificada no mercado de trabalho.

Internamente ou vinculados em ações coletivas, não há garantias de vínculo formal de atuação como técnicos em convênios e projetos que atendam os assentamentos. O depoimento de uma liderança regional é revelador neste sentido.

Mas também é relevante dizer que os formados da EMS estiveram presentes nos momentos mais críticos (ausência de ajuda de custo para sua sustentação básica, ausência de estrutura, falta de orientação do coletivo, ausência de convênios) se mantiveram no propósito (entrevista com S. M. O. S. E.).

Um terceiro aspecto a considerar são as dificuldades de desenvolvimento das tarefas coletivas a partir da linha política do MST, nem sempre aceitas por parte das famílias assentadas, e a necessidade de organização dos assentamentos (como veremos adiante), que podem ser desestímulos a ação dos egressos no desenvolvimento dos assentamentos.

Mesmo para os/as jovens que residem com suas famílias, por vezes não encontram espaços, condições e apoio para desenvolver novas práticas com base na Agroecologia ou obter autonomia financeira a partir do trabalho no lote dos assentamentos. Pode haver, portanto, desestímulos à permanência da juventude, decorrentes de conflitos intergeracionais, somados ao parco apoio governamental e as disputas e pressões que o modelo hegemônico do agronegócio impõe a esses territórios.

Considere-se ainda que dificilmente um processo de formação – o que vale para quaisquer outros cursos profissionalizantes – atinge totalmente seus objetivos. As lideranças têm essa percepção, relatada em uma das entrevistas:

[...] claro que talvez o que se esperava é que 100% deles tivessem. A gente às vezes tem uma visão um pouco crítica em relação a isso, principalmente por parte das famílias, mas acho que tem vários que se inseriram, e que isso já é um passo bastante importante (entrevista com J. C. P.).

Mesmo os egressos que não tem mais vínculo direto com os assentamentos de reforma agrária, e inclusive não residam mais no campo, podem, pela formação oferecida, propagandear e demonstrar uma referência positiva da organização e luta pela reforma agrária e os princípios agroecológicos em quaisquer outros espaços da sociedade. Este fato não deixa de ser um resultado positivo do processo de formação vivenciado.

Temos contato com algumas pessoas através de redes sociais que estão fora, mas dá pra ver que a orientação e a defesa da reforma agrária continua, eles continuam fazendo isso. Então mesmo que, de repente, não ta nem na atividade agrícola, estão morando na cidade alguns (são poucos casos que moram em espaços urbanos), mas tem essa formação, que é a formação da consciência do ser humano, como parte da classe (trabalhadora), e acho que isso também é importante (entrevista com J. C. P.).

Vejamos agora as variações nas turmas. O Quadro 10 mostra a contribuição, por turma, dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Quadro 10. Percentagem, por turma, de contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Categorias	Turma I*	Turma II	Turma III	Turma IV
Categoria CC – Contribuíram em atividades coletivas nos assentamentos	63,64	48,15	57,89	61,90
Categoria CI – Contribuíram em atividades internas nos assentamentos	9,09	18,52	15,79	23,81
Categoria NC – Não contribuíram efetivamente nos assentamentos	27,27	25,93	10,53	4,76
Sem informações	--	7,41	15,79	9,52

Fonte: Dados de pesquisa de campo; organizado pelo autor.

*Nota: um egresso da Turma I é falecido, portanto os cálculos consideram o total de 11 egressos para esta turma.

Verifica-se que todas as turmas tiveram percentual próximo ou superior a 50% de egressos que participaram em atividades coletivas diversas, relacionadas ao desenvolvimento dos assentamentos em sentido amplo e na promoção da Agroecologia em particular.

Uma visualização gráfica das categorias encontra-se na Figura 11.

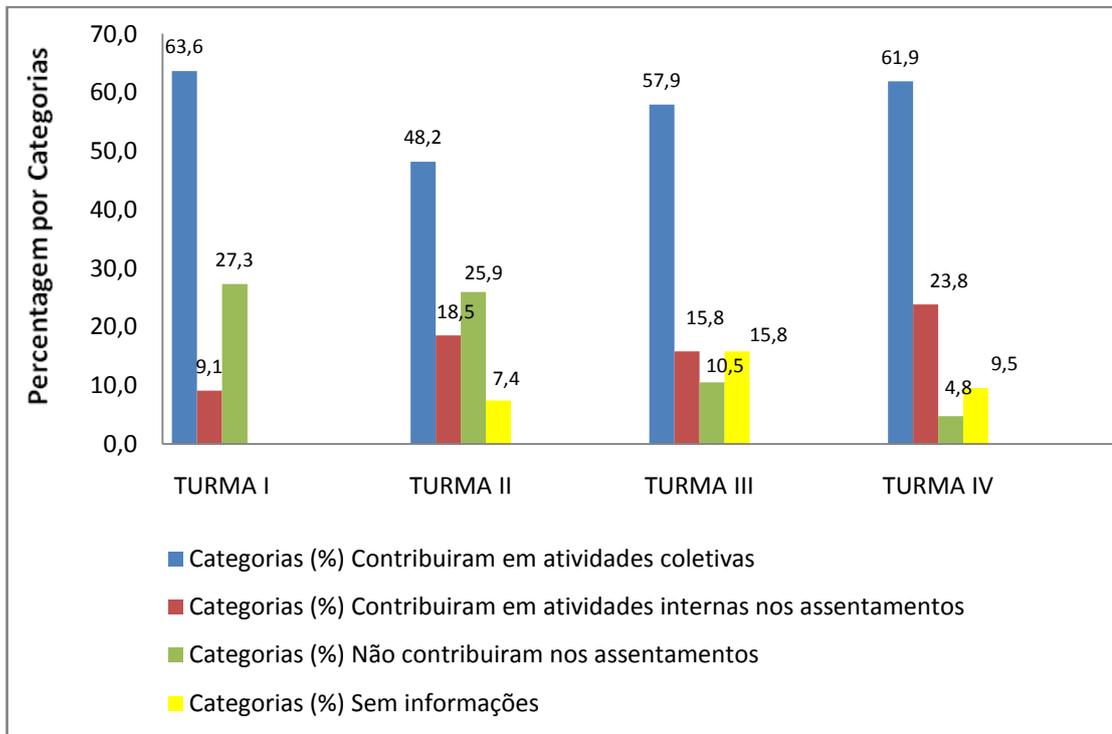


Figura 11. Percentagem, por turma, de contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Fonte: Dados do Quadro 10.

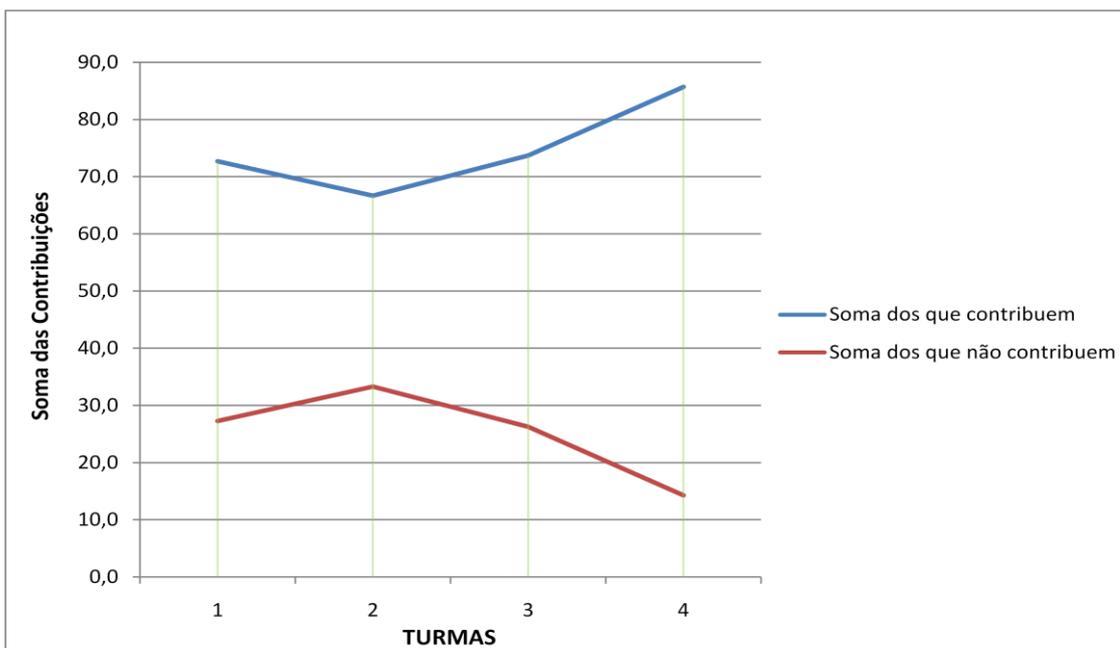


Figura 12. Somatório, por turma, das categorias CC + CI, e NC + sem informação, relativas à contribuição dos egressos da EMS nas atividades de desenvolvimento dos assentamentos.

Fonte: Dados do Quadro 10.

O somatório das categorias CC e CI resultam em 72,73% dos egressos da Turma I, 66,67% da Turma II, 73,68% da Turma III e 85,71% da Turma IV. A observa-se que a primeira turma teve percentagem próxima da média geral das turmas, e depois certo decréscimo na Turma II, com tendência de crescimento da segunda até a quarta turma (Figura 12).

Uma hipótese possível para este comportamento é de que esta tendência esteja relacionada com as trajetórias das turmas e as condições estruturais e pedagógicas da EMS e, ao mesmo tempo, com as condições objetivas para o desenvolvimento das atividades e a receptividade do MST a Agroecologia.

Egressos da primeira turma transpuseram grandes dificuldades estruturais referentes ao processo inicial de estruturação da EMS, e com sérias contradições no seu processo formativo. Os poucos que permaneceram até a conclusão, na sua maioria podem ter desenvolvido um compromisso diferenciado de valorização dessa conquista.

A partir da Turma II há uma aparente tendência de crescimento, possivelmente na medida do aprimoramento do método pedagógico e condições estruturais do conjunto da Escola, somada a receptividade crescente no MST pela promoção da Agroecologia, pelo menos ao nível da militância desse movimento. Esta suposição carece de mais estudo para sua confirmação.

Importante ressaltar que estes dados obtidos refletem o envolvimento ou não dos egressos até agora, num processo dinâmico que depende das condições objetivas e subjetivas desta relação dos educandos com a realidade concreta dos assentamentos em cada momento histórico.

Nós precisava nos espaços ir melhorando, ver quem são os estudantes, quais foram os compromissos que eles tiveram, não há processo fechado. Há espaço ainda pra inserção, porque são companheiros que foram estudar e não tem ninguém que é contra a Organização. Mesmo quem às vezes não ta inserido diretamente nas atividades, mas conseguiu criar esse sentimento de pertença a classe trabalhadora e a organização do Movimento (entrevista com J. C. P.).

4.3. AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS EGRESSOS

Até aqui a análise da participação ou não dos egressos em atividades nos assentamentos foi basicamente quantitativa. Para identificar quais as atividades desenvolvidas pelos egressos, procedemos a um levantamento de dados e entrevistas com os educandos

formados, confirmados e complementados com pesquisa documental, entrevistas com lideranças e observações a campo.

O critério para verificar as contribuições para os assentamentos foi sua relação com as proposições do Programa Agrário do MST para a Reforma Agrária Popular, que numa perspectiva ampla integra o que tem sido chamado de Projeto Popular e Soberano para a Agricultura, no qual a Agroecologia não é a totalidade, mas é tida como um dos seus pilares.

Os egressos foram, nas entrevistas, unânimes ao expressarem que todas as atividades desenvolvidas estiveram relacionadas direta ou indiretamente a Reforma Agrária e a busca de avançar na promoção da Agroecologia em suas diversas dimensões, mesmo em atividades sem ligação direta aparente, como os que atuaram em prefeituras municipais (de municípios com assentamentos).

Questionando os egressos sobre sua contribuição para o desenvolvimento dos assentamentos, expressam a percepção que desenvolveram ações que abarcam diferentes dimensões:

- Contribuiu em torno das técnicas de produção e da comercialização, gerando renda para as famílias assentadas e acampadas.
- Melhoraram a renda bruta das famílias, era um meio de aproximar as famílias e trabalhar em grupos.
- Muitas atividades desenvolvidas pelos projetos estavam relacionadas a pesquisas na área de produção e na comercialização.
- Fortalecer o trabalho realizado na certificação orgânica.
- São atividades que contribuem com o avanço de nossas áreas no sentido que, a partir da formação, as famílias podem repensar sua atuação nas comunidades onde vivem, assim como a juventude vem se perguntando a partir das Escolas da Juventude qual seu papel no campo e no desenvolvimento e construção da Reforma Agrária Popular.
- Diretamente pelo acesso a linhas de crédito, acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos
- PAA, estradas melhores, e aspecto de preservação ambiental.
- Resgatar e preservar as sementes que os agricultores estão perdendo.

Lideranças corroboram, expressando suas percepções sobre alguns dos resultados.

Enquanto resultado, primeiro uma maior diversidade de produção para o consumo das famílias gerando maior qualidade de vida.

Segundo, a parte excedente dos produtos começaram a ser comercializados em programas institucionais como PAA e PNAE e em algumas feiras locais. Sem dúvida, contribuíram no processo de compreensão das famílias que e possível produzir diversidade de alimentos e ter melhor qualidades de vida, e

ainda, gerar renda. E que para isso é preciso se organizar em grupo de produtores, em associações, ou em cooperativas (entrevista com A. R. M.).

As atividades listadas na sequência expressam uma análise qualitativa, ou seja, são aquelas em que houve participação de educandos/as dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS, independente de quantos deles/as se envolveram especificamente em cada ação. Entretanto, são apresentadas as ações que tiveram reconhecimento como relevantes por parte de egressos e lideranças.

4.3.1. Estímulo a promoção da Agroecologia nos assentamentos

O primeiro aspecto que se pode mencionar de contribuição é a continuidade do estímulo a promoção da Agroecologia num contexto de mudanças de perspectiva nas propostas de organização dos assentamentos que tem sido feita pelo MST nesses territórios de reforma agrária, reconhecidamente a partir dos anos 2000.

Desde então, os assentamentos são vistos como territórios em disputa permanente com os agentes do agronegócio, e a efetivação de outra proposta de desenvolvimento, compatível com as perspectivas da agricultura de base camponesa, passa pela crítica da lógica e conseqüências da modernização capitalista no campo.

Há um conjunto de debates nesse rumo que aconteceram nos coletivos organizados a partir do MST, em instâncias decisórias da base e militância deste movimento, ou em setores que tratam das diversas dimensões da vida nos assentamentos e acampamentos. Evidencia-se que os egressos participaram destes debates, que buscam estimular continuidade e início de experiências concretas.

Estas experiências se iniciaram a partir do debate e proposição do MST, na tentativa de construir uma nova fase na organização, onde os assentamentos e as famílias assentadas cumprem uma função social e política na estratégica do movimento (entrevista com A. R. M.).

Isto resulta no esforço de realização de um grande número de atividades educativas realizadas nos territórios da reforma agrária, não apenas para a crítica do modelo hegemônico, mas também as propostas para um desenvolvimento diferente para o campo.

Neste sentido, uma tarefa ainda não totalmente cumprida é o aprofundamento da compreensão dos fundamentos do Programa Agrário junto às famílias assentadas e em todos os espaços possíveis de sensibilização.

Sem entrar aqui no mérito dos seus pressupostos e eficácia, as entrevistas e levantamento de dados dos egressos relatam uma grande quantidade e diversidade de formas e intencionalidades educativas, que vão desde oficinas, palestras, encontros, dias de campo, cursos informais, intercâmbios, trocas de experiências, dentre outros.

Destaca-se o trabalho com a juventude, público que tem sido tratado, assim como as mulheres, como prioritário para o trabalho educativo de construção da Reforma Agrária Popular a partir da ressignificação dos assentamentos. A luta por Reforma Agrária, as relações, condições para permanência e os sonhos da juventude do campo tem sido motivadores de debates em cursos (“Escolas da Juventude”), encontros, mobilizações e ações de grupos de jovens. Diversos egressos têm participado e coordenado este processo local ou regionalmente.

Evidencia-se uma participação dos egressos a respeito da Reforma Agrária Popular e da Agroecologia nos processos formais de escolarização que envolve o público da reforma agrária em acampamentos e assentamentos. As informações demonstram contribuição como educadores/as nas turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, nas Escolas Itinerantes dos acampamentos e atividades eventuais nas escolas de assentamentos. Há, inclusive, educandas formadas dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS que prosseguiram sua formação ingressando no Curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo, realizado em parceria da Escola com a UEM, na perspectiva de atuação nessa dimensão nos territórios da reforma agrária.

Recentemente nota-se, uma intensificação das ações do Setor de Educação do MST, pelo número crescente de publicações de materiais e a realização de seminários temáticos e formação dos/as educadores, trabalhando a Agroecologia nas escolas, apostando em mudanças culturais das novas gerações. O Setor de Saúde tem dado importante atenção a formação de agentes promotores de saúde, cujas atividades têm uma interface direta com a Agroecologia.

Dentre as iniciativas de estímulo destacam-se as Jornadas de Agroecologia que se converteram, provavelmente, na principal iniciativa massiva do MST nesta perspectiva (VALADÃO, 2012; BORSATO, 2011; GONÇALVES, 2008), e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade sustentável capaz de satisfazer suas necessidades fundamentais e garantir os direitos das gerações futuras.

Conforme Hadich, (2016)²⁰, desde 2002 se estabeleceu no Paraná uma ampla coalizão de movimentos sociais do campo, organizações da Agricultura Familiar e de assessoria dando início as Jornadas de Agroecologia, “[...] uma ação inédita e popular de caráter massivo, denúncia e contraponto ao agronegócio, estudo, socialização da prática e da experiência agroecológica e camponesa”.

Os quatro dias dos encontros anuais passaram a representar a síntese do processo de construção da Agroecologia e embate ao agronegócio, consolidando-se como uma escola popular e camponesa permanente, renovada ao longo de cada ano nos territórios camponeses. As Jornadas são itinerantes, acontecem em diferentes regiões do estado (HADICH, 2016) e reúnem uma média entre três a quatro mil participantes. Neste ano acontece a 15ª edição no município da Lapa – PR.

Um depoimento de uma liderança técnica regional faz alusão do papel das Jornadas, dentre outras iniciativas de promoção da Agroecologia.

Ainda não existem experiências prontas, o que existem são de transição iniciadas. Algumas famílias decidiram eliminar agrotóxicos e produzirem diversidades, outras produzem sementes crioulas; estas famílias iniciaram através de participação em Jornadas de Agroecologia, projetos de compras da produção por meios institucionais, e assistência técnica que trabalharam esta maneira de produção (entrevista com F. P. H.).

Os educandos dos cursos técnicos em Agroecologia são desafiados, ainda enquanto estudantes e após a conclusão dos cursos, a contribuir todos os anos no processo de preparação e mobilização do público participante na base; organizar sementes tradicionais (“crioulas”) e mudas para intercâmbio; organizar e participar da “Feira de Sementes e Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar e Camponesa”; e prepararem oficinas de trocas de experiências em Agroecologia.

Para além desse envolvimento, alguns egressos tiveram contribuição direta na preparação para receber a 12ª e 13ª edições da Jornada de Agroecologia que aconteceram no território da EMS (2013 e 2014, respectivamente), sobretudo na preparação dos espaços da Escola para receber as oficinas de trocas de experiências.

4.3.2. Produção para consumo familiar e para geração de renda

Existe em andamento um conjunto de experiências de produção em base agroecológica, seja para o consumo familiar prioritariamente, seja destinada para

²⁰ Texto não paginado. Disponível em http://www.jornadaagroecologia.com.br/?page_id=1501.

comercialização. Muito embora ainda incipientes no contexto geral dos assentamentos, trataremos da percepção dos possíveis limites para este avanço mais adiante.

Gonçalves (2008) identificava no Paraná a produção agroecológica sendo desenvolvida em doze assentamentos e dois acampamentos. Este autor fazia uma distinção entre a abrangência dessas iniciativas.

Na ponta do processo de difusão da Agroecologia pelo MST, temos o que denominou “Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária”, que são áreas de diferentes dimensões (assentamentos e lotes) onde efetivamente os camponeses trabalham seguindo os preceitos da Agroecologia, seja em assentamentos ou em acampamentos, onde a comunidade de famílias definiu a Agroecologia como o único sistema produtivo local, participando ativamente na construção desta realidade. No total, eram seis assentamentos, com 1.441 famílias, além de um acampamento com 50 famílias (GONÇALVES, 2008, p. 251-252).

Os “Lotes Agroecológicos Isolados” são igualmente Territórios Agroecológicos da Reforma Agrária, mas que ocorrem em assentamentos e acampamentos onde as famílias desenvolvem uma agropecuária baseada em sistemas produtivos mistos, isto é, existem tanto os lotes explorados por famílias que praticam a Agroecologia na unidade de produção, quanto um conjunto de lotes explorados por famílias que trabalham com sistemas de manejo convencionais, baseados no padrão técnico produtivo da “Revolução Verde” e da agricultura transgênica.

Afirma o autor que “nesses assentamentos, a realidade local é marcada pelos conflitos políticos e ideológicos entre os projetos defendidos pelo MST (a Agroecologia) e os assentados não agroecológicos, que continuam produzindo no modelo convencional. (GONÇALVES, 2008, p. 264).

Valadão (2012) identifica 21 assentamentos com a totalidade ou parte das famílias com experiências bastante diversificadas, avançadas ou em transição para produção em base agroecológica, referenciando-se em trabalhos anteriores de Negri (2005), Valadão (2005), Borsato (2007), Tardin; Moreira (2007), Gonçalves (2008), Lizarelli (2010).

O autor pondera, entretanto, que estas experiências relacionadas até então não são um levantamento exaustivo de todas as desenvolvidas por famílias assentadas no Estado do Paraná, tratando-se daquelas que alcançaram ao longo do tempo uma maior visibilidade, além de estarem organizados em grupos com o objetivo de produzir em bases agroecológicas.

Existem ainda diversas experiências realizadas isoladamente por famílias em seus lotes ou em parte deles, ou mesmo a formação de grupos de agricultores que ainda estão em uma fase inicial no processo de transição agroecológica e

são pouco conhecidos do conjunto dos assentamentos. Além do mais [...], existem diversas famílias que ainda praticam uma agricultura que pode ser chamada de tradicional. Utilizando práticas anteriores ao processo de modernização da agricultura, podendo ou não utilizar técnicas convencionais nas culturas convencionais. (VALADÃO, 2012, p. 114).

Não obstante o objetivo deste trabalho não seja a atualização desses dados, e tampouco os tenhamos disponíveis no Paraná, percebe-se empiricamente e confirma-se em depoimentos de lideranças, que um dos principais avanços nos assentamentos tem sido a busca pela produção de alimentos saudáveis, ainda que prioritariamente para o consumo familiar.

[...] que nós temos experiências, principalmente nos assentamentos mais novos conseguimos, esse debate da Agroecologia, a gente é assentado num assentamento de 550 famílias aonde o que a gente vê: a produção de alimentos praticamente todas as famílias tem horta, praticamente quase todas as famílias tem um ou dois tipos de pequenos animais pra subsistência, tem essa preocupação dessa produção ao redor de casa sem agrotóxicos, mesmo aquelas que, às vezes, estão produzindo de forma convencional pra venda os outros produtos (entrevista com J. C. P.).

Os dados obtidos a campo apontam para a continuidade do esforço empreendido pelo MST, com a participação de egressos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS, para a manutenção das iniciativas e implementação de novas, estimulando a transição para Agroecologia em territórios inteiros (assentamentos e acampamentos), lotes inteiros, parte deles ou mesmo determinados sistemas de cultivos e criações – como no caso de Sistemas Agroflorestais – SAFs ou do Pastoreio Racional Voisin – PRV²¹ - que são coerentes com princípios da Agroecologia.

Relacionadas às iniciativas produtivas, evidenciam-se também ações no contexto da preservação e conservação ambiental, manejo ecológico de solos e águas, bioconstruções, saneamento com técnicas alternativas e energias renováveis, que contribuem para o *design* de agroecossistemas em base agroecológica.

Pela observação da atuação dos egressos, uma liderança expressa que “[...] observando um pouco da atuação, a partir das experiências conhecidas, percebe-se que de maneira geral, há um comprometimento dos egressos nos processos produtivos dos assentamentos [...]” (entrevista com C. L. H.).

²¹ O Sistema de Pastoreio Racional Voisin – PRV é um sistema de manejo intensivo, que possibilita um equilíbrio entre os três elementos: solo-pastagem-gado, onde cada elemento tem um efeito positivo sobre os outros dois.

4.3.3. Projetos e programas públicos

O MST, em parceria com outros movimentos e entidades, tem buscado recursos em diversas fontes de financiamento ligadas às questões ambientais, sociais ou de geração de renda, e desenvolvido projetos de abrangência regional ou estadual, como estratégia de alcançar as condições para impulsionar a adoção da Agroecologia.

Como exemplos, destacam-se o “Projeto Iguatu I” e “Iguatu II”, desenvolvidos em comunidades camponesas tradicionais e em assentamentos da Região Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba; o “Projeto Águas em Movimento”, desenvolvido na Região Sul do Paraná e o “Projeto Florestando a Reforma Agrária no Paraná”, com atuação na Região do Norte Pioneiro do Paraná nos assentamentos do município de São Jerônimo da Serra e região (VALADÃO, 2012, p 104).

Estes projetos financiaram atividades como oficinas práticas, seminário, disponibilização de sementes e insumos orgânicos, pequenos maquinários, Festivais de Agroecologia na cidade com envolvimento de todas as escolas municipais, viagens de intercâmbio para troca de conhecimentos, instalação de áreas experimentais e demonstrativas, apoiaram ações de transição agroecológica nestas áreas.

Em pesquisa documental, no levantamento de dados dos egressos e em entrevistas, identificam-se diversos outros projetos com participação de egressos dos cursos técnicos da EMS, dentre eles:

a) *Projetos Iguatu* - teve como objetivo promover a gestão adequada dos recursos hídricos junto à agricultura familiar, através do desenvolvimento da Agroecologia, realizando ações ligadas à formação e capacitação dos envolvidos, gerando indicadores e referenciais técnicos e científicos, contribuindo para a recuperação e conservação ambiental e para melhoria da qualidade de vida das populações locais. Como público-alvo direto, contou com 627 famílias integrantes, teve ações desenvolvidas em Centros de Formação em Agroecologia, inclusive na área da EMS.

b) *Projeto Terra e Saúde* - a proposta envolve Hortas Mandalla para produção de olerícolas, algumas frutíferas (mamão, banana, mexerica, pocã) e plantas medicinais (principalmente produção de Ginseng) e ervas aromática. Iniciaram-se os trabalhos em 2009; a produção é realizada por grupos de famílias e os produtos são comercializados pela cooperativa regional de reforma agrária Cooperativa de Comercialização da Reforma Agrária Avante – COANA, e

Centro de Formação e Pesquisa Ernesto Guevara – CEPAG, que entregam ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

c) *Projetos Colméia* - tiveram abrangência dos assentamentos de Bituruna, Inácio Martins e Guarapuava. Destacaram-se os resultados de potencialização da produção para auto-sustento familiar e das agroindústrias (cozinha industrial, laboratório manipulação própolis e plantas medicinais, fábrica suco de uva, unidade beneficiamento de frutas/polpas, unidade beneficiamento de hortaliças). Capacitou 1665 pessoas na produção agroecológica, educação ambiental, medicina alternativa e beneficiamento agroindustrial.

d) *Projeto APARESC (Projeto de Apoio à Produção Agroecológica e Resgate de Sementes Crioulas do Noroeste do Paraná)* - vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná – SETI, através da Universidade Estadual de Maringá/ Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/ Departamento de Geografia - Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA. Abrange nove assentamentos localizados em cinco municípios da região noroeste do estado do Paraná.

e) *Projeto FLORA (Florestando a Reforma Agrária), Cultivando Agrobiodiversidade no Paraná* - iniciou-se em 2013. Desenvolvido em seis regiões do estado do Paraná, envolvendo 33 municípios. Os objetivos são propiciar um amplo processo de educação ambiental e formação agroflorestal; pesquisar e sistematizar o potencial de conservação e recuperação ambiental nas áreas destinadas a reforma agrária, sistemas de produção para cada região e espécies potenciais; estimular e desenvolver ações para a recuperação de áreas degradadas, reconversão de áreas agrícolas com a implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs; divulgar as ações do projeto e compartilhar a experiência com os demais assentados do Estado do Paraná.

A gestão compartilhada do projeto é realizada de forma participativa entre os Centros de Formação ICA/ELAA, ATEMIS/EMS, ITEPA/EJGS. A Escola Milton Santos atua nas regiões Norte, Noroeste e Centro Oeste do Paraná. Desde o início do projeto, foi alcançado em todo o Estado, 642 Unidades Demonstrativas de SAFs, mais de 240 hectares recuperados com agroflorestas, mais de 100.000 árvores plantadas e cerca de 100 unidades em certificação agroecológica²².

A busca para acessar programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem sido

²² ICA (2016). Dados disponíveis em www.projetoflora.com e facebook.com/projetoflora.

importante como demanda por maior acesso dos agricultores familiares camponeses às ações públicas de garantia de preço e renda e ampliação do mercado de seus produtos.

No âmbito de uma abrangente política de combate à pobreza, o PAA (através da Lei 10.696/03, de dois de julho de 2003), e o PNAE (regulamentado pela Lei 11.947 de 2009), nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006. (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, p. 1).

A Lei 11.947/09 define o direito universal à alimentação escolar em toda rede pública e impõe a obrigatoriedade da aquisição de, no mínimo, 30% dos alimentos do cardápio escolar da produção da agricultura familiar. Tramita a aquisição dos alimentos por meio de Chamadas Públicas de Compra, determinando sua elaboração segundo um cardápio que priorize a produção local, a sazonalidade e conter alimentos variados, frescos e que respeitem a cultura local e os hábitos alimentares saudáveis. Comprovada a origem dos alimentos da produção orgânica e agroecológica por meio da certificação, agrega 30% de prêmio no preço final. (CÂMARA DOS DEPUTADOS/CDHM, 2015).

A ruptura da cerca econômica do agronegócio no abastecimento escolar foi uma vitória da mais relevante importância, iniciada pelo campesinato com a institucionalização do marco jurídico-político que conforma a criação do PNAE e sua efetivação orçamentária. (TARDIN, 2015, p. 99).

Por motivos que vão desde a burocracia na operacionalização do programa (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013) até a criminalização política dos movimentos sociais através de cooperativas e militantes a eles ligados (TARDIN, 2015) as famílias que acessam o PAA e o PNAE são relativamente poucas. Há alguns anos, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST estabeleceu uma meta parcial de trabalho para que pelo menos 10% das famílias assentadas em cada região acessassem.

Entretanto, apesar das críticas de que o PAA e o PNAE são passíveis, não se pode negar que sua existência permite o reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar como produtora de alimentos “[...] e atuam também como poderoso mecanismo de inclusão e legitimação dos assentados da reforma agrária na vida social e econômica local” (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, p. 8).

Pelas informações apuradas, diversos egressos, em todas as suas regiões de origem, estiveram bastante envolvidos com a execução destes programas, geralmente integrados a

outras políticas públicas e iniciativas das famílias assentadas organizadas: projetos com recursos governamentais, cooperativas da reforma agrária, capacitações, dentre outras.

4.3.4. A ATES e ATER

Não obstante as críticas sobre o descompromisso da assistência técnica oficial para com os assentamentos e seus pressupostos extensionistas de invasão cultural²³ as famílias camponesas, a importância da garantia de orientação técnica, adequada para responder a particularidade dos assentamentos de reforma agrária, tem estado na pauta de luta dos movimentos sociais há décadas, e obteve conquistas traduzidas em programas com diferentes alcances e desenhos institucionais.

Em 1985 foi criado o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), com o objetivo de aumentar a produção e a renda nos assentamentos de reforma agrária. Objetivo semelhante caracterizou o Projeto Lumiar, criado em 1997 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para prestar assistência técnica aos assentamentos administrados pelo Governo Federal. No ano 2000 o Lumiar foi extinto e em 2004 o INCRA lançou a proposta de Assessoria Técnica, Social e Ambiental conhecida como ATES. Ambas as experiências serviram de base para a construção, ao longo da década de 2000, do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), regulamentado pela Lei 12.188 de 10 de janeiro de 2010. (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, p. 2).

Mesmo as decisões de criação de Centros e Escolas de Formação e, sobretudo, os cursos técnicos formais em Agroecologia supunha a possibilidade de existência desses programas, e a inserção de técnicos com uma formação diferenciada, que pudessem contribuir, inclusive, com uma mudança de perspectivas (“militante” e “educadora”) nessa ação. Muito embora o debate apontasse para a demanda de ação dos técnicos independentemente do vínculo em tais programas e convênios.

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2008) afirmam que o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES foi criado em 2003, coordenado pelo INCRA, tendo como objetivo principal “[...] promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional; a sustentabilidade socioambiental e a promoção da igualdade nas relações de gênero, geração, raça e etnia nas áreas de assentamento” (p. 12). A ATES foi executada em parceria com instituições públicas, privadas,

²³ Sobre estas críticas, ver obras de Paulo Freire.

entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não-governamentais (ONGs) ligadas à Reforma Agrária.

Dentro de seus limites institucionais, a ATES propunha uma orientação que, em tese, se aproxima das proposições dos movimentos sociais do campo, resultados da pressão destes na definição das políticas públicas.

Em lugar de buscar promover a ‘modernização’ dos sistemas de produção agrícolas com base principalmente na trilogia clássica das variedades de alto rendimento, a adubação química e o controle químico de pragas, o Programa de ATES busca apoio na **Agroecologia** (Altieri, 2002; Sevilla Guzmán, 2006) para sugerir inovações que sejam ao mesmo tempo mais produtivas em termos econômicos, mas também mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental. (MDA, 2008, p. 44; grifo nosso).

A partir de 2012 os assentamentos passam a ser atendidos por chamadas públicas que selecionam entidade(s) prestadora(s) de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, e divide os assentamentos do estado em lotes por regiões geográficas.

De modo semelhante, a orientação das chamadas públicas, em tese, se aproxima das proposições dos movimentos sociais do campo. Como exemplo, na chamada pública de ATER 01/2013, seus resultados esperados eram:

- Melhoria significativa da segurança alimentar e nutricional das famílias;
- Acesso dos agricultores(as) às diferentes modalidades de créditos produtivos e políticas públicas;
- Regularização e fortalecimento das associações e cooperativas existentes nos assentamentos;
- Conscientizar os assentados quanto aos prejuízos do uso do fogo no preparo das áreas de cultivo;
- Diversificação da produção nas Unidades de Produção Familiar, com aumento de renda;
- Manejo da floresta e cursos de água em atendimento a legislação ambiental;
- Fortalecimento da organização de grupos informais (clubes de mães, comunidades, grupo de jovens, etc.).
- Implantação de Unidades Demonstrativas com incremento na produção leiteira;
- Capacitação de 100% das famílias beneficiárias nas diversas atividades produtivas;
- Eliminar todo o passivo ambiental em todos os projetos de assentamentos - PAs; (isto depende de várias outras ações, além da ATER);
- Aumento do número de famílias inseridas em processos agroecológicos de produção. (INCRA/SR PR, 2013, p. 86).

Identifica-se que pelo menos 20 educandos egressos (cerca de 25%) estiveram vinculados aos convênios e chamadas públicas de ATES e ATER, em todas as regiões do

estado do Paraná. Em que pese todos os limites e possíveis distorções desses programas, este fato é tido por lideranças como resultado concreto e positivo do processo de formação.

Nos processos produtivos os educandos na medida do possível adotaram práticas agroecológicas, as quais tiveram melhores resultados quando realizadas com apoio da brigada ou como objetivo/propósito do setor de produção da brigada. Os melhores resultados foram obtidos quando eram realizadas a partir dos convênios técnicos, pois havia uma equipe (troca de informações, reflexões coletivas, planejamento, estudo) e a disponibilidade de um aporte econômico (veículo para locomoção, materiais, insumos) que permitia ao educando (técnico) realizar as atividades e avançar na Agroecologia (entrevista com S. M. O. S. E.).

4.3.5. Ações organizativas internas ao movimento social e assentamentos

Entrevistas e consultas com lideranças apontaram que os sujeitos que fizeram os cursos técnico na Escola Milton Santos, “muitos deles”, estão contribuindo internamente nos assentamentos, nas demandas do dia a dia, na orientação técnica e em outras tarefas.

A promoção da Agroecologia e o desafio da construção da Reforma Agrária Popular nos assentamentos passa pela capacidade organizativa dos movimentos sociais em estimular, implementar e acompanhar processos diversos nesses territórios.

Os coletivos e instâncias do MST, a partir de sua ação política e organizativa com as famílias, desencadeiam lutas e conquistas de partes das condições (certamente ainda insuficientes) para alcançar os objetivos das famílias e dos movimentos sociais no processo de reforma agrária. Supõe-se que seu fortalecimento político e organizativo e a dedicação de tempo e pessoas para estas tarefas seja fundamental para todas as demais que são propostas e desenvolvidas.

Estando ou não vinculados formal e diretamente com a orientação técnica e experiências de produção em base agroecológica, grande parte dos egressos desempenhou e/ou desempenha funções organizativas, delegadas pelos coletivos que fazem parte.

Estas funções vão desde a participação no assentamento e coordenação do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente em nível local ao regional e estadual, sendo este o setor do MST com a principal responsabilidade de estruturação econômica, social e ambiental nos assentamentos. Em alguns casos, os egressos assumiram papel de lideranças regionais, integrando o coletivo de direção política das brigadas de 500 famílias.

Podemos ainda citar os casos de contribuição de egressos fora do Estado do Paraná, como no setor de produção da Escola Nacional Floresta Fernandes – ENFF e numa brigada de

solidariedade aos movimentos camponeses do Haiti (2010), para apoiar naquele país a produção de sementes de grãos e hortaliças; instalação de cisternas de captação de água e produção de mudas para reflorestamento.

Essas funções político-organizativas no contexto dos assentamentos e da ação dos movimentos sociais do campo, particularmente do MST, podem aparentar um desvio da função técnica esperada para os egressos dos cursos técnicos em Agroecologia. Por outro lado, podem ser interpretadas como parte da resposta a dimensão “militante” pretendida com o processo de formação nesses cursos.

Além disso, as associações e cooperativas regionais são instrumentos econômicos (preponderantemente) e organizativos, constituídas a partir da organização das famílias ligadas a reforma agrária.

Por vezes, essas entidades expressam as contradições da condição subordinada da economia camponesa à dinâmica da economia capitalista. Por um sentido, contribuem com o resultado econômico das famílias assentadas. Diminuem custos, possibilitam acesso a programas públicos de comércio institucional, contribuem para elevação de preços de produtos na venda, escoamento e processamento da produção, agroindustrialização, dentre outros serviços. Mas nem sempre tem compatibilizado suas ações com direcionamento prioritário para a produção agroecológica.

Ainda assim, podem ser consideradas como importantes, e constam como iniciativa a ser buscada para a organização da produção agrícola (MST, 2014). Igualmente relevantes são o envolvimento e as contribuições dos egressos dos cursos técnicos com essas entidades. Levantamos que egressos contribuíram e/ou contribuem em cooperativas e associações de abrangência regionais e locais, em todas as regiões de origem dos educandos.

Percebo que há diferentes tipos de inserção: a **inserção orgânica**, em instancias e espaços políticos, a **inserção técnica**, a partir de processos formais de assistência técnica e outro tipo de inserção técnica, não formal, a partir da organicidade dos assentamentos (cooperativas, grupos,...). **De todas as formas são ganhos que se percebem na dinâmica dos territórios...** (entrevista com C. L. H; grifos nosso).

Verificamos, por fim, que “[...] há casos de egressos que, por sua vez, não deram continuidade ao processo de atuação profissional, porém, seguem em atuação nos lotes, como assentados [...]” (entrevista com C. L. H). Neste caso, do ponto de vista da particularidade da promoção da Agroecologia, há uma multiplicidade de situações.

Desde aqueles que estão em processos avançados ou em transição nos agroecossistemas em que vivem, com ações pontuais até os que pouco desenvolveram nessa

direção até este momento. De qualquer modo mantêm seu vínculo com a reforma agrária, conforme tratamos anteriormente.

[...] ele tem vários espaços de contribuição, e se de repente tem dificuldade de inserção, mesmo que não se insira em nenhum espaço coletivo, mas se ele ta no lote dele, fazendo Agroecologia, já ta criando um ambiente pra também fomentar a formação de outras pessoas [...] (entrevista com J. C. P.).

4.3.6. Formação em Agroecologia

Anteriormente foi discutido como a formação tem sido uma das apostas estratégicas dos movimentos sociais para apoiar a promoção da Agroecologia nos territórios da reforma agrária, e as entrevistas mostram o reconhecimento de lideranças do MST para importância da criação dos Centro/Escolas de Formação.

Notadamente, estes espaços que acolhem os cursos técnicos são organizados e mantidos pela iniciativa dos movimentos sociais, e tem grandes dificuldades materiais para manter os trabalhadores voluntários que ali contribuem. Por outro lado, necessita de pessoas que conheçam a dinâmica das Escolas e cursos técnicos para manter certa continuidade das proposições coletivas, ainda que seja comum a mudança de pessoas que permanecem por um período mais prolongado.

A Escola Milton Santos adotou a política interna de convidar educandos e egressos para permanecer um período após a conclusão dos respectivos cursos, inserindo-se nos setores da Escola e assumindo as diversas tarefas que ali são desenvolvidas. É comum que esses sujeitos, com o tempo, tenham assumido tarefas de coordenação desses setores e integrado o coletivo de coordenação da Escola.

Além disso, vários integraram e/ou integram coletivos de acompanhamento pedagógico das novas turmas de cursos técnicos, estabelecendo certa continuidade da proposta de formação nos cursos, na medida em que estes sujeitos vivenciaram processos de formação semelhantes do ponto de vista de seus fundamentos e método pedagógico. Contudo, são também conhecedores dos obstáculos enfrentados pela(s) turma(s) anteriores, e podem apontar caminhos para sua superação.

Nos dados levantados, identificamos oito egressos (10% do total) que permaneceram ou permanecem na Escola por um período de meses ou anos. Se a EMS contribuiu com estes egressos de muitas formas para sua construção como ser humano, pelo seu pertencimento e

identidade com a proposta de formação em Agroecologia e da Reforma Agrária Popular esses sujeitos tem contribuído diretamente no sentido inverso, de construção da EMS.

Outra tarefa que contribui na formação em Agroecologia é o acompanhamento que egressos fazem aos educandos de novos cursos técnicos, sejam ou não da EMS. Por terem vivenciado a formação semelhante anteriormente e, em diversos casos, estarem atuando nos assentamentos, contribuem com a articulação entre Escola e assentamentos/Brigadas, auxiliam nos trabalhos de Tempo Comunidade e Trabalhos de Conclusão de Curso.

Também se percebe casos de egressos que seguiram e seguem estudando, na maioria das vezes em cursos formais da área de ciências agrárias, dando continuidade ao aprofundamento do conhecimento em Agroecologia, e em outras áreas do conhecimento que sejam demandas para o desenvolvimento dos assentamentos.

Note-se que diversos desses cursos são demandas dos movimentos sociais com amplo leque de parcerias com as instituições de ensino. As informações obtidas não foram suficientes para quantificar este aspecto, porém destacamos o Curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo, em parceria com a UEM e o INCRA/PRONERA, cujas atividades acontecem parte no campus da Universidade e parte nas dependências da EMS.

Listamos ainda: Veterinária (UFPEL, Pelotas – RS); Agronomia (UFFS/Instituto Educar, Pontão – RS); Tecnologia em Agroecologia (IFPR/ELAA, Lapa – PR); Gestão Ambiental (FATECIE, Paranaíba – PR); Tecnologia em Processos Gerenciais (UNISOCIESC, Joinvile – SC); Ciências Econômicas com Ênfase em Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (UFFS, Laranjeiras do Sul – PR); Homeopatia (EPAGRI, Lages – SC); Especialização em Leite Agroecológico (UFFS, Laranjeiras do Sul – PR); dentre outros.

Pelo que se denotam, as diversas iniciativas em que se envolveram os egressos contribuem **em diferentes dimensões** para o desenvolvimento dos assentamentos na perspectiva apontada pelo próprio MST, de acordo com sua proposta atual expressa no seu Programa Agrário. Precisamos identificar, a seguir, os alcances e limites desse processo.

4.4. A FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA OFERECIDA NOS CURSOS TÉCNICOS DA EMS: ALCANCES E LIMITES

Até aqui foi sistematizado o percurso e as ações dos egressos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS. O intuito é encontrar elementos que embasem a discussão do alcance da formação em Agroecologia oferecida nos cursos técnicos, particularmente na EMS. De

outro lado, perceber ainda os limites de objetivos pretendidos e não alcançados com esta formação. Aqui a análise das entrevistas dos sujeitos envolvidos (egressos e lideranças) foi fundamental.

4.4.1. O alcance da formação nos cursos técnicos em Agroecologia

Pretende-se agora verificar informações que permitam perceber o alcance dessa formação vivenciada. Ou seja, até que ponto foi adequada e deu fundamentos para a contribuição para construção de outro projeto para os assentamentos, tendo a Agroecologia como componente fundamental.

A análise é qualitativa, baseada na percepção dos sujeitos envolvidos pesquisados. Inicialmente é averiguada a avaliação feita pelos egressos sobre a formação vivenciada durante os cursos e são apresentados a seguir alguns destaques.

Questionamos como esses sujeitos avaliam a formação recebida na Escola Milton Santos, sinalizando aspectos positivos e negativos. E ainda se a formação para a prática profissional foi adequada e suficiente.

Todos e todas avaliaram que a formação da EMS é boa ou ótima. Qualificam essa avaliação apontando como motivos para esta positividade: “trocas de experiências”; “apontou desafios”; “grande oportunidade para despertar os conhecimentos”; “grande clareza sobre para que rumo devemos direcionar nossa produção de alimentos”; “a formação política é algo muito presente é isso é importante”; “pontapé inicial no estudo sobre a Agroecologia”; “estudo conciliado com a prática, vinculados com a realidade que vivenciava”; “curso dinâmico”.

Nas palavras de uma educanda egressa,

A Escola Milton Santos foi de extrema importância para formação seja profissional, seja humana. A convivência em coletivo, desenvolvendo tarefas em conjuntos, estudando junto, permite outro olhar para sociedade, assim como os Tempos Comunidade, que contribui para colocar em prática as questões teóricas, não apenas técnicas, mas sociais (entrevista com G. K. B).

Enquanto aspectos negativos do processo de formação percebidos pelos egressos, das oito entrevistas da amostra estudada, seis destacam, com diferentes nuances, limites no aspecto da formação técnica:

“Senti a falta de mais aprendizados em torno das tecnologias para avançar na produção Agroecológica”.

“Faltou um pouco mais de treinamentos práticos sobre as disciplinas e aprofundamentos nas pesquisas a campo”.

“A questão técnica faltou bastante”.

“A técnica não foi suficiente, pois muitos saem do curso sem dominá-la”.

“Pouco aprofundamento nas disciplinas básicas, poucas práticas agroecológicas [...]”.

“Ficou um pouco a desejar a parte técnica”.

A “técnica” no processo de formação nestes cursos tem uma dimensão muito ampla, desde fundamentos científicos e princípios da Agroecologia, passando por sistemas de cultivos diversos e chegando a tecnologias específicas para um leque grande de cultivos e criações. Essas avaliações dos egressos parecem se referir à necessidade de capacitação em técnicas específicas a cultivos e criações, a partir de aulas e práticas de campo.

Ainda sobre limites no processo de formação, foi avaliada a necessidade de se aprofundar mais sobre mecanismos alternativos de comercialização, algo que é deficitário na maioria dos assentamentos, ou seja, ajudar a criar mais condições de escoamento de produção.

Porém, mesmo os egressos admitem e ressaltam que um curso desta duração e natureza possa não ter condições de dar conta de toda amplitude e complexidade que abarcaria a promoção da produção em base agroecológica nos assentamentos. As entrevistas de educandos dão pistas nesse rumo.

Foram adequadas, mas não o suficiente, considerando que sempre terá necessidade de aperfeiçoamento nas devidas atividades a realizar em cada realidade.

Mesmo com as dificuldades, ficaram vários caminhos abertos para aperfeiçoamento individual de cada um e isso foi de grande valor para quem soube aproveitar (entrevista com A. L.).

[...] é o básico, e a tarefa de quem termina é seguir estudando, pois o tempo aqui é curto (entrevista com N. L. A.).

Entretanto, a maioria não relaciona diretamente estas limitações listadas quando avaliam a formação oferecida nos cursos técnicos em Agroecologia em relação às necessidades e desafios dos assentamentos.

A opinião predominante é que a formação oferecida tem sido “suficiente”, “correta”, “está atendendo a necessidade”, “tem tudo para agregar avanços na luta e desenvolvimento de nossas áreas”. E deixam entender que a limitação principal tem se dado após a conclusão, quando se verifica egressos que supostamente não tem perfil, ou compromisso ou condições objetivas para desenvolver o trabalho nos assentamentos.

Postula-se, inclusive, sobre a importância da ampla formação oferecida,

“[...] mostrou como um técnico consegue desenvolver um trabalho envolvendo a família. Proporcionou para a gente conseguir ver além do econômico o social, técnico, o ecológico e também a parte política [...] e a gente tem aprendido que para desenvolver a Agroecologia precisa todos esses pilares (entrevista com E. F. S.).

Contudo, há apontamentos para que não se descuide, ainda no processo de formação, da necessidade de preparar e orientar para a atuação posterior.

Ainda há grande desafio, visto que a maioria dos assentamentos está produzindo de forma convencional, e a formação do técnico deve preparar para lidar com a realidade, o cotidiano do assentamento, evitando a romantização da Agroecologia e dificultando o diálogo de aprender com os camponeses, trabalhando com recursos disponíveis (entrevista com P. B.).

As entrevistas motivaram para que os egressos sugerissem, a partir da atividade concreta desenvolvida, o que precisaria melhorar/modificar na formação oferecida na EMS. Boa parte delas é genérica ou se remetem aos indivíduos formados, ou ainda a mudanças organizativas nos assentamentos. Destacamos algumas sugestões mais específicas sobre os cursos e a EMS:

- Continuidade da formação, apoio aos/as militantes que estão desenvolvendo atividades em torno da Agroecologia para que não se desanimem;
- Mais aprofundamento dos aspectos técnicos, desenvolver mais experiências;
- Deveriam ser trabalhados além do aparato técnico produtivo, aspectos relacionados à gestão de cooperativas, associações, e questões mercadológicas;
- Ampliar o estudo teórico e prático básico da Agroecologia;
- Cada vez mais envolver os educandos com trabalho de oficinas, dias de campo, intercâmbios, isto com certeza contribui na formação de nossos educandos.

Na avaliação de lideranças sobre a formação oferecida nos cursos técnicos de Agroecologia da EMS – conhecida e percebida nas ações práticas dos egressos – alguns aspectos assinalados anteriormente são confirmados, outros relativizados, e ainda acrescentadas novas perspectivas.

Uma delas reafirma objetivos dos cursos, em que a formação desenvolvida na Escola Milton Santos desafia os educandos a **assumir os compromissos de contribuir** no conjunto de demandas nos assentamentos. Já discutimos no item 4.2 sobre o envolvimento em atividades nos assentamentos. Opiniões de lideranças reconhecem ser uma resultante do processo de formação, em que esta é uma intencionalidade fundamental.

Como assinalado na proposta pedagógica da EMS, o compromisso com sua base e movimento social não podem ser construídos apenas pela vivência em um curso técnico, mas

na interface da Escola com as demandas e contradições existentes nos territórios da reforma agrária e pela participação de seus sujeitos concretos.

Os educandos “são partes orgânicas da reforma agrária”, pela sua vivência, tendo crescido e vivido em acampamentos e assentamentos, “[...] portanto, é militante e técnico, e junto com sua vivência, tem uma melhor compreensão sobre a questão agrária, o que facilita entender os entraves e dificuldades que vão surgir durante a realização das suas atividades [...]” (entrevista com S. M. O. S. E.). Os educandos têm maior percepção da estrutura familiar e suas dificuldades, conhecem mais que outros técnicos a história e cultura daquelas famílias e, portanto, tem mais possibilidade de estabelecer um diálogo.

Isto reforça a relevância de elementos fundamentais no método pedagógico adotado pelos Centro/Escolas de Formação e nos cursos promovidos pela iniciativa dos movimentos sociais. Um primeiro, lembrado nas entrevistas, é o regime de **alternância**, que faz justamente esta interface contínua entre escola e a base de origem dos educandos. Ao adotar a alternância como parte do método pedagógico, sabe-se (e espera-se) que “a qualidade do Tempo Escola (TE) depende do Tempo Comunidade (TC) e vice e versa”.

Intimamente associado à alternância está o desafio da **inserção** do educando na base, que aparece como elemento fundamental na formação já durante o curso, e determinante para a inserção e atuação depois.

Inserir-se é fazer parte efetivamente, assumir tarefas e responsabilidades, compartilhando os resultados. Depende dos educandos e de sua base, mas, conforme opiniões apuradas, a inserção tem ficado um pouco prejudicada por uma espécie de falta de entendimento sobre o que é, de fato, o acompanhamento dos educandos durante o tempo comunidade, tem acontecido com pouca intencionalidade, prejudicando assim a melhor formação dos educandos.

Após a conclusão do curso a inserção depende muito de cada região ou brigada, e também da capacidade de iniciativas de cada técnico. Há brigadas nas quais os coordenadores e dirigentes procuram desafiar os egressos, oferecendo responsabilidades e delegando tarefas, assim como há aquelas em que ficam “meio soltos”, ou “os jovens vem para o Tempo Comunidade e não tem onde exercitar o que aprenderam”. Por parte dos educandos tem os que se desafiam e tentam “fazer o impossível” e há os que se acomodam.

Alternância e inserção não são vistas, entretanto, apenas como instrumental para formação no viés técnico. Juntamente com a vivência de diversas dimensões educativas,

fazem parte do desafio da **formação multidimensional** ou omnilateral, perseguida em cursos de relativa curta duração, dada a ampla intencionalidade desses processos pedagógicos.

A formação é uma totalidade, e quando os/as educados/as tem maior envolvimento na vida do assentamento, possibilita sua qualificação de maneira mais ampla. Trechos de entrevistas com dirigentes são incisivas:

[...] eu sempre compreendi que a formação **técnica não está desvinculada das demais dimensões da vida** no assentamento, e a Escola procurou sempre trabalhar essas dimensões que, aliás, são as matrizes pedagógicas da formação no Movimento. Estudo, trabalho, convivência social, aspecto da organicidade e da luta.

Eu conheço muitos que estão inseridos e contribuindo, e conheço também, profissionais técnicos formados em escolas técnicas convencionais; posso afirmar que os egressos que fizeram o curso técnico na Escola Milton Santos, por se preocuparem com as várias dimensões da vida no assentamento, fazem a diferença (entrevista com A. R. M.; grifo nosso).

Do ponto de vista da oportunidade e da formação para o público da reforma agrária é muito relevante. Tanto o estudo quanto a formação em outras dimensões são importantes no processo de formação dos educandos, e isso reflete na comunidade de diferentes formas (entrevista com C. L. H.).

Ao que se nota, a formação nos cursos busca superar a tendência tecnicista dos cursos profissionalizantes, bastante marcante na área de ciências agrárias. Seja pela exigência epistemológica da Agroecologia, e ainda por concepção filosófica e pedagógica que embasa as experiências de formação promovidas pelo MST. Desse ponto de vista, as opiniões das lideranças expressam que a formação oferecida na EMS tem caminhado nessa perspectiva.

Mais que uma escolha, esta perspectiva é uma necessidade, pois, muito provavelmente, uma formação restrita não atenderia as amplas demandas do trabalho nos assentamentos. E a formação ampla é aprendizado histórico da práxis educativa dos movimentos sociais populares do campo, incorporada até nos cursos de formação mais “específica”, como é o caso dos cursos técnicos.

Outro elemento evidenciado sobre a formação é a necessidade de apropriação de **métodos de trabalhos** que possibilitem a promoção da Agroecologia e fortaleçam a pertença das famílias aos movimentos sociais dos quais que fazem parte.

A Agroecologia acoplada a uma boa metodologia de trabalho, de acordo com cada brigada, pode contribuir não apenas na execução de técnicas agroecológicas, mas num plano mais eficiente para a transição. E nesse sentido o Diálogo de Saberes é um bom exercício, que vai sendo aprimorado durante o curso e posteriormente pode ser adotado de acordo com cada situação (entrevista com S. M. O. S. E.).

Se expressa que o Diálogo dos Saberes, quando realizado com as responsabilidades de todos os envolvidos, pode contribuir com o diagnóstico das necessidades dos assentamentos. Mesmo que seja realizado com uma única família, essa reflete muitas características do coletivo, e resulta na elaboração de um plano para a produção no agroecossistema e o exercício de práticas agroecológicas apropriadas para aquele local.

O Diálogo de Saberes tem sido adotado neste intuito, e para muito mais que isto. Mas é fato que, tendo a Agroecologia uma epistemologia particular, considerando que sua adoção passa necessariamente pela decisão das famílias, que não há uma simplificação em “pacotes”, qualquer escolha terá que passar pelo trabalho, dialógico, com o universo cultural dos sujeitos dos territórios de reforma agrária.

Por fim, os limites na formação técnica também são percebidos pelas lideranças. Longe de relegar a importância do domínio técnico nos cursos, vê-se (os cursos de formação profissional em geral) como espaço para **iniciar** processos de **formação** e continuar processos de produção e de vivência nos quais esses educandos já estivessem envolvidos, com clareza de que “ninguém sai pronto”.

Por parte da Escola acho que há alguma limitação, da formação técnica, mas no geral trouxe elementos pra isso; acho que a maior dificuldade nossa é dar seguimento nessa formação, [...] então eu ainda avalio que o que a Escola deu de condição, poderia melhorar alguns aspectos, mas a limitação maior nossa está, acho ainda, no processo pós-escola (entrevista com J. C. P.).

Sabemos que essa compreensão não é compartilhada por boa parte das famílias assentadas, cuja expectativa é de respostas imediatas da orientação técnica para os problemas enfrentados nos sistemas produtivos. E admitimos que a frustração dessa expectativa seja, por vezes, justificativa e/ou motivo para desestímulo a promoção da Agroecologia.

Ademais do domínio técnico necessário para atuação nos assentamentos, ressalta-se a necessidade de construir processos, isto é, de continuidade nas ações iniciadas. “Um dos problemas é a inconstância, ou seja, não fazem processo, iniciam as atividades e não dão continuidade. Depois de formados precisam continuar fazendo experimentos e estudando, só o que aprendem na escola não dá conta das necessidades” (entrevista com M. I. G.).

Recuperando a avaliação enfatizada pelos egressos, da necessidade de maior domínio técnico ao final dos cursos, nossa suposição é de que esta carência identificada é relevante, mas não decisiva para a atuação dos egressos nos assentamentos, visto o número dos/as que têm contribuído e de atividades desenvolvidas. Entretanto, buscar uma formação que supere o tecnicismo não significa que se avalie a capacitação técnica como algo de importância

secundária. As carências compõem um conjunto de limites e desafios que precisam ser considerados.

4.4.2. Limites do alcance da formação na ação nos assentamentos

Tendo verificado o percurso e ações dos egressos, contribuindo para o desenvolvimento dos assentamentos na perspectiva da Agroecologia e da Reforma Agrária Popular, cabe aqui ponderar sobre os limites do alcance dessa formação em ações dos egressos. Parte-se da premissa de que existiram, mas não é meramente responsabilidade dos egressos individualmente, nem tampouco exclusivos da formação vivenciada nos cursos técnicos.

Compreende-se que os limites para os avanços da Agroecologia podem ser explicados, sobretudo, compreendendo-se mais profundamente o contexto da questão agrária brasileira atual, abarcando os movimentos sociais e a particularidade dos assentamentos. Este aprofundamento não é objetivo deste trabalho.

Limitamo-nos a partir da percepção de sujeitos do desenvolvimento da Agroecologia envolvidos nesta pesquisa (egressos e lideranças). Não se alcança aqui aprofundar o debate acerca dessas percepções, o que pode ser objeto de novos estudos. Mas apreende-se delas alguns aspectos que contribuem para apontar desafios.

Quanto à percepção dos egressos sobre limites para avanços da Agroecologia no contexto de construção de uma nova perspectiva de desenvolvimento para os assentamentos, destacamos duas entrevistas, bastante representativas das demais.

A falta de pesquisas comprobatórias das atividades, acesso a todas as práticas agroecológicas, dificuldade em acompanhamento: tudo gera uma desconfiança nos produtores em acreditar que é possível [...] devemos fazer as pesquisas nos assentamentos do início ao fim e aí mostrar os resultado (entrevista com A. L.).

Estrutura produtiva, econômica e social. No aspecto produtivo, falta desenvolvimento de novas tecnologias, insumos, entre outros. No aspecto econômico, acesso a crédito, acesso a mercado, ou seja, falta construir e fortalecer políticas públicas de incentivo. No aspecto social, acredito que seja necessário fortalecer o movimento que luta contra o atual modelo de produção, que se desenvolvam novas alternativas para o redesenho dos sistemas agroalimentares (entrevista com G. K. B.).

Essas dificuldades e demandas podem acabar refletindo no trabalho técnico e nas iniciativas das famílias. Como constata um egresso,

[...] olhando para a realidade dos nossos Assentamentos, a prática é muito árdua por falta de investimentos no campo de produção, tecnologia e recursos para os/as técnicas desenvolverem experimentos e se sustentar no trabalho. Muitos têm desistido com muita facilidade por falta de apoio político e financeiro (entrevista M. I.).

Além dos limites relativos as condições objetivas, outro aspecto apontado refere-se a própria compreensão e cultura dos sujeitos sociais envolvidos (famílias, egressos e lideranças) sobre a Agroecologia. A opinião de um egresso é bastante reveladora sobre a dimensão desse limite/desafio.

Em resumo [...] é primeiro a família assentada ter convicção, de que trabalhar Agroecologia dá certo, é um meio de desenvolver agricultura, de preservar o solo, a vida, unificar a própria família, fazer melhor as coisas [...] (entrevista com E. F. S.).

[...] mas a dificuldade maior e mais complexa é a compreensão do que significa a Agroecologia. Sem isso a Agroecologia não avança e vira só mais um pacote que iniciamos e o capital se apropria e usa dela para nos explorar e nos tornamos dependentes igual. A Agroecologia se dá não apenas na produção sem veneno, mas sim numa relação entre pessoas e natureza, onde nenhum tenha a necessidade de explorar um ao outro [...] onde de nada vale produção sem veneno se não há harmonia entre as pessoa e natureza que ela não se sustenta, e quebrarmos vícios e preconceitos que estão impregnados em nós antes mesmo de nascermos, do individualismo, machismo e outros, que é uma das primeiras e mais difíceis tarefas que temos desafio de ir superando para avanço da Agroecologia (entrevista com N. L. A.).

Baseados em Valadão (2002, p. 119-121), recordemos algumas particularidades dos assentamentos de reforma agrária que podem, dialeticamente, representar dificuldades e potencialidades.

- a) As **dificuldades materiais** acontecem especialmente nos anos iniciais de implantação. Ao iniciar o processo de implantação de um assentamento, as famílias são, em geral, extremamente descapitalizadas, não possuindo recursos para investir ou custear seu trabalho. Acrescente-se a isso ser comum ter que recuperar passivos ambientais deixados pelo latifúndio e as condições e a degradação dos solos, que carecem de bastante trabalho e tempo para a recuperação de suas condições de fertilidade.
- b) Sobre a **organização sócio-produtiva**, estes podem ser individuais ou com base em alguma forma de trabalho coletivo, como em uma cooperativa, condomínio ou um cultivo, em pequenos ou grandes grupos. As formas organizativas políticas podem contribuir nesta organização.
- c) A **heterogeneidade sociocultural das famílias** está ligada ao fato de normalmente elas terem origem em localidades diferentes e vivenciaram relações de produção e com a natureza

diferentes como pequenos arrendatários, trabalhadores rurais ‘bóias-frias’, sitiantes, caiçaras, ribeirinhos, colonos e uma infinidade de diferentes categorias de moradores do campo, incluindo pessoas com diversos níveis de experiência urbana.

d) O autor destaca ainda a **intensa participação política** através do movimento social, geralmente muito maior do que a maioria de outros segmentos sociais. São constantes, as mobilizações, reuniões, assembléias, atos públicos, ocupações, passam a fazer parte do cotidiano destas famílias e implica em questões relacionadas a identidade, que mesmo após a conquista da terra, estes ainda continuam a ser chamados de Sem Terra e identificados como tal. Esta forte presença nos movimentos sociais pode ser colocado como o fator de maior impulso do processo que o autor chama de ecologização dos assentamentos rurais. (grifos nosso).

Ressalvadas essas particularidades, os limites das ações para transição para Agroecologia, desenvolvidas diretamente ou não pelos egressos, são aqueles enfrentados pelo MST, semelhantes a outros movimentos sociais e ONGs com este mesmo objetivo, com a diferença e desafio complementar de que o MST estimula todas as famílias em um território, sem escolha, a princípio, de um público específico, predisposto desde o início a esse trabalho.

Vimos a tendência de exclusão-subordinação do campesinato por parte da dinâmica capitalista no campo. Admite-se que a produção em base agroecológica tem maiores possibilidades de desenvolvimento – por seus fundamentos científicos e epistemológicos – no contexto de territórios de famílias camponesas, incluindo os assentamentos. No sentido inverso, encontra obstáculos no contexto de desterritorialização camponesa, “da terra e na terra”, promovida pelo agronegócio.

Tais empecilhos aparecem já nas avaliações dos egressos (vistas anteriormente) e são confirmadas nas opiniões das lideranças, referindo-se que o primeiro deles é a **disputa que o capital estabelece na agricultura**, averiguando-se grande incentivo das empresas do agronegócio e dos atravessadores em facilitar a produção convencional ou químico-industrial.

As principais dificuldades estão na questão do projeto muito bem estruturado também do outro lado, que é o agronegócio, que envolve muitos recursos disponíveis pra quem quer ta nesse sistema e também toda uma propaganda de forma enganosa da mídia e das grandes cooperativas das belezas e das benesses do agronegócio, e isso acaba confundindo os pequenos agricultores e iludindo a não mudar. Nesse sentido, já trazendo pros assentados, essa ilusão de que melhoraria de vida e a renda pode ser através do agronegócio, traz dificuldade (entrevista com J. C. P.).

Os limites aos projetos de reestruturação dos assentamentos impulsionados pelo MST são impostos pelos diversos agentes do capital (cooperativas agropecuárias e empresas

de processamento agroindustrial), que oferecem um leque muito mais amplo de oportunidades de inserção econômica e produtiva aos produtores assentados, comprando sua produção, “[...] ainda que através de mecanismos de controle econômico-financeiro considerados injustos, como as parcerias, o arrendamento de terras e os empréstimos bancários impagáveis”. (GONÇALVES, 2008, p. 284).

Nessas disputas de território material e imaterial “[...] também está presente a dificuldade de clareza e entendimento das famílias, que em muitos aspectos foram aculturados pela agricultura convencional, tendem copiar o modo de produzir dos fazendeiros” (entrevista com A. R. M.).

Ainda Gonçalves (2008) relata, a respeito de egressos formados em outros espaços de formação organizados pelos movimentos sociais populares do campo (ITEPA e ELAA), que estes não se inseriram nas atividades de produção e que “[...] há uma dificuldade de partilhar conhecimentos, pois, na maioria dos assentamentos, as famílias não aceitam desenvolver a Agroecologia em seus lotes e, em vários casos, sua opinião ou seu conhecimento técnico é relegado pela falta de peso político na tomada de decisão” (p. 248). Observamos que ocorrem situações semelhantes com egressos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS.

Lideranças entrevistadas revelam que há locais em que “[...] os dirigentes ainda não estão convencidos da necessidade e importância da Agroecologia para a agricultura camponesa” (entrevista com M. I. G.).

A incorporação da agroecologia pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capacitação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças. (LUZZI, 2007, p.130).

A hegemonia do agronegócio se expressa em muitas dimensões nos territórios e sujeitos do campo.

Consideremos, ainda, que em que pese a destacada participação da agricultura familiar e camponesa na produção alimentar no Brasil, o domínio cultural, ideológico, político, econômico e, também, tecnológico do capital se concretiza de forma hegemônica sobre as populações do campo. Portanto, o domínio do agronegócio se materializa no território imaterial e material do campesinato, contaminando e manipulando seus modos de ser, viver e produzir. Suas relações sociais e com a natureza se fazem saturadas de alienação. (TARDIN, 2015, p. 98).

Apesar dos esforços de promoção da Agroecologia, esta realidade é bastante comum nos assentamentos. Decorre daí os desafios para estabelecer **processos de transição** para a agricultura em base agroecológica. Algumas dificuldades para consolidar a Agroecologia seriam “[...] a falta de conhecimento (por onde começar); a visão limitada do processo produtivo (artesanal, dificuldade de planejamento e compreensão de processos a médio e longo prazo). A falta de recursos para investimento estrutural” (entrevista com C. L. H.).

Diversos são os óbices para início desse processo nos agroecossistemas das famílias assentadas. As entrevistas com lideranças dão algumas pistas de sua complexidade.

As famílias têm muitas dúvidas, inquietações durante o período de transição, o termo transição é questionado por alguns ou mal interpretado, eu aqui me refiro ao tempo, não só requerido pelo ambiente (ecossistema) local, regional, mas também para que as pessoas envolvidas no processo adquiram conhecimento e percam o medo (entrevista com S. M. O. S. E.).

O referido “medo” das famílias pode ser interpretado com a compreensível insegurança diante de um processo que exige certa convicção e persistência, em contraponto a dificuldades materiais muitas vezes advindas do contexto em que se inserem os assentamentos.

Há um medo por parte das famílias de fazerem uma agricultura diferente daquelas que aprenderam que segue um modelo convencional, sendo medo de perdas relacionadas principalmente ao econômico, visto que a grande parte tem suas atividades agrícolas-pecuárias são financiadas e as políticas de créditos vigentes não motivam a Agroecologia quando está em período de transição. Digo isso porque já tentamos financiar o arroz ecológico e o banco não reconheceu nosso custo de produção, então já inicia aí um círculo vicioso. Outras famílias já endividadas dependem do mercado, o qual não controlam e tentar a Agroecologia para essas famílias determina mudança para algo que elas não dominam, e assim surge o medo de não dar certo e não produzir ou produzir em menor escala” (entrevista com S. M. O. S. E.).

Esses breves apontamentos já suscitam a provável conclusão de que, no esforço de buscar avançar no desenvolvimento contra-hegemônico nos assentamentos, contexto em que se envolvem os educandos egressos, cabe mais a compreensão e busca das condições para superação do que a tendência ao julgamento moral das famílias ou do movimento social do qual fazem parte.

Quanto às **condições materiais necessárias**, encontramos diversos apontamentos na percepção das lideranças, que listamos abaixo.

-“Falta programas de incentivos políticos e financeiros permanentes que remunerem as famílias. Hoje são poucas as diferenças de preços finais de venda dos produtos”.

-“Falta de infra-estrutura básica, pois já amadurecemos a compreensão de que se criarmos o tripé mercado/preço/logística, as famílias se desafiam em produzir alimentos agroecológicos”.

-“Avançar na tecnologia de pesquisa para aprimorar esta produção, com novos instrumentos, máquinas e ferramentas, além de novas técnicas de manejo”.

-“Os desafios são: créditos, desburocratizar o acesso ao crédito pra construção da Agroecologia, reforçar políticas públicas como o PAA e o PNAE, a questão das agroindústrias, e a comercialização desses alimentos”.

-“Resolver esse problema de comercialização que acho que é principal. Muita gente que ta no assentamento a 100, 150, 200 quilômetros de um grande centro, se ele produz soja vende facilmente, produziu verdura tem que ter toda uma logística, e é preciso uma infra-estrutura pra isso”.

Dada a predominância do agronegócio e o amparo do Estado brasileiro para exportação de *commodities* agrícolas, verifica-se que não há apoio suficiente de políticas públicas. Ainda que existam programas nacionais e estaduais mais recentes como o PLANAPO e Paraná Agroecológico, sua efetividade tem se mostrado extremamente limitada.

O Paraná é um estado de vanguarda no cenário brasileiro da produção orgânica e em base agroecológica, muito por iniciativa de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, enquanto o Estado tem sido extremamente alheio para incrementar a Agroecologia.

Entendendo como política todo um conjunto de iniciativas, que envolveria a formação de técnicos, a formação de camponeses, camponesas, da juventude; a pesquisa em Agroecologia, o desenvolvimento de máquinas e equipamentos adequados para esse tipo de produção; sistemas agroindustriais de pequeno porte e mudanças na legislação, porque um dos grandes empecilhos é que a legislação brasileira é totalmente voltada para favorecer os grandes complexos agroindustriais. [...] Há uma deslealdade em relação à produção em pequena escala (PONCE; ENGELMANN, 2006).

Ao mesmo tempo em que se confronta com o agronegócio e reivindicam políticas públicas, os movimentos sociais fazem, com suas forças, um conjunto de iniciativas que promovem Agroecologia no horizonte da Reforma Agrária Popular. Ao mesmo tempo como resistência e superação.

Não teremos elementos, nos limites desta elaboração, de discutir as condições para desenvolvimento dos assentamentos e da Agroecologia no que concerne diretamente a dinâmica organizativa do MST. Entende-se a importância da continuidade de estudos nesse sentido.

Pelo exposto até aqui, reitera-se a percepção de que a contribuição dos egressos com a promoção da Agroecologia se dá dentro dos processos organizativos existentes, com suas potencialidades e contradições. Pode-se, então, questionar sua inserção nessas ações coletivas: “[...] temos dificuldade em estabelecer um acompanhamento mínimo intencionalizado (desde as bases), e delegamos aos educandos boa parte das responsabilidades, pelos erros e acertos no processo” (entrevista com C. L. H.).

No que diz respeito a particularidade da EMS, cabe considerar os limites para discutir perspectivas, desafios e possibilidades.

4.5. LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ESCOLA MILTON SANTOS

Tendo verificado as possíveis incidências da formação em Agroecologia oferecida pela EMS e instituições parceiras, expressas pela ação dos egressos dos cursos técnicos, caberá problematizar os limites e possibilidades desta formação e os desafios da própria Escola.

Pretendemos elencar limites e ajustes necessários, seja no processo formativo, sejam nos aspectos diversos da EMS, coerentes com seus objetivos

Para estas discussões, os dados das entrevistas, complementadas com a observação e pesquisa documental, foram necessários, pois problematizam a realidade a partir das visões de diferentes sujeitos envolvidos no processo de formação e promoção da Agroecologia nos assentamentos.

Desde sua origem a EMS é a materialização de sonhos e esforços coletivos, pensada, reivindicada, construída e mantida pela força de trabalhadoras e trabalhadores organizados, e o amplo apoio de setores da sociedade.

Emergem, por sua vez, um conjunto de desafios para a superação de limites e projeção de possibilidades. Estes podem ser de natureza diversa.

Seus limites, bem como desafios e possibilidades são, igualmente compartilhados coletivamente. As decisões sobre objetivos, método pedagógico, estratégia e principais atividades da Escola não concernem somente a sua Coordenação Político Pedagógica local. São definidas em articulação com as demandas dos movimentos sociais e sua base, nos territórios da reforma agrária.

Por isso começamos as breves reflexões que faremos, a partir dos apontamentos coletivos, de um seminário recente sobre a Escola, envolvendo os/as moradores/as (NB

Milton Santos), a turma do curso de Pedagogia para Educadores/as do Campo, e lideranças regionais e estaduais do MST. (EMS, 2015).

Nesse evento, resgataram-se desafios enfrentados para a implementação da Escola, que listamos:

- Luta permanente pela conquista, permanência e construção do espaço físico da EMS;
- Construir as estruturas sem recursos financeiros;
- Recuperar o solo extremamente degradado para produzir alimentos;
- Construir uma proposta pedagógica para a Escola e para os cursos;
- Fazer um curso formal em Agroecologia sem bases de outras experiências (1º curso técnico em Agroecologia do Brasil).

Após considerar acúmulos e conquistas nesses anos de atividade, foram elencados o que seriam os principais desafios para os próximos anos. Destacam-se os que consideramos os principais.

- Ajudar na construção de uma ação mais efetiva junto ao movimento social da região, sendo parte da estratégia regional da organização;
- Ajustar e fortalecer a organização e formação interna: a) avançando na Agroecologia em todas as dimensões (alimentação, produção, tratamento de resíduos, saúde...); b) construir condições para a auto-sustentação; c) avançar na pesquisa e na sistematização das experiências;
- Qualificar o método pedagógico existente no sentido da práxis e na Agroecologia (prática – teoria - prática). Avançar na construção do Diálogo de Saberes.
- Projetar coletivamente o futuro da EMS;

A partir da pesquisa realizada, alguns desses limites e desafios se confirmam, e tanto refletem na formação vivenciada nos cursos técnicos, quanto na efetividade das ações nos assentamentos.

Reiteramos que existem limites e desafios basilares, próprios da garantia básica da própria existência da EMS no território em que se encontra e para se constituir como **referência** em Agroecologia.

O primeiro desafio se refere à manutenção da Escola no território em que se localiza. Houve até hoje um esforço de construção do espaço físico, desde os edifícios - a partir de “ruínas”, sem recursos, contando com trabalho voluntário – até o restabelecimento da fertilidade do solo para todas as atividades produtivas e de uma condição ambiental adequada para materializar princípios da Agroecologia. Como visto, não tem encontrado apoio no poder

público local. Pelo contrário, desgasta-se na construção da resistência diante das pressões políticas sofridas.

Não sendo uma Escola da rede pública, também não possui uma entrada constante de recursos financeiros, e tampouco consegue fazer um planejamento efetivo, pois são eventuais as entradas. Os recursos para os cursos, advindos do PRONERA tem sido, via de regra, insuficientes e acessados com atraso. Por isso, tem que se dedicar esforço a produção interna para auto-consumo, além da articulação e busca de alimentos e outras contribuições a partir dos assentamentos.

Desafio fundamental encontra-se no âmbito organizativo. Na dinâmica interna, a rotatividade das pessoas que contribuem temporariamente na Escola leva à descontinuidade de processos produtivos e sua ligação com a formação dos cursos técnicos.

Alem disso, leva à necessidade de retomar a formação de todos/as que contribuem nas diferentes tarefas. Na relação com o MST e Via Campesina, necessita uma interface mais próxima às demandas dos territórios da reforma agrária, visto que a própria existência da Escola se deu e se sustenta por fazer parte de uma estratégia mais ampla desses sujeitos sociais, na construção de um projeto diferente para os assentamentos e o campo como todo.

O limite da formação técnica, apontado pelos egressos dos cursos técnicos, tem estado presente também em outros cursos técnicos semelhantes, e podem ter diversos determinantes, careceriam ser mais bem compreendidos, para serem sanados.

É possível que as condições do espaço físico, dos limites estruturais e descontinuidades das atividades produtivas, tenham tido influência nos processos de capacitação desenvolvidos, enquanto espaço didático-pedagógico e demonstrativo para os aprendizados dos cursos.

A Escola não tenha como perspectiva ter unidades “modelo” de produção, algo comum na perspectiva extensionista. Busca, por seu turno, ser referência dinâmica, baseada nas condições concretas disponíveis em cada espaço. Contudo, ainda não se alcançou organizar a Escola enquanto um todo orgânico inter-relacionado, um agroecossistema planejado e manejado integralmente, com suas implicações.

Outra possibilidade se refere às dificuldades que implicam a formação técnica em Agroecologia. Admitimos haver particularidade nesta formação, acrescentando-se que é realizada como parte de um método pedagógico próprio.

Se os aprendizados técnicos “práticos” foram limitados durante os cursos, são limites não apenas nos períodos de Tempo Escola, mas também de Tempos Comunidade, o que

novamente implica na inserção e acompanhamento dos/as educandos nas suas bases, onde se espera que haja diversas atividades desta natureza. Considere-se ainda a amplitude, mesmo no aspecto técnico, da Agroecologia. Os cursos precisam dar os fundamentos técnico-científicos da Agroecologia, e as aplicações específicas nem sempre respondem a ampla diversidade de sistemas de cultivos, mais simplificados ou mais complexos, existentes nos assentamentos.

Pode-se apontar como limite e desafio, ligados a estes aspectos, a desarticulação da Escola com os egressos após o término dos cursos. As entrevistas dos egressos apontaram esta expectativa, de apoio técnico (contribuir nos “trabalhos de campo”) e organizativo (contribuir como “ponte” para inserção nas atividades nos assentamentos). Esta tarefa, até o momento, não tem sido colocada como prioridade para a EMS, devido o entendimento de que seja uma responsabilidade principal das brigadas e assentamentos, somado aos limites estruturais e de trabalho que enfrenta.

No objetivo geral da última turma concluída (Turma IV – Carlos Marighella), que em grande medida reflete o acúmulo das anteriores, se expressa:

Oportunizar a formação geral e técnica em agroecologia aos educandos e educandas, com a participação direta da sociedade civil organizada, ampliando a qualificação de jovens e adultos, através da habilitação técnica e escolarização Integrada de nível médio trabalhando os conteúdos, tendo em vista o desenvolvimento dos assentamentos, acampamentos de reforma agrária e comunidades de pequenos agricultores, visando contribuir com o projeto alternativo de campo, proposto pelos sujeitos sociais coletivos na construção de um novo modo de vida referenciado na agroecologia (IFPR, 2010).

Se por um lado se acumula experiências, ao mesmo tempo ocorreram mudanças no mundo do trabalho e no perfil da juventude acampada e assentada, mudanças estruturais no campo e na sociedade no Brasil e no mundo. Assim, pode ser momento de repensar que possíveis mudanças nos objetivos e, sobretudo, na concretização dos cursos, que respondam a esta nova realidade.

A superação destes limites demandaria um passo a mais nos desafios já anteriormente apontados, agregando à Escola novas tarefas. É nesse contexto que cabe verificar possibilidades da EMS de realizar ajustes, superar limites e avançar, de acordo com seus objetivos e a materialidade que está inserida.

Verificar possibilidades não pode se tratar de fazer exercícios de futurologia, ou meramente sonhar uma Escola ideal. Implica em perceber potencialidades coerentes com as condições materiais (objetivas e subjetivas), seja diretamente da Escola, das relações estabelecidas ou do momento conjuntural e as oportunidades existentes.

Aponta-se, de antemão, agregar a possibilidade (e desafio) de se constituir como **centro irradiador** para a comunidade do entorno e para os assentamentos. Ainda que algumas condições não estejam dadas, muitos pontos poderiam se projetados neste particular, marcando como perspectiva, para que se atente para respaldar (ou não) no debate coletivo – em que se tomam as definições sobre a Escola – e ir construindo as condições necessárias.

Assumir essa tarefa passa por uma relação aprimorada com os egressos. Aproveitando as possibilidades tecnológicas atuais para manter um fluxo constante de informações entre eles e a Escola. Uma via de mão dupla poderia atualizar a EMS das atividades que estejam sendo desenvolvidas nos assentamentos e, ao mesmo tempo a Escola poderia portar interconexões para acesso a publicações diversas e constantemente atualizadas. Atualmente há tecnologia disponível para estabelecer uma rede de conexões com estes sujeitos, possibilitando a troca de experiências entre eles em relação as demandas e aprendizados e encaminhar um processo de formação continuada.

Poderia fazer a articulação desses sujeitos com as instituições públicas, catalisando projetos de pesquisa e comunicação rural dos mais diversos, de acordo com as demandas identificadas. O desafio seria apontar caminhos, indicar referências científicas, técnicas e metodológicas.

Para além da articulação e percepções dos egressos, ser centro irradiador pode abarcar uma relação mais próxima e direta com os assentamentos de reforma agrária. Não há um banco de dados disponível sobre o conjunto de informações que dizem respeito a esses territórios. Mesmo no aspecto produtivo, e particularmente as experiências no âmbito da Agroecologia, são pouco conhecidas e sistematizadas.

Um banco de dados pode permitir a interface dos responsáveis pela organização dos assentamentos com projetos, programas e políticas públicas, e articulação de parcerias, para responder demandas concretas existentes. Esta e muitas outras possibilidades podem qualificar a formação nos cursos técnicos e impulsionar a Escola para um novo patamar de contribuição com a Reforma Agrária Popular.

Se o processo de formação desenvolvido na EMS não tem sentido em si mesmo – mas como parte da formação humana e militante ampla, que só pode acontecer na relação Escola e base do movimento social – as próprias definições das superações dos limites e o alcance das possibilidades não dizem respeito apenas a decisões e iniciativas internas, mas também ao movimento social ao qual ela (Escola) está interligada. Este é um resultante prático da concepção de que “escola é mais que escola”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos de reforma agrária representam, com suas particularidades e desafios, uma materialização das contradições presentes na questão agrária no Brasil. As proposições dos movimentos sociais tem apontado para um questionamento do modelo hegemônico de produção no campo, organizado na atualidade pelo agronegócio e incorporado a Agroecologia como uma nova temática de sua reflexão e ação.

Diante dos desafios da ação política e organização para ressignificar os assentamentos, da perspectiva da Reforma Agrária Popular, crescerá a necessidade de formação uma técnica/profissional diferenciada, e cursos técnicos formais em Agroecologia e os Centros/Escolas de Formação buscarão dar respostas.

A Escola Milton Santos é fruto de uma estratégia dos movimentos sociais populares do campo, em especial o MST. Sua construção física, pedagógica e política têm as marcas da resistência e superação, do trabalho voluntário, da persistência e da ousadia dos trabalhadores e trabalhadoras. Apesar das dificuldades, teve resultados em seu percurso, ainda pouco avaliados.

Este trabalho avaliou a contribuição da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia e desenvolvimento em assentamentos de Reforma Agrária no Paraná através da possível ação de seus egressos.

Há uma diversidade de locais de origem dos educandos dos cursos técnicos em Agroecologia da EMS. Evidenciou-se que a maioria dos egressos ou mantém, até o momento, vínculo com os territórios da reforma agrária, estando envolvidos em ações coletivas ou nas suas unidades familiares camponesas.

Com isto, têm contribuído objetiva e subjetivamente com o desenvolvimento diferenciado do modelo produtivo do agronegócio para os assentamentos, através de ações educativas, de orientação técnica, organizativas e produtivas para consumo e renda das famílias.

As atividades de formação desenvolvidas pela Escola Milton Santos foram avaliadas pelos sujeitos envolvidos nesta pesquisa como adequada, embora nem sempre suficiente, para uma contribuição relevante na promoção da Agroecologia nas áreas de assentamentos.

Entretanto, os limites identificados na inserção dos egressos e na efetivação da proposta de desenvolvimento dos movimentos sociais não dizem respeito somente a formação

oferecida nos cursos técnicos, mas principalmente as contradições que envolvem os assentamentos e a disputa de propostas de desenvolvimento nesses territórios.

Tais limites apontam possibilidades e desafios para qualificar as práticas técnicas, educativas e organizativas da Escola Milton Santos, de forma a cumprir o papel de referência em Agroecologia e centro irradiador de conhecimentos para os assentamentos, contribuindo para construção da Reforma Agrária Popular.

O trabalho aqui apresentado é fruto do estudo e reflexões teóricas e da vivência do autor, muito próximo do objeto de estudo. E espera deixar abertas muitas possibilidades ou, mais que isto, necessidades de aprofundamento em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

- ARL, V. (org.) **Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação participativa - uma contribuição ao debate**. Caderno de Formação 01. Rede Ecovida: Curitiba, 2006.
- BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BONIM, A. A. et. al. Luta pela Terra e Contradições de um Projeto Comunitário de Vida In **Movimentos Sociais no Campo**. Vários autores. Curitiba: Ed. Criar, 1987.
- BORSATTO, R. S. **Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário no litoral paranaense**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- BRASIL, Presidência da República **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25/06/2016.
- CALDART, R. S. Educação do Campo In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 259-267.
- CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS. **A Agricultura Familiar e o Direito Humano à Alimentação**. Brasília, 2015.
- CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. **O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. 2013. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>. Acesso em 23/01/2016.
- CAMPOS, J. C. de. **A integração latino-americana nas escolas latino-americanas de Agroecologia da Cloc-Via Campesina no Brasil e Venezuela**. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006. Disponível em <http://www.seaembu.org/docs/agroecologia2.pdf>. Acesso em 10/03/16.
- CARDOSO, C. R. **Escola Milton Santos de Agroecologia: uma Experiência de Educação em Movimento - 2002-2010**. 59 f. Monografia. (Especialização no Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2011.

CESTILLE, J. A. **As atividades culturais na proposta educativa dos cursos técnicos de nível médio integrados do MST-PR.** 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. **Assentamentos rurais: territórios do território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná.** Disponível em [http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos Completos/Estevan Leopoldo de Freitas Coca.pdf](http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Estevan%20Leopoldo%20de%20Freitas%20Coca.pdf). Acesso em 06/11/2015.

COLETTI, C. **Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal.** Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. GT-ANPOCS. Seminário intermediário. São Paulo: USP, 2003.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Balanço da Questão Agrária no Brasil em 2015.** Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?p=198072>. Acesso em 20/07/2016.

ESCOLA MILTON SANTOS. Projeto enviado para o Ministério da Ciência e Tecnologia, Maringá - PR, 2015. Digitado.

_____. **Seminário sobre a Escola Milton Santos.** Relatório interno. Maringá - PR, 2015. Digitado.

_____. Dossiê para o III Prêmio Odair Firmino de Cáritas Brasileira. Edição 2012. Digitado.

_____. **Histórico do Processo da Área da Escola Milton Santos.** Maringá - PR, 23 de agosto de 2007. Nota pública. Digitado.

FERREIRA, A. D. D.; SILVA, C. P.; ANTUNIASSI, M. H. **Assentamentos rurais.** Cadernos CERU. Série 2. n. 10, 1999.

FERNANDES, B. M.. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em São Paulo.** São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

GARDIM, V. G. **O Ensino da Agroecologia Sob um Regime de Alternância: A Escola Técnica Milton Santos do MST.** Monografia (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

GERMER, C. Perspectivas das Lutas Sociais Agrárias nos Anos 90. In **A Questão Agrária Hoje.** Stédile, J. P.(Coord.). Porto Alegre: Ed.. UFRGS, 1994.

GIRARDI, E. P. A atualidade da questão agrária. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **Atlas da Questão Agrária Brasileira** -

Presidente Prudente, São Paulo. Agosto de 2008. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm.

GONÇALVES, S. **Campesinato, Resistência e Emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente/SP, 2008.

GRIFFIN. Globalização da agricultura. In: VIA CAMPESINA BRASIL. **A situação internacional da agricultura**. Cartilha. Brasília, 2004.

GUHUR, D. M. P.; LIMA, A do C; TONÁ, N; TARDIN, J. M; MADUREIRA, J. C. **As Práticas Educativas de Formação em Agroecologia da Via Campesina no Paraná**. I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia. Associação Brasileira de Agroecologia, Recife, 2013. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=1157>. Acesso em 12/11/2014.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 57-64.

GUHUR, D. M. P. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular**. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

HADICH, C. **As Jornadas de Agroecologia e sua contribuição na construção do Projeto Popular**. Disponível em http://www.jornadaagroecologia.com.br/?page_id=1501. Acesso em 01/07/2016.

HOELLER, S. C. **Princípios norteadores para a estruturação de um Projeto Político Pedagógico para a formação de profissionais na área de Agroecologia**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

IFPR - INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto do Curso Técnico em Agroecologia – modalidade PROEJA**. Curitiba-PR, 2010.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de projetos de Reforma Agrária (Abril 2014)**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em novembro 2014.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA /SR PR. **Chamada Pública de ATER Edital N.º 01/2013**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/assistencia-tecnica/parana-sr-09>. Acesso em 02/07/2016.

ITERRA - INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA. **Método pedagógico**. Cadernos do ITERRA, Veranópolis, ano IV, n. 9, dez. 2004.

LEFF, H. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, V.3, n.1 jan/mar. 2002.

LEITE, S. P. Assentamento rural In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 110-114.

LIMA, A. do C. **Práticas educativas em Agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana**. Maringá, UEM, 2011. Dissertação (mestrado), pp.205-215.

LIMA, A do C; GUHUR, D. M. P; TONÁ, N.; NOMA, A. K. Reflexões sobre a Educação Profissional em Agroecologia No MST: Desafios dos Cursos Técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (org.) **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para Além do Capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 191-216.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARX, Karl **O Capital: crítica da economia política**. 3ª ed. Livro 1, vol. 1. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATOS, A. V. de; TONÁ, N. Escola Milton Santos E Formação em Agroecologia. In: **MST. PEDAGOGIA DO MOVIMENTO: práticas educativas nos territórios de Reforma Agrária no Paraná** Caderno de experiências do VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná. Cascavel – PR; 02 a 04 de setembro de 2015.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **ATES Assessoria Técnica, Social e Ambiental**. Manual operacional. Brasília, 2008. Disponível em: www.incra.gov.br/media/servicos/...e.../manual_ates_2008_revisado.pdf. Acesso em 25/06/2016.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária**. Apresentação dos Primeiros Resultados. Brasília: dez. 2010.

MOREIRA, H. C. L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais e princípios organizativos do MST**. Cartilha de estudo. São Paulo: MST, 2016. Ed. revisada e ampliada.

_____. Como construir a Reforma Agrária em nossos assentamentos. Caderno de estudo. São Paulo, 2015.

_____. Programa Agrário do MST. In: **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (II ENERA) – textos para estudo e debate**. Boletim da Educação n. 12. Ed. Especial. São Paulo, 2014.

_____. **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST, 2000**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7692>, Acesso em: 04/04/2014.

_____. **Todo e Toda Sem Terra Estudando**. Jornada de Educação. Cartilha. MST, 2006.

_____. Caderno de Educação. nº 13. Edição especial. **Dossiê: MST Escola**. (Documentos e Estudos 1990-2001). 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A organicidade e o planejamento**. Cartilha de estudo. Curitiba: MST, 2004.

MST; FERNANDES, B. M.. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação, n. 30. São Paulo, 1998.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. **Atlas da luta pela terra**, 2006. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm. Acesso em 01 de junho de 2016.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP
Coordenação: GIRARDI, E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2015.
DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2014. 2015 – ano 16.

OLIVEIRA, A. H.; STÉDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Via Campesina (cartilha). Brasília-DF, 2006.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1997.

PEGO, Fátima Gomes. **Escola Milton Santos: vivências educativas como parte do processo de formação no MST/PR**. 63 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2008.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009, p. 85-104.

PONCE, R. ENGELMANN, S. **Brasil não tem política para agroecologia**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 06 de jun. 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=729>. Acesso em: 24/11/2009.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 45ª reimpressão.

SAUER, S. Modernização do campo e a ciência. In: **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010, cap.3. p. 139-149.

STÉDILE, J. P. **Governo Lula está em dívida com MST**. Entrevista realizada em 15/08/2009. Disponível em www.mst.org.br/node/7958. Acesso em 10/11/2015.

_____. A conjuntura internacional da agricultura. In: VIA CAMPESINA BRASIL. **A situação internacional da agricultura**. Cartilha. Brasília, 2004.

_____. **Latifúndio : o pecado agrário brasileiro**. São Paulo: MST, 2000.

TARDIN, J. M. Alimentação escolar, PNAE e Agroecologia. In: **Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional**. Boletim da Educação nº 13. MST: São Paulo, 2015.

TONÁ, N. **Elementos de Reflexão sobre o “Diálogo de Saberes” nas experiências formativas dos movimentos sociais no Paraná**. Monografia (Extensão em Teorias Pedagógicas e Produção do Conhecimento). Escola Nacional Florestan Fernandes e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 21 fls. Guararema, 2008.

_____. A Pesquisa nos Cursos de Agroecologia e nas Escolas e Centros de Formação dos Movimentos Sociais do Campo no Paraná. In ITERRA. **II Seminário Nacional O MST e a Pesquisa**. Cadernos do Iterra, ano VII, n. 14, nov. 2007.

_____. **O trabalho como elemento formador nos cursos formais de Agroecologia do MST no Paraná**. 81 fls. [s. l.]. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento). Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e Universidade de Brasília, 2005.

VALADÃO; A. C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Sítios Visitados:

<https://feab.wordpress.com/via-campesina-e-msp's>. Acesso em 10/08/2016.

http://www.jornadaagroecologia.com.br/?page_id=1501. Acesso em 10/08/2016.

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 06/11/2015.

<http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 06/11/2015.

http://www.incra.gov.br/educacao_proneira. Acesso em 10/08/2016.

<http://www.mst.org.br>. Acesso em 30/05/2016.

ANEXOS

ANEXO I

Levantamento de Dados – Egressos da Escola Milton Santos

1- DADOS PESSOAIS

NOME:

TURMA QUE SE FORMOU:

Email:

TELEFONE:

ENDEREÇO ATUAL:

2- QUAL BRIGADA E ASSENTAMENTO VOCÊ ESTAVA VINCULADO/A QUANDO CONCLUIU O CURSO NA EMS:

3- DESCREVA ABAIXO OS PRINCIPAIS TRABALHOS/TAREFAS QUE DESENVOLVEU DESDE QUE CONCLUIU O CURSO

LOCAL	DESCRIÇÃO DA TAREFA	PERÍODO	VÍNCULO	ENVOLVIDOS

LEGENDA:

LOCAL – Assentamento, brigada, município

TAREFA – Descrever todos os trabalhos desenvolvidos (em ATER, projetos, trabalho de base nos assentamentos ou outros locais, público envolvido, trabalho no lote das famílias, etc.), até a tarefa atual.

PERÍODO – Anos/meses em que o trabalho foi desenvolvido

VÍNCULO – Citar o vínculo formal (empresa, etc.) se houver, ou informal das tarefas.

ENVOLVIDOS – Qual o público envolvido (assentados ou outro) e número atendido de pessoas/famílias.

4- DAS TAREFAS DESENVOLVIDAS, QUAIS TEM RELAÇÃO COM A PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – COMENTAR

5- VOCÊ CONTINUOU A ESTUDAR APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO NA EMS?
CITE OS CURSOS QUE FEZ/FAZ E PERÍODO.

Local e data.

Assinatura do Egresso

ANEXO II

Roteiro para Entrevistas Semi-estruturadas - Egressos

Data: ____/____/____ Local:

1) Identificação do(s) entrevistados

Assentamento: _____

Entrevistado(s): _____

-
1. Como foi a indicação e a inserção dos egressos durante o curso?
 2. Após a conclusão do curso até agora, que atividades desempenhou? Em que locais? Por quanto tempo?
 3. Que atividades destas estão relacionadas (direta e indiretamente) aos movimentos sociais e a Reforma Agrária?
 4. Essas atividades contribuíram para o desenvolvimento nos assentamentos? De que forma?
 5. Que atividades destas estão relacionadas (direta e indiretamente) a promoção da Agroecologia?
 6. Que experiências em Agroecologia existem no(s) assentamento e brigada em que atuou? Como foi seu envolvimento?
 7. Quais as principais dificuldades enfrentadas para consolidar a Agroecologia?
 8. Como você avalia a formação recebida na Escola Milton Santos? Que destaques positivos? Que destaques negativos?
 9. A formação teórica e prática para a prática profissional foram adequadas e suficientes?
 10. Como você avalia a formação oferecida no Curso Técnico em Agroecologia em relação às necessidades dos assentamentos?
 11. Houve continuidade de articulação entre você e a EMS após a conclusão do curso? De que forma? Avalia como necessário?
 12. O que sugere, a partir da atividade concreta desenvolvida, que precisaria melhorar/modificar na formação oferecida na EMS?
 13. Na sua avaliação, o que seria necessário para avançar no desenvolvimento dos assentamentos, especialmente na Agroecologia?

ANEXO III

Roteiro para Entrevistas Semi-estruturadas - Lideranças

Data: ____/____/____ Local:

1) Identificação do(s) entrevistados

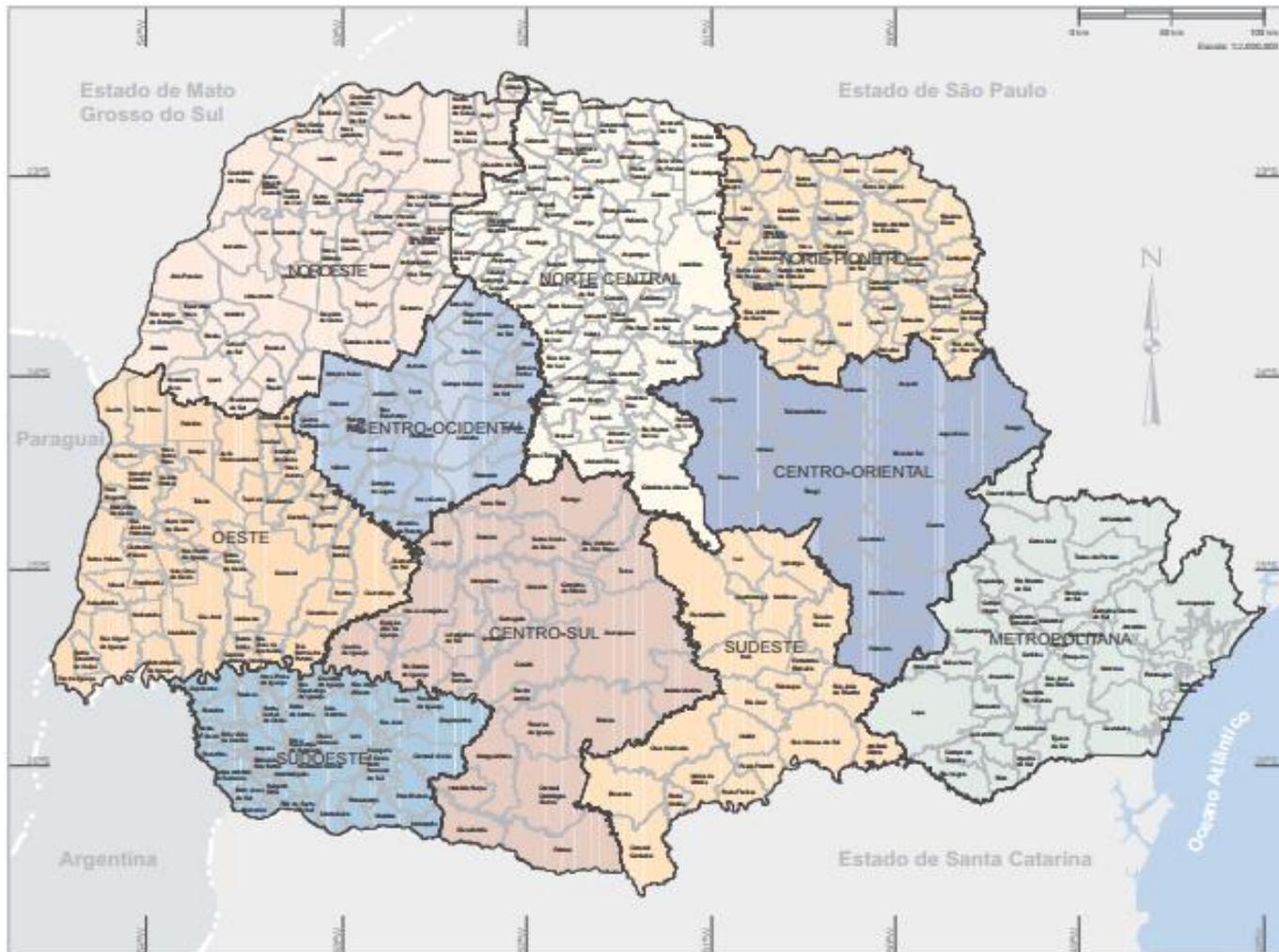
Assentamento: _____

Entrevistado(s): _____

-
1. O que você entende por Agroecologia? Qual o entendimento das famílias?
 2. Que experiências em Agroecologia existem no(s) assentamento e brigada? Como e quando se iniciaram? Que tipo de acompanhamento tem?
 3. Que projetos, recursos ou assistência técnica as famílias acessaram, na perspectiva da promoção da Agroecologia?
 4. Quais as principais dificuldades enfrentadas para consolidar a Agroecologia?
 5. Quais as atividades que os egressos...(nomes) desempenharam na área? Por quanto tempo? Que resultados se pode observar?
 6. Essas atividades, contribuíram para o desenvolvimento nos assentamentos? De que forma?
 7. Como você avalia a formação oferecida no Curso Técnico em Agroecologia em relação às necessidades dos assentamentos?
 8. Você avalia que a formação oferecida no Curso Técnico em Agroecologia possibilitou a ação dos egressos de modo a responder as demandas dos assentamentos? Que destaques positivos? Que destaques negativos?
 9. Como foi a indicação e a inserção dos egressos durante o curso? E após a conclusão?
 10. A Escola Milton Santos teve alguma outra contribuição para o desenvolvimento dos assentamentos?
 11. Na sua avaliação, o que seria necessário para avançar no desenvolvimento dos assentamentos, especialmente na Agroecologia?

ANEXO IV

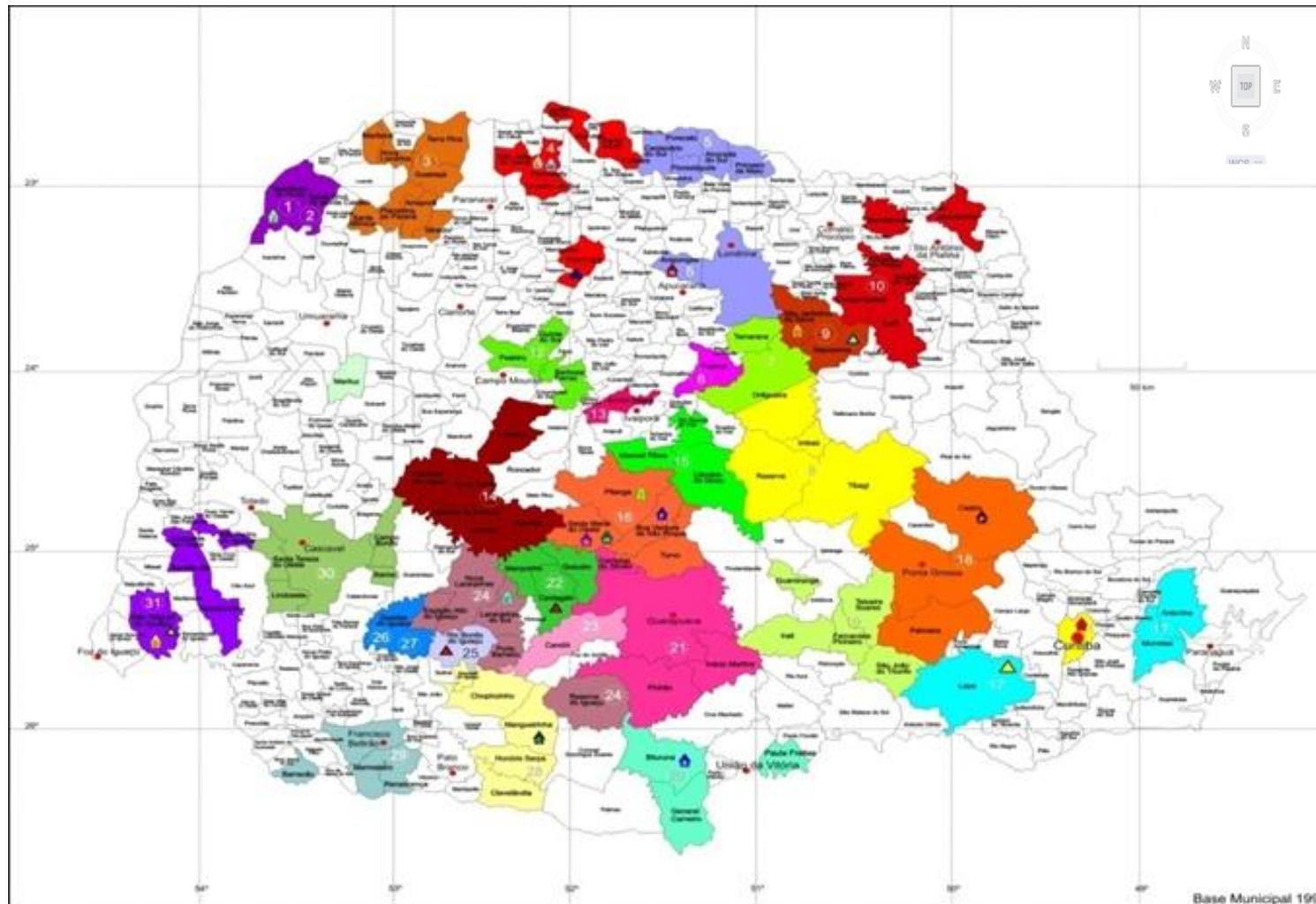
Mapa das mesorregiões geográficas do Estado do Paraná



Fonte: IBGE; Base Cartográfica SEMA – 2004.

ANEXO V

Mapa da organização geopolítica do MST no estado do Paraná



Fonte: Informações da Secretaria Estadual do MST-PR. Elaborado por Indianara C. Pires.

BRIGADAS

<p>1) REGIÃO NOROESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) Sebastião da Maia 2) Sésimo Garibaldi 3) Salvador Alende 4) Iraci Salete Strozake <p>2) REGIÃO NORTE</p> <ul style="list-style-type: none"> 5) Doroelina Folador 6) Cha Guevara 7) Libertação Camponesa 8) Rosa Luxemburgo <p>3) REGIÃO NORTE PIONEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> 9) Cacique Cretã 10) Olga Benário <p>4) REGIÃO CENTRO-OESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> 11) José Arnaldo 12) Santinho 13) Zumbi dos Palmares 14) José Rodrigues 15) Roseli Nunes 16) Antonio Conselheiro 	<p>5) REGIÃO SUL</p> <ul style="list-style-type: none"> 17) Monge José Maria 18) Emiliano Zapata 19) João Maria de Agostini 20) Contestado <p>6) REGIÃO CENTRO</p> <ul style="list-style-type: none"> 21) Cacique Guairacã 22) Carlos Margheta 23) Antônio Tavares 24) Lenin 25) Ireno Alves dos Santos 26) Mao Tse Tung 27) Padre Josimo <p>7) REGIÃO SUDOESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> 28) Sepé Tiaraju 29) João de Paula <p>8) REGIÃO OESTE</p> <ul style="list-style-type: none"> 30) Teixeira 31) José Marli
---	--

CENTROS DE FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA

	CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - Rio Bonito do Iguaçu e Cantagato
	ELAA - Escola Latino-Americana de Agroecologia - Lapa
	EMS - Escola Milton Santos - Maringá
	ITEPA - Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária - São Miguel do Iguaçu
	Casa Familiar Rural Padre Sasaki - Sapopema

COOPERATIVAS / AGROINDÚSTRIAS

	CCA-PR - Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná Ltda
	CooperCONTESTADO - Cooperativa de Comercialização de Produtos da Reforma Agrária do Contestado
	COOPERPERASUL - Cooperativa Agropecuária dos Reassentados do Sul
	COOPERCAM - Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa
	COPROESTE - Cooperativa Mista de Produção Agropecuária do Centro-Oeste
	COOPROSERP - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga
	COPERMATE - Cooperativa Produtores de Erva-Mate
	COTRARA - Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária
	COAPRA - Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária Ltda
	COANA - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante Ltda
	COPRAVI - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda
	CORAU - Cooperativa Mista de Comercialização, Agroindustrialização e Reforma Agrária União Ltda
	COPRAN - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
	COANOP - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Norte Pioneiro
	COTRAMIC - Cooperativa de Trabalhadores Rurais da Micro-região de Castro

Legendas do mapa da organização geopolítica do MST no estado do Paraná.

ANEXO VI

Matriz Curricular do Curso Técnico em Agroecologia – Modalidade PROEJA

ÁREA DE ENSINO	UNIDADE DIDÁTICA	MÓDULO/CARGA HORÁRIA					
		I	II	III	IV	V	Total
Ciências Humanas e suas Tecnologias	FILOSOFIA SOCIOLOGIA ECONOMIA POLÍTICA ADMINISTRAÇÃO PSICOLOGIA HISTORIA GERAL CULTURA	100	100	100	60	40	400
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	LÍNGUA PORTUGUESA LITERATURA LÍNGUA ESTRANGEIRA MÉTODO DE TRABALHO DE BASE - MTB INFORMÁTICA CULTURA CORPORAL E DE MOVIMENTO METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTIFICA	120	120	120	40	--	400
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	ENERGIA FÍSICA MATEMÁTICA FISIOLOGIA VEGETAL BOTÂNICA BIOLOGIA QUÍMICA CLIMATOLOGIA ECOLOGIA DESENHO TÉCNICO	120	120	120	40	--	400

Continuação

ANEXO VI

<p>Ciências Agrárias</p>	<p>ECOSSISTEMA E AGROECOSSISTEMAS REVOLUÇÃO VERDE PROCESSOS NATURAIS COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO SOLO: ORGANISMO VIVO AGROECOLOGIA CULTIVOS AGROECOLÓGICOS TOPOGRAFIA DRENAGEM E IRRIGAÇÃO MECÂNICA E MECANIZAÇÃO MANEJO E DESENHO DE AGROECOSSISTEMAS PRÁTICA PROFISSIONAL ETOLOGIA PLANTAS FORRAGEIRAS ESTUDOS DE RAÇAS E CRUZAMENTOS SANIDADE ANIMAL NA AGROECOLOGIA PRODUÇÃO DE LEITE À BASE DE PASTOGENÉTICA E MELHORAMENTO VEGETAL ANATOMIA E FISIOLOGIA ANIMAL NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL CONSTRUÇÕES RURAIS E BIOCONSTRUÇÕES TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS ECOLOGIA DE INSETOS E DOENÇAS VEGETAIS PASTOREIO RACIONAL VOISIN CRIAÇÃO INTENSIVA DE ANIMAIS A CAMPO</p>	<p>140</p>	<p>140</p>	<p>140</p>	<p>340</p>	<p>440</p>	<p>1.200</p>
<p>Total por Módulo</p>	<p>---</p>	<p>480</p>	<p>480</p>	<p>480</p>	<p>480</p>	<p>480</p>	<p>2.400</p>

Fonte: IFPR (2010); adaptado pelo autor.

